

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**JOÃO VÍTOR DANTAS ALVES**

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A REESTRUTURAÇÃO  
PRODUTIVA NA INDÚSTRIA CALÇADISTA FRANCA ENTRE OS ANOS  
2009 E 2018.**

**FRANCA**

**2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**JOÃO VÍTOR DANTAS ALVES**

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A REESTRUTURAÇÃO  
PRODUTIVA NA INDÚSTRIA CALÇADISTA FRANCA ENTRE OS ANOS  
2009 E 2018.**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.**

**Área de Concentração: Estado, Sociedade e Políticas Sociais.**

**Orientadora: Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa.**

**FRANCA**

**2022**

A474p

Alves, João Vitor DAntas

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A  
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA  
CALÇADISTA FRANCANÁ ENTRE OS ANOS 2009 E 2018 /  
João Vitor DAntas Alves. -- Franca, 2022

123 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca  
Orientador: Agnaldo de Sousa Barbosa

1. População em situação de Rua. 2. Reestruturação  
produtiva. 3. Indústria calçadista. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

**JOÃO VÍTOR DANTAS ALVES**

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A REESTRUTURAÇÃO  
PRODUTIVA NA INDÚSTRIA CALÇADISTA FRANCANO ENTRE OS ANOS  
2009 E 2018.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa**

**1º**  
**Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr. Rubens Soares Vellinho**

**2º**  
**Examinador:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dra. Maria José de Oliveira Lima**

**Franca, 25 de maio de 2022.**

*Este trabalho  
é dedicado à  
população em  
situação de  
rua do  
Município de  
Franca-SP.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, em especial, minha mãe, Mírian, e minha irmã, Marcela, por sempre me apoiarem nas minhas escolhas. Agradeço também à família Almeida Prado, na figura da minha companheira, Gabriela, por estarem do meu lado em todos os instantes.

Agradeço aos meus amigos de Franca que desde a época da graduação me incentivaram a pesquisar, a concorrer ao processo seletivo de mestrado e que estão comigo na tarefa de ver o mundo criticamente.

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP-Franca por proporcionar o estudo e por ter acreditado no projeto de pesquisa. Em especial, o meu agradecimento ao meu orientador, Professor Agnaldo de Sousa Barbosa, que sempre se colocou à disposição para orientar a pesquisa e recomendar leituras.

Por fim, manifesto minha gratidão a todos os pesquisadores e pesquisadoras que pesquisam a indústria nacional e o fenômeno da população em situação de rua e que proporcionaram excelentes fontes para a produção desta pesquisa.

*Vi ontem um bicho*

*Na imundície do  
pátio. Catando  
comida entre os  
dejetos.*

*Quando achava  
alguma coisa, Não  
examinava nem  
cheirava: Engolia  
com voracidade.*

*O bicho não era um  
cão, Não era um  
gato, Não era um  
rato.*

*O bicho, meu Deus,  
era um homem.*

*(Manuel Bandeira –  
“O bicho”).*

## RESUMO

A presente pesquisa trata sobre a relação entre o fenômeno população em situação de rua e a reestruturação produtiva no município de Franca entre os anos de 2009-2018. Como suporte metodológico foi lançado mão do materialismo histórico-dialético e da pesquisa quanti-qualitativa. A pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro realiza uma retomada histórica sobre as formas de organização da produção e da historicidade da formação da classe operária, sobretudo com foco no fenômeno da pauperização na Inglaterra. Ao longo deste capítulo foi exposto como se deu a transição da rigidez produtiva à acumulação flexível. No segundo capítulo, é demonstrado como a população em situação de rua é uma face da questão social, quais as políticas públicas voltadas para este segmento da população e são analisadas pesquisas que versam sobre este fenômeno a nível nacional, estadual e em cidades médias. Por fim, o último capítulo trata descreve o surgimento da indústria coureiro-calçadista no município de Franca, qual a relação desta indústria reestruturada com a população em situação de rua no município.

**Palavras-chave:** População em situação de rua; reestruturação produtiva; indústria calçadista;



## **ABSTRACT**

The present research is about the relationship between the homeless phenomenon and the productive restructuring in the municipality of Franca between the years 2009-2018. As a methodological support, historical-dialectical materialism and quantitative-qualitative research were used. The research was divided into three chapters. The first makes a historical review of the forms of organization of production and the historicity of the formation of the working class, especially with a focus on the phenomenon of pauperization in England. Throughout this chapter, it was exposed how the transition from productive rigidity to flexible accumulation took place. In the second chapter, it is demonstrated how the homeless population is a face of the social issue, which public policies are aimed at this segment of the population and studies that deal with this phenomenon at national, state and medium-sized cities are analyzed. Finally, the last chapter describes the emergence of the leather-footwear industry in the municipality of Franca, what is the relationship of this restructured industry with the homeless population in the municipality.

**Keywords:** Homeless population; productive restructuring; footwear industry;

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Gênero das pessoas em situação de rua no I Censo Nacional publicado em 2009.....	57
<b>GRÁFICO 2</b> - Raça das pessoas em situação de rua no I Censo Nacional publicado em 2009.....	58
<b>GRÁFICO 3</b> – Motivos relatados para estar em situação de rua no I Censo Nacional publicado em 2009.....	59
<b>GRÁFICO 4</b> – Renda e trabalho das pessoas em situação de rua entrevistadas no I Censo Nacional publicado em 2009.....	62
<b>GRÁFICO 5</b> – Estimativa da quantidade de pessoas em situação de rua entre os anos 2013 a 2020 publicada pelo IPEA.....	63
<b>GRÁFICO 6</b> – Motivos relatados para estar em situação de rua no censo de São Paulo em 2019.....	65
<b>GRÁFICO 7</b> – Soluções relatadas para sair da situação de rua no censo de São Paulo em 2019.....	66
<b>GRÁFICO 8</b> – Trabalhadores na indústria calçadista francana entre 1984 e 1999.....	82
<b>GRÁFICO 9</b> – A produtividade média do operário francano da indústria calçadista entre 1984 e 1999 .....	83
<b>GRÁFICO 10</b> – Quantidade de empregados da indústria calçadistas entre 2009 e 2018.....	89
<b>GRÁFICO 11</b> - – Quantidade de empregados da indústria francana entre 2015 e 2018.....	89

<b>GRÁFICO 12</b> – Quantidade de pares de sapatos vendidos no mercado interno entre 2009-2018.....	91
<b>GRÁFICO 13</b> – Faturamento da indústria calçadista francana com exportações entre 2009-2018.....	91
<b>GRÁFICO 14</b> – Pares de calçados produzidos pela indústria calçadista francana entre 2009- 2018.....	92
<b>GRÁFICO 15</b> – Piso salarial dos trabalhadores da indústria calçadista francana entre 2009- 2018.....	94
<b>GRÁFICO 16</b> – Quantidade de famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no CRAS de Franca entre 2013-2017.....	96
<b>GRÁFICO 17</b> – Quantidade de famílias em situação de rua cadastradas no CRAS de Franca entre 2013-2017.....	96
<b>GRÁFICO 18</b> – Quantidade de atendimentos realizados pelo Centro Pop de Franca entre 2014-2018.....	97

## LISTA DE FIGURAS

<b>MAPA 1</b> - Localização espacial dos equipamentos sociais em Franca.....	101
--	-----

## LISTA DE TABELAS

**TABELA 1** – Quantidade de estabelecimentos da indústria calçadista paulista em 1990 e 2015.....86

**TABELA 2** – Distribuição dos empregos na indústria calçadista paulista levando em consideração o tamanho do estabelecimento empregador em 1990 até o ano de 2015..... 86

## LISTA DE SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local

ABPC – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Programa Cadastro Único

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

Centro Pop – Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua

CNAE – Cadastro Nacional de Atividades Econômicas

CPF- Cadastro de Pessoa Física

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

GTP – Grupo de Trabalho Permanente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MNPR – Movimento Nacional de População em Situação de Rua

MTE- Ministério do Trabalho e Emprego

PIB- Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNISPR – Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua

RAIS- Relação Anual de Informações Sociais

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo

SINDIFRANCA – Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
CAPÍTULO 1. AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	22
1.1. DA PRIMEIRA À SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	22
1.2. A TRANSIÇÃO PARA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL.....	26
1.3 A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E O TOYOTISMO.....	28
1.4 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O SEU SOCIOMETABOLISMO	31
1.5 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA ENQUANTO UM FENÔMENO GLOBAL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....	39
CAPÍTULO 2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A ESSE SEGMENTO.....	45
2.1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL.....	45
2.2. A CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	53
2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E AVANÇOS LEGAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL .....	67
3. AS CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FRANCA-SP.....	74
3.1. INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS DE FRANCA.....	74
3.2. FRANCA-SP: UM POLO DA INDÚSTRIA CALÇADISTA EM QUEDA.....	77
3.3. A POBREZA EM FRANCA E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA...94	
3.4. OS EQUIPAMENTOS SOCIAIS INSTALADOS EM FRANCA.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	113



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Primeiramente, salienta-se que o objeto de análise deste trabalho é a população em situação de rua e a sua relação com o desemprego no âmbito da indústria calçadista francana mediante a incidência do fenômeno da reestruturação produtiva. É fundamental explicar por qual razão foi escolhido município de Franca e a temática da rualização.

Uma das grandes marcas francanas é a força da sua indústria. Franca possui uma dos maiores arranjos produtivos locais do Estado de São Paulo e se caracteriza como uma das maiores produtoras calçadista do Brasil. No entanto, assim como toda a indústria nacional, o *cluster* francano passa por graves dificuldades econômicas. Nesse sentido, selecionou-se esta cidade, para além de contribuir para o debate acadêmico local em uma Universidade que está localizada em Franca, para demonstrar como a desindustrialização realiza impactos não só econômicos, mas também sociais. Por outro lado, também se elegeu a população em situação de rua como objeto de análise, diante da crescente favelização no município (GCN, 2022), mas também pelo fato de que este fenômeno é muito caro ao Serviço Social, uma vez que a situação de rua é uma das maiores perversidades produzidas pela desigualdade social.

Para além da importância da temática, é importante traduzir as percepções da realidade em números. Isso porque em recente pesquisa, o instituto Datafolha concluiu que 52% dos entrevistados no interior paulista acham que a população em situação de rua aumentou em sua cidade (DATAFOLHA, 2022).

Ademais, é mister expor que o período de análise se dá entre 2009-2018.

O período supramencionado foi eleito por duas razões:

- 1) Em 2009 tem-se a publicação de uma pesquisa paradigmática: o I Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua, encomendo pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Além disso, como as fontes de informações sobre o processo de rualização são extremamente escassas no município de Franca, optou-se por escolher como termo final da pesquisa o ano de 2018, diante da publicação da dissertação de mestrado da

pesquisadora Katicilene Barsanulfa Tavares de Oliveira, intitulado “Pessoas em situação de rua: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas” publicado em 2020 para obtenção do título de mestre no Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. O trabalho de Oliveira realiza uma análise dos atendimentos realizados pelo Centro Pop de Franca durante todo o ano de 2018, o que é de grande valia para esta pesquisa.

2) A segunda razão que também se enquadra no contexto da ausência de pesquisa sobre a população de rua se sedimenta na responsabilidade do pesquisador. Evitou-se pesquisar o fenômeno da rualização após 2020 por conta do fenômeno da pandemia. A emergência de saúde pública global trouxe enormes dificuldades para a obtenção de dados que, normalmente, já são escassos. Por conta dos imprescindíveis *lockdowns*, as repartições públicas trabalharam com horários reduzidos, com menos funcionários, quando não estavam em regime de *home office*. Fazer ciência na pandemia se tornou um verdadeiro desafio (PIERRO, 2020). Mas não só. A calamidade pública e seus efeitos econômicos acirrou as desigualdades e exerceu impacto ainda muito pouco estudado sobre a população em situação de rua. Por fim, como a emergência global da pandemia ainda não se encerrou e as situações de fato, conjunturais, podem acontecer a todo instante, optou-se por deixar de fora o lapso temporal pós- 2020.

Nesse diapasão, a pesquisa tem como principal objetivo geral a compreensão da relação entre a reestruturação produtiva do capital e a população em situação de rua em Franca. Há também outros três objetivos específicos: 1) Verificar qual o desempenho da indústria de Franca e sua empregabilidade entre os anos de 2009-2018; 2) Compreender qual a importância da indústria calçadista para o município de Franca; 3) Estabelecer uma relação de causa e efeito entre a derrocada da indústria calçadista e o aumento da população em situação de rua no município.

Para cumprir estes objetivos, o trabalho utilizar-se-á de dois referenciais metodológicos: o materialismo histórico-dialético e a pesquisa quantitativa-qualitativa. O materialismo histórico-dialético é justificado pelo fato de que o

presente estudo leva em conta a historicidade dos fenômenos sociais e, assim, entende a realidade como totalmente dinâmica.

O materialismo histórico-dialético também leva em conta a realidade material do objeto estudado. Para tanto, com a utilização desta metodologia é possível produzir o processo de abstração do objeto em sua totalidade para captar características gerais. Após percebidas e delineadas essas características é necessário realizar o caminho de volta, ou seja, é preciso observar como o objeto de pesquisa interage concretamente na realidade e quais as suas múltiplas relações com o todo (KOSIK, 1976, P. 9).

Por esse motivo, há a opção de primeiramente analisar a população em situação de rua em uma perspectiva nacional para somente depois focalizar na realidade local. Ao mesmo tempo, também será verificado como o fenômeno nacional de desindustrialização possui íntima relação com o processo de empobrecimento municipal. Dessa maneira, o trabalho fará um movimento circular de apreender características gerais para alcançar as peculiaridades locais.

O caminho de volta, após as análises generalizantes, é indispensável. Porque, somente assim, é viável compreender qual a essência do objeto, pois, caso contrário, feito apenas o contato imediato com o objeto, captar-se-á apenas fenômenos que o objeto manifesta, o que leva a presenciar estritamente as aparências, presente na pseudo-concreticidade (KOSIK, 1976, P. 11).

Por outro lado, a adoção do método quanti-qualitativo visa a tentativa de traçar, ainda que minimamente, um perfil da população em situação de rua. Ressalta-se que traçar este perfil não significa que há determinadas pessoas que são mais propensas ao fenômeno da rualização, por suas características subjetivas. O que se busca é demonstrar que há corpos, com determinadas características, que estão mais sujeitos às desigualdades, por conta dos marcadores de diferenciação social, tais como gênero, raça, classe social e entre outros.

Para alcançar as finalidades pretendidas o trabalho dividir-se-á em três seções. Neste momento, porquanto é oportuno, se descreverá quais as intenções de cada seção e qual a bibliografia utilizada.

O primeiro capítulo do trabalho que se chamará “as formas de organização da produção e a reestruturação produtiva” abarcará, de forma ainda que fugaz, a industrialização na Europa, durante o período da primeira e da segunda revolução industrial como foco na Inglaterra. Essa contextualização histórica é importante para a compreensão da consolidação do fordismo-taylorismo como um modelo predominante na forma de organização industrial. Neste processo de consolidação do fordismo-taylorismo, utilizar-se-á, principalmente, o aporte teórico de David Harvey, Keynes e Engels.

Ainda lançando mão de David Harvey, mas também de outros autores, principalmente Ricardo Antunes e Márcio Pochmann será explicado como ocorreu a transição do modelo de acumulação rígida para a acumulação flexível. Por fim, o primeiro capítulo se encerrará com a explanação de como a acumulação flexível captura a subjetividade do trabalhador e de como a reestruturação produtiva se assentou no Brasil, abarcando a abertura comercial proporcionada pela globalização e o neoliberalismo. Como o trabalho se propõe a demonstrar uma visão brasileira deste fenômeno, nestas últimas etapas, serão utilizados, predominantemente, autores brasileiros como Márcio Pochmann, Ricardo Antunes e Giovanni Alves.

O segundo capítulo será denominado como “o processo de formação da população em situação de rua e as políticas públicas voltadas a esse segmento”. Em um primeiro momento, lançando-se mão da literatura especializada do Serviço Social, tal como Yamamoto e José Paulo Netto, será demonstrada a relação entre a população em situação de rua e a questão social. Essa análise é fundamental para demonstrar a historicidade do processo de realização dos mais vulneráveis e para que fique claro que este fenômeno é próprio do modo de produção capitalista.

Posteriormente, será feito um breve introito à formação da população em situação de rua no Brasil e aprofundar-se-á no estudo etnográfico deste fenômeno. Para tanto, o trabalho sairá do *macro* com análise do I Censo Nacional de 2009 e a Estimativa sobre a População de Rua do IPEA de 2020 para partir para o *micro*. Nessa esteira, serão utilizados os levantamentos de uma grande cidade, São Paulo, e duas cidades médias paulistas, Piracicaba e Santos. A intenção é de demonstrar que, a nível nacional, de megalópoles e em

idades médias, o perfil dos corpos que sofrem com a extrema vulnerabilidade é semelhante.

Diante da ausência de pesquisas sobre esta população em municípios médios, foram eleitas as pesquisas de 2021 de Piracicaba e 2020 de Santos. Ambos os levantamentos estão fora do período de análise deste trabalho, qual seja, 2009-2018. No entanto, entende-se que não haverá prejuízo no estudo, uma vez que como os trabalhos publicados pelos municípios médios são de publicações próximas à data final escolhida por esta pesquisa e que se leva em consideração que os traços das desigualdades se modificam apenas em longo prazo. Os pontos principais de investigação nas pesquisas será a constatação dos aspectos predominantes em: gênero, idade, escolaridade, naturalidade, se os vínculos familiares são rompidos, quais as principais razões para estar nas ruas e quais as principais soluções para sair da situação de rua.

Ainda, o segundo capítulo contará com uma revisitação bibliográfica e legislativa acerca das políticas públicas formuladas para essa população. Serão estudadas, de forma breve, como se dá a estigmatização desta população nas mídias para problematizar a dificuldade de investimento feitos para este segmento social. Posteriormente, o estudo se aprofundará principalmente na atuação do Movimento Nacional de População em Situação de rua, a formulação do Plano Nacional de Assistência Social e no Plano Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua.

O terceiro e último capítulo introduz a cidade de Franca no trabalho. Para realizar essa ambientação, em primeiro lugar, serão expostas as informações demográficas da cidade, de forma a focalizar a situação da empregabilidade e da renda média. *A posteriori*, por meio da contextualização histórica, se demonstrará, brevemente, como Franca se tornou um dos principais polos calçadistas do Brasil, mas também será descrita a série-histórica que expõe o auge da indústria calçadista francana até a década de 1990, quando a crise já começa a demonstrar grandes traços de impacto.

A série-histórica da gênese da indústria francana e sua consolidação terá enquanto alicerce as obras de Alfredo Tosi, Alfredo Costa e Agnaldo de Sousa Barbosa. Um dos pontos que se pretende destacar é o fato de que as indústrias

calçadistas francanas têm, em regra, uma característica marcante: não são grandes e não são oriundas de famílias endinheiradas, o que proporciona o prolongamento de métodos artesanais de produção.

Também se focalizará no ápice da produção industrial e na crise que se avizinhou principalmente a partir da década de 1990. Inclusive, é neste momento que se fará a relação entre a crise de lucratividade e a introdução da reestruturação produtiva. Para estudar os impactos da subcontratação e as precárias condições de trabalho, se utilizará, principalmente, de obras de Iris Bertani, Edvânia de Souza Lourenço, Agnaldo de Sousa Barbosa e Vera Lúcia Navarro.

Serão demonstrados os números de empregabilidade da indústria francana em geral, também se comparará as estatísticas gerais com a indústria calçadista especificamente, antes e durante o período histórico delimitado no objeto, a produtividade dos operários e a capacidade de empregabilidade das micro, pequenas, médias e grandes indústrias. Ainda, será buscado o estudo estatístico dos pares vendidos para o mercado interno e do faturamento com exportações, com base nas estatísticas do Sindifranca.

Ademais, em um dos momentos principais do trabalho, após realizado o levantamento acerca indústria francana, a investigação voltar-se-á para a constatação da pobreza no município e sobre a população em situação de rua no território. Para realizar este levantamento estatístico, serão utilizados os dados do Sistema Único de Assistência Social. Insta salientar que alguns dados como o de famílias cadastradas no CRAS ou de atendimentos realizados no Centro Pop, não estão perfeitamente inseridos no período entre 2009-2018. Isso porque há dados que partem de 2013 e outros de 2014. O que é preciso ficar claro é que a pesquisa optará por privilegiar as estatísticas que mais se aproximem do lapso temporal delimitado.

Além disso, por meio dos trabalhos de Letícia Sabino de Almeida Silva e Katicilene Barsanulfa Tavares de Oliveira será possível traçar, ainda que genericamente, o perfil etnográfico da população em situação de rua em Franca uma vez que as pesquisas das autoras demonstram o perfil dos usuários do Abrigo Provisório de em 2016 e do Centro Pop em 2018. Ainda, para assegurar

a assertividade do perfil, ambos os trabalhos das autoras *supra* serão comparados com a pesquisa sobre a população em situação de rua realizada pelo município em 2012 e com os microdados apresentados no I Censo Nacional.

Os pontos principais de exame nos trabalhos que abordam Franca são os mesmos que foram selecionados nas estatísticas anteriores: gênero, idade, escolaridade, naturalidade, se os vínculos familiares são rompidos, quais as principais razões para estar nas ruas e quais as principais soluções para sair da situação de rua. Por fim, por meio da base de dados do SUAS serão descritos os instrumentos e equipamentos da assistência social que estão instalados na cidade.

# 1. AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

## 1.1 DA PRIMEIRA À SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Para compreender o fenômeno da população em situação de rua, não só em Franca ou no Brasil, mas em qualquer lugar, é necessário, inicialmente, delinear o mundo do trabalho em sua série-histórica dos últimos séculos. A saber: partindo da primeira revolução industrial.

Este acontecimento histórico é importante porque ele marca o surgimento da classe operária. Além disso, esse marco serve de partida porque as fábricas inglesas terão sua produção aperfeiçoadas por diversos métodos de organização da produção. Uma das premissas mais importantes que, desde já, entende-se que deve ser desmistificada é a ilusão do progresso. A modernização da indústria não necessariamente gera novos empregos. Pelo contrário, é possível que os empregos formais se tornem mais escassos<sup>1</sup>.

Nesse sentido, desde a primeira revolução industrial, afirma Engels:

Numa ordem social organizada, tais aperfeiçoamentos seriam uma ótima coisa; porém, num regime em que reina a guerra de todos contra todos, uns poucos indivíduos se apossam das vantagens que deles derivam e subtraem à maioria os seus meios de subsistência. Qualquer aperfeiçoamento das máquinas põe alguns operários na rua e quanto mais importante é o progresso, maior é a parcela da classe jogada no desemprego; assim, todo aperfeiçoamento mecânico tem, para um bom número de operários, os mesmos efeitos de uma crise comercial, gerando miséria, sofrimentos e crime. (ENGELS, 2010, P. 174)

A primeira revolução industrial consolida o império comercial burguês e deixa cada vez mais à margem a produção de mercadorias por meio de manufaturas. O desenvolvimento industrial avançou até a culminação da chamada segunda revolução industrial que perdurou a meados do século XIX até meados do XX. Especificamente para a pesquisa interessa focalizar na

---

<sup>1</sup> O Autor Richard Senett em seu livro “A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo” fala dos mercados onde o vendedor “leva tudo”. Há pouquíssimas vagas para muitos concorrentes.



racionalização da produção na segunda revolução industrial por meio das ideias de Henry Ford e Frederick Taylor.

Para Harvey, as inovações tecnológicas e organizacionais implementadas por Henry Ford foram extensão de tendências já outrora estabelecidas na própria revolução industrial (HARVEY, 2012, P.112). Um dos pontos fundamentais que tornou o fordismo um paradigma fora a esteira de produção aliada aos métodos de administração fabril estabelecidas por Taylor.

Mas para compreender a dimensão das mudanças oriundas com os novos métodos e de como as estruturas produtivas eram realizadas pré-fordismo/taylorismo e pós-fordismo/taylorismo, vale destacar o que Harvey expõe, citando Gramsci:

O americanismo e o fordismo, observou ele em seus Cadernos do Cárcere, equivaliam ao "maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem". Os novos métodos de trabalho "são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida". Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas, ao ver de Gramsci, ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador "adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo (HARVEY, 2008, P. 112)

Isso mostra força do mundo laboral na vida do ser humano. Pelas lúpas do trabalho que se compreende e interpreta o mundo. No entanto, a introdução do fordismo e do taylorismo nos ambientes fabris não foi algo que ocorreu com tranquilidade e facilidade. Houve resistência, principalmente, no período entre-guerras (HARVEY, 2008, P. 115). Isso porque este período não estava propício para um sistema que se alicerça em uma abissal familiarização na relação trabalhador-fábrica. Nesse sentido, a rotatividade da mão-de-obra foi altíssima (HARVEY, 2008, P. 114).

Outro entrave importante para a efetiva implementação do fordismo e taylorismo foi a enorme recessão de 1929. Em meio a uma enorme crise econômica conjuntamente com a eclosão de ideias autoritárias, via-se com muita dificuldade a implementação de um sistema onde o trabalhador seria disciplinado

e eficiente. Apenas no pós-segunda grande guerra que o sistema de Henry Ford realmente consolidou-se (HARVEY, 2008, P. 124).

Nesse sentido, o keynesianismo, que sela o pacto entre o mercado e o Estado para sanar as feridas da grande depressão de 29, foi essencial para o desenvolvimento industrial global. É interessante perceber que o keynesianismo sabe que o sindicalismo é fruto do próprio capitalismo e não uma distorção. Sobre isso, em sua *magnus opus* ensinou Keynes:

Tampouco se pode encontrar na Teoria Geral a solução para a questão inflacionária. Desconhecer seus ensinamentos, no entanto, pode nos conduzir a desastradas recomendações de política econômica que sub-repticiamente tentam revigorar ensinamentos obsoletos desde 1936. Nesta categoria estão as alegações de que os sindicatos são distorções e não, como efetivamente o são, características do sistema capitalista (KEYNES, 1996, P. 22)

Dessa forma, o sindicato barganhava direitos para os trabalhadores junto ao Estado e aos empregadores e, em contrapartida, a entidade de classe tornava-se mais burocrática e cada vez mais adaptada a cooperar junto ao modelo fordista e taylorista. A tentativa de aparelhamento, pelo Estado, das entidades sindicais tornou-se uma constante. Isso ocorreu porque existiam lados opostos da luta de classes negociando a todo tempo acerca de condições de trabalho e remuneração, enquanto o Estado regulamentava essa relação jurídica-econômica.

Chancelando essa relação, Belluzzo analisando Keynes, afirma que Maynard chegou, por meio de conferência a liberais, em 1927, a defender que o Estado deveria estar preparado não só para regulamentar cartéis, mas também a relação entre empresas e trabalhadores (BELLUZZO, 2021). O que é importante destacar nessa discussão são dois pontos. O primeiro: compreender como funcionam os sistemas produtivos é também ter um entendimento de como funciona o sistema capitalista em determinado período histórico. Já o segundo: o inevitável centralismo do trabalho. Sem trabalho, não há produção. Portanto, ao visualizar as condições de trabalho, vislumbra-se, novamente, como funciona o capitalismo.

Entretanto, diante da forte crise econômica, na década de 1970, as formas de organização da produção foram questionadas. Nesse período, principalmente nos Estados Unidos da América, a taxa de lucratividade das empresas caiu sensivelmente e de forma conjunta começou-se a questionar mais fortemente os elevados gastos públicos realizados pelo Estado e seu consequente endividamento. Ou seja, com a minoração dos lucros e com problemas fiscais, o fordismo-heynesianismo estava definitivamente posto em xeque.

Ademais, para que se compreenda ainda mais profundamente o fenômeno do fordismo e taylorismo é imprescindível a análise do conceito de "rigidez". Em "A condição pós-moderna" Harvey explica o fenômeno a partir desta conceituação:

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e longo prazo em sistema de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor "monopolista"). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora - o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972 (HARVEY, 2008, P. 135).

Uma das poucas manobras de flexibilidade que existia até então era a impressão de papel moeda. Porém, a consequência direta disso foi o aumento da inflação, a diminuição do poder de compra e aumento nos focos de manifestação de entidades ligadas à classe trabalhadora. Evidentemente que com a diminuição do poder de compra e o desaquecimento da economia, a produção total fica muito aquém da capacidade.

Nesse sentido, as décadas de 1970-1980 serviram para a reorganização econômica do capitalismo e para uma verdadeira reestruturação produtiva. Também nesse contexto emergiram uma nova forma de organização da produção alicerçada nas empresas Toyota cujas características serão abordadas pormenorizadamente.

## 1.2. A TRANSIÇÃO PARA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Antes de se adentrar às características da acumulação flexível é importante discorrer sobre a transição ocorrida entre a produção fordista-keynesiana rígida para o sistema Toyota flexível. Harvey sintetiza, *a priori*, em três características importantes do modo de produção capitalista e que são fundamentais para interpretar este fenômeno. A saber resumidamente: o sistema capitalista é orientado para o crescimento, de forma que este último se apoia na exploração do trabalho vivo, independentemente de suas consequências sociais e, por fim, tudo isso ocorre de forma dinâmica nos aspectos organizacionais e tecnológicos (HARVEY, 2008, P. 158-160).

Diante dessas características supramencionadas evidencia-se uma das nuances mais explícitas do capitalismo: a necessidade da superacumulação. Ademais, diante da superacumulação de capital, a classe dominante tem, basicamente, três saídas para evitar crises (HARVEY, 2008, P. 170). A primeira passa pela desvalorização. Tanto de moeda, papéis, mercadorias e, até mesmo, do emprego. A segunda possibilidade é o exercício do controle macroeconômico através do Estado, tentando controlar a superacumulação. Essa escolha foi muito utilizada no período keynesiano. Por fim, a terceira opção é a absorção da superacumulação por meio do deslocamento temporal-especial (HARVEY, 2008, P. 170-176).

Esta última é mais complexa. A absorção por meio do deslocamento temporal consiste em ajustes do tempo de giro<sup>2</sup> para que seja possível absorver o excedente anterior. Já o deslocamento espacial tem como perfil a implementação do acúmulo de capital (e mercadorias) nos mais diversos espaços (e até criando espaços geográficos).

Outrossim, juntando estas duas formas de absorção criam-se pequenos núcleos espalhados de superacumulação, gerando competição entre nações desenvolvidas e outras que estão se industrializando e se tornando competitivas comercialmente. Por outro lado, com o enorme déficit fiscal os ajustes do tempo de giro não foram suficientes. Ao cabo, a crise do fordismo-keynesianismo deu-se por ausência de opções de como lidar com a superacumulação – que outrora,

---

<sup>2</sup> Tempo de Giro é a velocidade do que o investimento financeiro gera lucro para o investidor.

em 1929, o mesmo colapso se apresentou e o keynesianismo foi dado como a solução (HARVEY, 2008, P. 174).

Mas a transição não se dá apenas por motivos de concorrência inter-capitalista. Há também as revoltas operárias ocorridas a partir da década 70 e que são imprescindíveis para compreender esse fenômeno. Com o esgotamento do modelo fordista-taylorista e, por conseguinte, do próprio *welfare state*, outros pilares também acabam por derruir e começaram a ser questionados. Um deles é a legitimidade dos sindicatos burocratizados.

A ausência de legitimidade e a passividade dessas entidades, bem como com os arrochos trabalhistas engendram greves operárias massivas que questionavam as condições de trabalho e, no limite, a própria social-democracia que se instalara, principalmente na Europa Ocidental. Ou seja, o próprio operário que fazia parte da massa do exército de mão-de-obra de reserva, criado pelo próprio sistema produtivo, começou a opor-se para questionar o sistema. Sobre isso, explica Antunes:

No final dos anos 60 as ações dos trabalhadores atingiram seu ponto de ebulição, questionando os pilares constitutivos da sociabilidade do capital, particularmente no que concerne ao controle social da produção. Com ações que não pouparam nenhuma das formações capitalistas desenvolvidas e anunciavam os limites históricos do “compromisso” fordista, elas ganharam a forma verdadeira revolta do operário-massa contra métodos tayloristas-fordistas de produção, epicentro das principais contradições do processo de massificação. O taylorismo-fordismo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação no processo de organização do trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido. Ao mesmo tempo, o operário-massa era frequentemente chamado a deformações e enganos cometidos pela “gerência científica” e pelos quadros administrativos. (...) Particularmente, com relação às lutas dos trabalhadores, elas também exprimiram descontentamento em relação ao caminho social-democrata do movimento operário, predominante nos organismos de representação do (ou sobre o) mundo do trabalho (ANTUNES, 2007, 41-42)

Porém, vale ressaltar que a transição para o toyotismo modificou o padrão de acumulação e produção de mercadorias e não o modo de produção. Portanto, no toyotismo buscou-se formas de reestruturar a economia combinando estratégias que não sejam conflituosas com a premissas do capitalismo.

Nesse sentido, a acumulação flexível encontrará, em conceitos marxistas, na mais valia absoluta e relativa a saída para a crise econômica. Em outras palavras, por meio da precarização da jornada de trabalho – quer pelo aumento, quer pela flexibilidade- e através das mudanças profundas na organização e na tecnologia das empresas a acumulação flexível manifesta de forma inovadora conceitos cunhados por Karl Marx.

### 1.3 A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E O TOYOTISMO

A flexibilidade nesse tipo de acumulação perpassa em diversos âmbitos: na jornada de trabalho, na produção e até mesmo nos padrões de consumo (HARVEY, 2008, P. 140). A classe trabalhadora que anteriormente organizava-se nas entidades sindicais<sup>3</sup>, viu seu poder de barganha diminuir profundamente e a quantidade de postos de empregos formais minorar. Sobre o desemprego estrutural ensina Ricardo Antunes e Márcio Pochmann:

Pois bem, nessas mudanças todas, a empresa taylorista e fordista mostrou que tinha cumprido sua trajetória. Tratava-se, então, de implementar novos mecanismos e formas de acumulação, capazes de oferecer respostas ao quadro crítico que se desenhava. Foram várias as experiências nesse sentido: na Suécia (em Kalmar); no Norte da Itália, por meio da chamada “Terceira Itália”; na Califórnia, nos EUA; no Reino Unido, na Alemanha e em diversos outros países e regiões. Estávamos presenciando, a partir da década de 1970, a experimentação daquilo que o cientista social e geógrafo norte-americano David Harvey (1992) chamou de era da “acumulação flexível”. Tratava-se de garantir a acumulação, porém de modo cada vez mais flexível. Daí é que se gestou a chamada empresa flexível. Essa transformação estrutural – que deslançou a chamada reestruturação produtiva do capital em escala global – teve forte incremento após as vitórias do neoliberalismo de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, quando um novo receituário, um novo desenho ideopolítico, apresentou-se como alternativa em substituição ao welfare State. Começava a se expandir a pragmática neoliberal. (...) Essa reestruturação produtiva fundamentou-se ainda no que o ideário dominante denominou como lean production, isto é, a empresa enxuta, a “empresa moderna”, a empresa que constrange, restringe, coíbe, limita o trabalho vivo, ampliando o

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que as entidades sindicais já vinham sendo contestadas por setores da classe trabalhadora, principalmente no período do pós-segunda guerra mundial. Isso porque os sindicatos eram majoritariamente compostos por homens brancos. Após a segunda grande guerra homens negros e mulheres inseriram-se fortemente no mercado de trabalho e não se viam devidamente representados nas entidades de classe.

maquinário tecno-científico, o que Marx denominou como trabalho morto. Ela redesenha cada vez mais a planta produtiva, reduzindo força de trabalho e ampliando sua produtividade. O resultado está em toda parte: desemprego explosivo, precarização ilimitada, rebaixamento salarial, perda de direitos etc. (ANTUNES; POCHMANN, 2021).

No mesmo sentido expõe Sennett:

O termo conhecido para essas práticas é “reengenharia”, o fato mais destacado na reengenharia é a redução de empregos. As estimativas dos números de trabalhadores empregados que foram “reduzidos” de 1980 a 1995 variaram de um mínimo de 13 milhões a um máximo de 39 milhões. A redução tem tido uma relação direta com a crescente desigualdade, uma vez que só uma minoria dos trabalhadores espremidos para fora encontrou outro trabalho com os mesmos salários ou maiores. Numa bíblia moderna sobre esse assunto, *Reengineering the Corporation*, os autores, Michael Hammer e James Champy, defendem a reengenharia organizacional da acusação de ser uma mera cobertura para a demissão de pessoas, afirmando que “reduzir e reestruturar significam apenas fazer menos com menos. Reengenharia, em contraste, significa fazer mais com menos (SENNETT, 2015, P.184).

Diante da reengenharia supracitada e o maior apego à dinamicidade, a acumulação flexível tem verdadeira aversão à burocracia fordista-keynesiana. Dessa forma, as empresas que outrora eram horizontalizadas, tornaram-se verticais e com espaços integrados. Não há espaço para estoques, a produção pauta-se pela demanda e vangloria-se o consumo individualizado.

Há um outro paradigma<sup>4</sup>. Enquanto a indústria fordista estava calcada no paradigma da modernidade, da produção diante da quantidade de recursos existentes, na acumulação flexível é diferente. O paradigma é o da pós-modernidade, cujos bens possuem obsolescência programada diante do entorno de fluidez que embebeda o ambiente contemporâneo. Dessa maneira, é hipervalorizada a espetacularização e a efemeridade.

Nessa esteira, para verificar o nível de grau de consciência das indústrias da Toyota ao se colocar no mercado com as ideias mencionadas acima, vale

---

<sup>4</sup> Há discussões se há outro paradigma efetivamente ou não. Existem entendimentos que afirmam que a fase de acumulação flexível é, na verdade, uma continuidade da empresa fordista, como expõe Ricardo Antunes no artigo “O Toyotismo, as novas formas de acumulação de as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)”. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5413017/mod\\_resource/content/1/RESENHA%20-%20%20Toyotismo%20-%20Ricardo%20Antunes.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5413017/mod_resource/content/1/RESENHA%20-%20%20Toyotismo%20-%20Ricardo%20Antunes.pdf)

recorrer à obra de Taichii Ohno, engenheiro da Toyota e um dos principais pensadores do toyotismo. Na obra “O sistema Toyota de produção”, alguns trechos são de extrema valia para compreender todo o processo produtivo. Para se ter uma noção, o primeiro capítulo da obra chama-se “A crise do petróleo abriu nossos olhos”. Nesse capítulo é exposto:

A crise do petróleo no outono de 1973, seguida da recessão, afetou governos, empresas e sociedades no mundo inteiro. Em 1974, a economia japonesa havia caído para um nível de crescimento zero e muitas empresas estavam com problemas. Mas na Toyota Motor Company, embora os lucros tenham diminuído, ganhos maiores do que o de outras empresas foram mantidos em 1975, 1976 e 1977 (OHNO, 1993, P. 26).

Mais à frente Ohno ressalta o fato de que é uma meta “alcançar os Estados Unidos da América”, no entanto, o autor salienta as peculiaridades do sistema Toyota de produção que fizeram com que a empresa passe a recessão de forma lucrativa (OHNO, 1993, P. 23). Uma das especificidades citadas no livro é o método *just in time*. Explica o autor:

*Just in time* significa que, em um processo de fluxo, as partes corretas necessárias à montagem alcançam a linha de montagem no momento em que são necessários e somente na quantidade necessária. Uma empresa que estabeleça esse fluxo integralmente pode chegar a estoque zero. (OHNO, 1993, P. 26)

Em ao menos duas passagens são exaltados o trabalho em equipe e em outras passagens acabam por aprofundar mais acerca do sistema *kanban* com o *just in time* para evitar o desperdício e a superprodução desnecessária. Ou seja, verifica-se que alguns elementos foram retirados das indústrias norte-americanas como o Controle de Qualidade e o Controle de Qualidade Total, porém outros foram introduzidos na linha de produção a fim de aumentar a lucratividade e diminuir os gastos. Nesse sentido, o próprio Ohno afirma em sua obra: “nosso problema era como cortar custos e, ao mesmo tempo, produzir pequenas quantidades de muitos tipos de carros” (OHNO, 1993, P. 23).

É visível a verdadeira reestruturação produtiva que foi realizada a partir da década de 1970 pelas empresas e que foi apoiada fortemente pelos Estados capitalistas enquanto saída para crise. Evidentemente que os cortes nos custos engendraram fortes perdas para os trabalhadores e é sobre isso que será discorrido neste momento do trabalho.



## 1.4 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O SEU SOCIO-METABOLISMO

As formas de organização do trabalho e da produção estão intimamente ligadas ao período histórico e econômico que estão alocadas. Como exposto, a forte crise da década de 1970 ensejou a necessidade por parte dos capitalistas de iniciarem uma verdadeira reestruturação da produção.

Neste momento, o trabalho se aterá aos aspectos específicos deste fenômeno histórico, social e econômico. Didaticamente, explica Giovanni Alves:

Com a crise estrutural do capital, em meados da década de 1970, ocorre no centro dinâmico do sistema mundial do capital, com destaque para EUA, Europa Ocidental e Japão, um processo de reestruturação capitalista que atinge as mais diversas instâncias do ser social. É no bojo deste processo sócio-histórico que surge o novo complexo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho organizado. (...) O novo complexo de reestruturação produtiva surge no interior da III Revolução Industrial, que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais; e sob a mundialização do capital e do sócio-metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho. (ALVES, 2007, P. 156)

A reestruturação produtiva surge, portanto, em meio a um processo de desenvolvimento tecnológico sem precedentes.. Porém, a reestruturação da produção possui inovações interiores e exteriores. Ou seja, há inovações organizacionais, tecnológicas e na própria sociabilidade do trabalho.

Primeiramente, no que tange às inovações exteriores pode-se citar: a macroeconomia neoliberal e sua relação com os territórios, as formas do Estado neoliberal e a pós-modernidade (ALVES, 2007, P. 156-158). Esses aspectos relacionam-se entre si e com o ambiente produtivo. No âmbito da produção o princípio fundante é flexibilidade. A flexibilidade engendra uma produção fluída alicerçada em princípios como o *just in time* e *kanban*. Ademais, essa fluidez também ultrapassa as barreiras da produção e atinge os trabalhadores. A este fenômeno denomina-se “captura” da subjetividade.

Sobre esse tema, explica Giovanni Alves:

A tripartição do psiquismo humano que utilizamos é de origem freudiana, sendo elaborado por Freud na sua primeira tópica (1900-1920). Na primeira tópica, ou teoria dos lugares, ele

definiu o aparelho psíquico como sendo constituído pelo inconsciente, o pré-consciente e o consciente (na segunda tópica freudiana, nos escritos do 1920-1939, o pensador austríaco fez intervirem três instâncias ou três lugares, o id, o ego e o superego). Consideramos, a título meramente heurístico, a subjetividade humana composta por mente e corpo que, de modo indissociável, constituem a individualidade social. Na mente, segundo a ótica freudiana, distinguimos, como instâncias do psiquismo humano, a consciência, pré-consciência e inconsciente. Portanto, ao tratarmos da subjetividade e de sua “captura”, referimo-nos não apenas à instância da consciência, mas às instâncias da pré-consciência e do inconsciente. As técnicas de manipulação utilizadas pelos aparatos midiáticos do sistema do capital buscam atingir o conteúdo oculto da pré-consciência e do inconsciente humanos, visando a influenciar o comportamento dos indivíduos sociais. Na sociedade burguesa, como observaram Marx e Engels, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, que constitui seus aparatos de dominação hegemônica pela manipulação midiática das instâncias pré-conscientes e inconscientes do psiquismo humano. O capitalismo manipulatório levou à exaustão os recursos de manipulação das instâncias intrapsíquicas do homem, pelas quais se constituem os consentimentos espúrios à dominação do capital nas “sociedades democráticas”. O sócio-metabolismo do capital ocorre por meio do tráfico de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que incidem sobre as instâncias intrapsíquicas. Na medida em que o toyotismo baseia-se em atitudes e comportamentos pró-ativos, a construção do novo homem produtivo utiliza, com intensidade e amplitude, estratégias de subjetivação que implicam a manipulação incisiva da mente e do corpo por conteúdos ocultos e semi-ocultos das instâncias intrapsíquicas (ALVES, 2007, P. 158).

O toyotismo pratica verdadeira manipulação. Por esse motivo é tão comum, em treinamentos empresariais, a cobrança por controle emocional e comportamental. Mobilizam-se os valores-fetiches. O domínio que a reestruturação produtiva impõe na esfera cultural é evidente até mesmo na linguagem. Não é à toa que termos como “empregado”, “operário” ou “trabalhador” deram lugar ao “colaborador” e ao “trabalho em equipe” ou “time”.

Sobre as diferenças na captura da subjetividade no fordismo e no toyotismo, destaca Giovanni Alves:

No contexto do fordismo-taylorismo ocorreu a decomposição da figura humana, ou do sujeito (e da subjetividade) do trabalho, tendo em vista que, no interior da linha de produção de mercadorias, o cérebro separou-se do corpo submetido às

prescrições taylorista-fordistas. Por exemplo, o imaginário modernista do século XX expressou, de certo modo, segundo Moraes (2002), a implicação subjetiva problemática constitutiva da lógica taylorista-fordista através da idéia do “corpo impossível”. Essa relação problemática entre corpo e mente seria um dos elementos de crise do fordismo-taylorismo nas décadas de 1960 e 1970. Por outro lado, sob a produção toyotista, mente e corpo são mobilizados pelo capital para integrarem-se à produção do valor. A busca de uma nova implicação subjetiva na produção “pós-fordista” supõe uma nova relação corpo-mente, o que significa não apenas uma nova disposição psico-cognitiva, mas uma nova postura corporal ou nexos psicofísico capaz de recompor a subjetividade do trabalho vivo nas condições da acumulação flexível (ALVES, 2008, P. 235)

Por esse motivo Ricardo Antunes afirma que a lógica do toyotismo é “mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória” (ANTUNES, 1995). Sobre a corrosão do caráter proporcionada pela flexibilidade, escreve Sennett:

Certamente Rico não quer viver como um schumpeteriano, embora na luta feroz pela sobrevivência se tenha saído bem. “Mudança” significa simplesmente deriva; Rico preocupa-se com a possibilidade de seus filhos derivarem ética e emocionalmente — mas, como aconteceu com os patrões, não pode escrever uma carta aos filhos para orientá-los no tempo. As lições que quer ensinar a eles são tão atemporais quanto seu próprio senso de determinação —o que significa que seus preceitos éticos se aplicam a qualquer um e a todos os casos. As confusões e ansiedades da mudança criaram nele essa oscilação para o extremo oposto; talvez por isso não possa mostrar sua própria vida como uma história ilustrativa aos filhos, talvez porque, ouvindo-o, não tenhamos senso do desenvolvimento de seu caráter, da evolução de seus ideais. Descrevi este encontro porque as experiências de Rico com tempo, lugar e trabalho não são únicas; tampouco o é a sua reação emocional. As condições de tempo no novo capitalismo criaram um conflito entre caráter e experiência, a experiência do tempo desconjugado ameaçando a capacidade das pessoas transformar seus caracteres em narrativas sustentadas. (...) O que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo. A instabilidade pretende ser normal, o empresário de Schumpeter aparecendo como o Homem Comum ideal. Talvez a corrosão de caracteres seja uma consequência inevitável. “Não há mais longo prazo” desorienta a ação a longo prazo, afrouxa os laços de confiança e compromisso e divorcia a vontade do comportamento. Creio que Rico sabe que é ao mesmo tempo um homem bem-sucedido e

confuso. O comportamento flexível que lhe trouxe o sucesso está enfraquecendo seu caráter de um modo para o qual não há remédio prático. Se ele é o Homem Comum de nossa época, sua universalidade pode estar em seu dilema (SENNETT, 2015, P. 101-105).

Vale destacar que a classe trabalhadora realizou resistência ativa a esse processo de captura da subjetividade e de domínio como um todo. Além das manifestações de operários-massa durante as décadas de 1960-1970 também se destacam as greves inglesas durante a década de 1990<sup>5</sup>. A resistência se expressou fortemente pelo fato de que a reestruturação produtiva acelerou demasiadamente o processo de precarização do trabalho.

Sobre a precarização do trabalho ensina Antunes:

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços: aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora: precarização e terceirização da força humana que trabalha: destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (partnership), ou mesmo em um "sindicalismo de empresa" (ANTUNES, 2007, P. 53)

Um dos elementos da precarização é o surgimento da figura do trabalhador polivalente. A reestruturação produtiva traz em seu bojo o discurso do trabalhador multi-tarefas e qualificado. Mas, muitas vezes, a ausência de especialização no ambiente produtivo do empregado faz com que ele se torne "vazio":

Entretanto, por trás da intensificação do ritmo do trabalho que existe no toyotismo, em virtude da "maximização da taxa de ocupação das ferramentas e dos homens" (Coriat), persiste uma nova repetitividade do trabalho. É claro que existe uma ampliação do ciclo do trabalho em virtude da "desespecialização". Só que, ampliar o ciclo do trabalho não significa desenvolver o processo de 'requalificação' do trabalho. A "desespecialização" (ou polivalência do trabalho) não quer dizer que eles tenham se convertido em trabalhadores qualificados, mas representam, como salientou Aglietta, "o

---

<sup>5</sup> Evidentemente que as manifestações e a resistência contra a precarização do trabalho persistem até os momentos atuais. No Brasil houve diversas mobilizações contrárias à Reforma Trabalhista e também manifestações contrárias aos abusos feitos por empresas de aplicativos. Essas manifestações ficaram conhecidas como "breque dos apps".

extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto”. Deste modo, a uniformização que o toyotismo realiza é apenas a expressão organizacional da coletivização do trabalho, sob a forma de trabalho abstrato (que permite a ampliação das tarefas). O trabalho ampliado dos operários “pluri-especialistas”, resulta tão vazio, e tão reduzido à pura duração, como o trabalho fragmentado (AGLIETTA, 1978). Portanto, tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo (ou da Produção Enxuta) continua sendo incrementar a acumulação do capital, através do aumento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como o taylorismo e fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria (ALVES, 2007, P. 165).

Ainda sobre as diferenças do modelo fordista-keynesiano com a reestruturação produtiva externalizada por meio do fordismo é que esse último não possui o compromisso com a racionalização da sociedade. O keynesianismo utilizou do discurso da racionalização social para a instituição do *welfare state*. Já a reestruturação produtiva não possui nenhum compromisso social<sup>6</sup>. Por esse motivo reafirma suas normas intra-fábrica, intra-empresa, reforçando seus valores e normas organizacionais. Essa é mais uma forma do sociometabolismo do capital para a captura da subjetividade do trabalhador para uma subsunção da subjetividade real e material ao trabalho.

Essa captura da subjetividade induz o trabalhador a normalizar condições precárias de trabalho, tais como: trabalhos intermitentes, trabalhos com jornadas extenuantes e remunerações baixíssimas, terceirizações, trabalhos informais, temporários e entre outras formas de precarização estrutural do trabalho. É um sociometabolismo totalizante. Nesse sentido, o discurso toyotista e, portanto, da reestruturação produtiva, é de que a vida é *business*. Surgindo o empreendedorismo de si mesmo, isto é, o capital mais valioso é a própria vida do trabalhador:

É a vida social que se interverte numa esfera de produção de valor. A vida é *business*. A vida se torna “o capital mais precioso”. A sociedade do toyotismo é uma sociedade de

---

<sup>6</sup> Evidentemente a reestruturação produtiva tem relação com a forma de organização estatal. Não se pode perder de vista que esse fenômeno ocorre em meio à temporalidade da sedimentação do neoliberalismo. É completamente impossível desvincular reestruturação produtiva e neoliberalismo.

produtores, isto é, sociedade do produtivismo universal, que se expressa, por exemplo, através do léxico de “capital humano”. Como observa Gorz, “a pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa.” (é o que nos sugere o título de uma revista da Editora Abril: “Você S/A”). E prossegue ele: “Ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é. Em suma, o regime salarial deve ser abolido.” (GORZ, 2005) É claro que se trata de uma nova ideologia do capital, uma operação complexa levada a cabo pelo novo regime de acumulação flexível, sob o espírito do toyotismo, que busca ocultar as contradições candentes de capitalismo em sua etapa de crise estrutural. A verdade da ideologia é mascarar as contradições. A máscara do toyotismo é a máscara do autoempreendedorismo. É a ideologia extrema da abolição do regime salarial, cujo sonho toyotista é um mundo da produção constituído apenas por empresas individuais de prestação de serviços individuais. A ideologia do auto empreendedorismo é a solução fictícia à crise estrutural do mercado de trabalho capitalista. Nesta ótica ideológica, cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos. (ALVES, 2007, P. 166)

É impressionante como se inverte toda a lógica histórica de que o risco do empreendimento é do patrão, sendo o trabalhador parte vulnerável na relação de trabalho/emprego. A partir desse novo mito, o trabalhador – que não se enxerga como trabalhador, mas sim como empreendedor, empresário- corre todo os riscos da atividade laborativa. Um exemplo clássico dessa inversão de valores na esfera trabalhista é a uberização do trabalho. Especificamente no exemplo da empresa Uber, para que os motoristas consigam uma remuneração minimamente decente laboram muito mais do que oito horas diárias – máximo legal previsto na Constituição Federal.

Tanto é que a própria empresa reduziu a jornada de trabalho para o máximo de doze horas por dia (GLOBO, 2021). Mesmo trabalhando com subordinação, onerosidade, pessoalidade e não eventualidade, cumprindo todos os requisitos para o reconhecimento de relação empregatícia conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, o motorista de aplicativo é considerado um

empreendedor<sup>7</sup>. Como já exposto, a própria linguagem utilizada representa este sociometabolismo. No *website* da Uber, na aba para baixar o *app Uber driver*, está escrito “Baixe o app de parceiro” (UBER, 2021). A precarização do trabalho é evidente também nos números: cerca de 12% dos motoristas de Uber no Brasil possuem ensino superior incompleto, 5% ensino superior completo. Além disso, o número de motoristas cresceu 137% nos últimos oito anos impulsionado pela ausência de emprego formal (ESTADÃO, 2021). Diante da falta de direitos previdenciários muitos trabalhadores autônomos recorrem a pejetização via MEI para realizarem seus recolhimentos previdenciários.

Mas isso, reitera-se, é um fenômeno global e não localizado em um país ou em um aplicativo. Na plataforma Cabify 34% dos motoristas possuem ensino superior completo, por exemplo (GLOBO, 2021). As jornadas extenuantes e sem vínculo empregatício, podem ser visualizadas também no labor dos entregadores de aplicativos. Levantamentos recentes realizados pela Universidade Federal da Bahia expõem que a jornada desses obreiros chegou a 64,5 horas semanais (SAKAMOTO, 2021), bem acima do previsto pela Constituição Federal: 40h semanais.

Ainda sobre a pesquisa realizada pela Universidade Federal da Bahia, os resultados são assustadores quanto à precarização do trabalho (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2021): durante a pandemia 48% dos entregadores recebiam menos do que um salário-mínimo. Antes do contexto da pandemia esse número correspondia a 31,2%. Vale ressaltar que os entregadores não possuem direitos trabalhistas, portanto, não auferem férias, 1/3 constitucional, FGTS, 13º salário e, ao deixar o trabalho, não possuem verbas rescisórias. Por fim, destaca-se que antes da pandemia cerca de 34% dos entregadores auferiam pela sua hora trabalhada valor menor do que a hora trabalhada do empregado com carteira assinada e que auferem um salário-mínimo nacional. Durante a pandemia esse número subiu para quase 52%.

Mesmo com os ônus mencionados há dados recentes do IBOPE que atestam que a maioria dos entregadores preferem ser autônomos do que ter

---

<sup>7</sup> Apesar de que novas decisões do Tribunal Superior do Trabalho têm indicado recentemente uma possível mudança de posição da jurisprudência.

carteira assinada (GLOBO, 2021,). Já o Datafolha aferiu que metade dos eleitores brasileiros preferem ser autônomos a empregados (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021). Para compreender este fenômeno recorre-se mais uma vez à literatura de Giovani Alves:

A nova dinâmica hegemônica do capital sob o modo toyotista de organização do trabalho não se reduz apenas à extensão da produção e da ideologia produtivista à totalidade social (isto é, a vida é business e o mito do auto empreendedor). O movimento contrário também é verdadeiro: o campo da produção propriamente dita se impregna do discurso do mercado como instância reguladora da vida social. Se toda atividade vital deve tornar-se um negócio, todo negócio deve tornar-se atividade vital, isto é, a empresa tende a tornar-se um imenso mercado, instância de intercâmbio vital, constituída por grupos de trabalho que prestam serviço uns aos outros, que colaboram entre si, e onde se oculta os interesses antagônicos entre capital e trabalho assalariado. Como diz Marx, “o que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade...” Por isso que na ótica da empresa toyotista, no local de trabalho, todos passam a ser “colaboradores” ou mesmo “clientes”, supostamente pessoas livres, juridicamente iguais. Diz ainda Marx, “o único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados.” (MARX, 1985) A nova linguagem toyotista, que semeia o gerenciamento pós-moderno, que expressa a visão neoliberal do futuro do trabalho, expõe o agudo fetichismo da mercadoria que impregna a esfera da produção. Como toda ideologia orgânica, o toyotismo é uma nova mitologia do trabalho estranhado. Eis o sintoma da fragilidade sistêmica que atinge a produção toyotista. Portanto, sob o capitalismo tardio, a reestruturação produtiva tende a ser, cada vez mais, cum grano salis, uma reestruturação sócio-reprodutiva. Ou melhor: as inovações sócio-metabólicas tendem a ser, como as inovações tecnológicas e inovações organizacionais, uma das dimensões compositivas do novo complexo de reestruturação produtiva. É claro que, por um lado, a extensão da instância produtiva, a “produção como totalidade social”, expõe a constituição de uma sociedade do trabalho cada vez mais social, no sentido da divisão social do trabalho e do trabalho socializado. Entretanto, sob o modo de produção capitalista, que é a sociedade do trabalho estranhado, o tempo de vida social tende a ser dilacerado pelo tempo de trabalho. Produção do capital é produção destrutiva. Por isso, na medida em que a produção se põe como totalidade social, instaura-se, por outro lado, as condições sócio-materiais para a barbárie social (ALVES, 2008, P. 240).

A nova dinâmica do trabalho e o novo socio-metabolismo do capital são tão totalizante a ponto de realmente capturar a subjetividade do trabalhador de



forma a induzir este último a erro sobre a sua condição no mundo e na relação laboral. A sedimentação ideológica do capital é tamanha a ponto do trabalhador hiper-precarizado enxergar-se como empresário ou empreendedor, pelo fato de que a vida é *business* e o *business* é vida.

### **1.5 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA ENQUANTO UM FENÔMENO GLOBAL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA**

Vale ressaltar que a reestruturação produtiva, ancorada no neoliberalismo e no toyotismo, é um fenômeno mundial. Acima foram citados dados sobre a precarização de motoristas de aplicativo e entregadores no Brasil, mas estes fenômenos de extenuação do trabalhador, a derrocada de direitos e as baixas remunerações podem ser visualizados em diversos países do globo, desde os países da periferia do capital aos países centrais:

Exemplo emblemático é o do zero hour contract, modalidade perversa de trabalho que viceja no Reino Unido e se esparrama pelo mundo, em que os contratos não têm determinação de horas – daí sua denominação. Nessa modalidade, trabalhadores das mais diversas atividades ficam à disposição esperando uma chamada. Quando a recebem, ganham estritamente pelo que fizeram, nada recebendo pelo tempo que ficaram à disposição da nova “dádiva”. Essa forma de contratação engloba um leque imenso de trabalhadores e trabalhadoras de que são exemplos médicos, enfermeiros, trabalhadores do care (cuidadores de idosos, crianças, doentes, portadores de necessidades especiais etc.), motoristas, eletricitas, advogados, profissionais dos serviços de limpeza, de consertos domésticos, dentre tantos outros. E os capitais informáticos e financeirizados, numa engenhosa forma de escravidão digital, se utilizam cada vez mais dessa pragmática de flexibilização total do mercado de trabalho. Assim, de um lado deve existir a disponibilidade perpétua para o labor, facilitada pela expansão do trabalho online e dos “aplicativos”, que tornam invisíveis as grandes corporações globais que comandam o mundo financeiro e dos negócios. De outro, expande-se a praga da precariedade total, que surrupia ainda mais os direitos vigentes. Se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão (...) Outro exemplo da forma disfarçada assumida pela exploração do trabalho pode ser encontrado na Itália, onde há pouco tempo se desenvolveu uma nova modalidade de trabalho ocasional, o trabalho pago a voucher. Ela é assim denominada porque os assalariados ganham um voucher pelas horas de

trabalho realizadas, o qual trocam pelo equivalente monetário, segundo o salário-mínimo legal pago por hora trabalhada. Se não bastasse esse vilipêndio (que em Portugal se denomina trabalho pago por “recibos verdes”), os trabalhos excedentes muitas vezes são oferecidos por fora do voucher, o que significa uma precarização ainda maior do trabalho ocasional e intermitente (ANTUNES, 2018, 38-40).

Mas não só na Europa. Há porcentagens consideráveis de trabalhadores na Indonésia (23,3%) e na Coreia do Sul (22,6%) de trabalhadores que trabalham mais do que 60h por semana (REVISTA FORBES, 2021). Ademais, há também o caso chinês. A China é internacionalmente conhecida pela sua superexploração do trabalho. Sobre as constatações recentes do mundo do trabalho no país discorre Antunes:

A China merece uma nota especial. Lá encontramos, neste início do século XXI, altas taxas de greves, uma vez que as engrenagens do capitalismo das transnacionais estão levando ao extremo os níveis de superexploração da classe trabalhadora. As causas são várias, e o exemplo da Foxconn é elucidativo. Fábrica do setor de informática e das tecnologias da comunicação, a Foxconn é um exemplo de *electronic contract manufacturing* (ECM), modelo de empresa terceirizada responsável pela montagem de produtos eletrônicos para Apple, Nokia, entre várias outras transnacionais. Em sua unidade de Longhua (Shenzhen), onde são fabricados os iPhones, ampliaram-se desde 2010 os suicídios de trabalhadores, em sua maioria denunciando a intensa exploração do trabalho ao qual estão submetido (ANTUNES, 2018, P. 33).

A expansão da *gig economy*, a uberização do trabalho, tem gerado diversas discussões em muitos países. A Organização Internacional do Trabalho tem alertado pelo aumento da desestruturação dos direitos trabalhistas, o aumento do desemprego e da informalidade em todo o mundo (EL PAÍS, 2021).

No caso da Uber mais especificamente há decisões paradigmáticas que chegaram, inclusive, a reconhecer vínculo empregatício. Na Califórnia foi editada lei que reconhece o vínculo empregatício entre aplicativo e motorista (CONSULTOR JURÍDICO, 2021). Na França o vínculo empregatício tem sido reconhecido por meio de decisões judiciais (CONSULTOR JURÍDICO, 2021). No Brasil o Tribunal Superior do Trabalho tem proferido decisões reiteradas no sentido de negar o vínculo empregatício entre motoristas e aplicativos.

Apesar de a reestruturação produtiva ser um fenômeno indubitavelmente global é preciso realizar ressalvas. Isso porque as condições materiais do trabalhador nos países centrais do capitalismo são diferentes das condições socioeconômicas da classe trabalhada de países periféricos como o Brasil. Isso se dá por diversos motivos quando observada a realidade brasileira: a começar que o Brasil tem uma industrialização tardia e, por conseguinte, possui um operariado tardio. Ainda, o Estado brasileiro não teve a experiência do *welfare state* clássico dos Estados Unidos da América e Europa.

Para depreender o significado da precarização do trabalho, recorre-se a Giovanni Alves:

A experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal. Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa (ALVES, 2009, P. 189)

A reestruturação produtiva começa a ganhar fôlego no Brasil a partir da década de 1990, com Fernando Collor de Mello na presidência e suas reformas neoliberais. Cria-se um ambiente objetivo e subjetivo propício para a derruição de direitos. Um dos marcos paradigmáticos foi a adesão do Brasil ao Consenso de Washington em 1989.

A década de 1990 também foi marcante para a análise de outro aspecto essencial para a compreensão de como se deu o processo de sedimentação da reestruturação produtiva. Já foi apresentado neste estudo que um dos pilares do taylorismo-fordismo era o sindicato forte. Inclusive, isso foi importante para uma série de conquistas da classe trabalhadora em todo o mundo. No entanto, a partir da década de 1990 as greves diminuíram drasticamente diante do enfraquecimento dos sindicatos e também devido ao aumento do desemprego e a recessão econômica (ALVES, 2009, P. 189). Outrossim, a iniciativa privada brasileira, observando a cartilha neoliberal, realiza verdadeira ofensiva contra os trabalhadores, minando e descentralizando negociações coletivas, além de

apoiar reformas no Estado: tais como Reforma da Previdência, Reforma Tributária, Reforma Administrativa e entre outras.

Em levantamento feito pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e estudado por Giovanni Alves verifica-se que entre meados da década de 1980 e o fim da década de 1990 o número de grevistas também diminuiu (ALVES, 2009, P. 191). Isso é uma consequência dos bárbaros ataques às entidades sindicais e de representação. Em que pese o número de sindicatos tenham aumentado durante a década de 1990, também ocorreu a hiperespecialização das entidades. Este é um fenômeno de subdivisão de grupos econômicos e dispersão da classe trabalhadora.

O Brasil, a partir do início da década de 1990, entra no que se denomina economia da sociabilidade estrangida:

A política neoliberal de abertura comercial do governo Collor, que prossegue no decorrer da década sob os governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, significou a destruição de cadeias produtivas na indústria brasileira, com empresas sendo fechadas por não conseguirem concorrer com produtos estrangeiros, e, portanto, o crescimento do desemprego de massa. Nesse período, as grandes empresas foram obrigadas a intensificar a reestruturação produtiva colocando o sindicalismo na defensiva diante do cenário hostil – governos anti-sindicalistas e recessão econômica com desemprego cresce. (ALVES, 2009, P. 193)

Ou seja, a economia brasileira portou-se (e até os dias de hoje mantém essa postura) de maneira extremamente subserviente aos interesses do capital estrangeiros e das nações economicamente centrais, em especial aos Estados Unidos da América. Essa submissão se reflete economicamente com juros altíssimos, mercado voltado a importações, exportações de baixo valor agregado, predominância dos interesses de credores e pressão sobre as entidades de classe.

Por outra baila, após a implementação do Plano Real e ao longo dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso na presidência, o país passou por um período maior de estabilidade econômica. Esse período engendrou a implementação do toyotismo “à brasileira”. Isto é, ao invés de as empresas brasileiras manterem uma postura reativa diante dos cenários econômicos

internacionais, foi possível a disseminação de práticas de gestão visando a reestruturação produtiva:

É importante salientar que, no aspecto conjuntural, o Plano Real, de 1994, imprimiu uma significativa inflexão no processo de desenvolvimento capitalista no país, na medida em que estabilizou a moeda corroída pela hiperinflação crônica, alterando as expectativas dos agentes econômicos e, por conseguinte, a morfologia da economia real. É com o sucesso do Plano Real em estabilizar a economia brasileira que alterações estratégicas – e não mais defensivo-reativas – ocorrem nas empresas, num cenário de intensa concorrência dos múltiplos capitais. Nessa época, altera-se o ambiente de trabalho nas empresas (amplia-se, por exemplo, a disseminação de novas práticas de gestão sob o espírito do toyotismo e adotam-se novas tecnologias de produção). Instaure-se nas grandes empresas no país, o que denominamos de “toyotismo sistêmico (ALVES, 2009, P. 193).

Na história recente o país assistiu atônito ao sancionamento da Reforma Trabalhista, a Lei 13.467/2017. A reestruturação produtiva e o espírito do toyotismo são visíveis no texto normativo. Diversas são as flexibilizações dos direitos sociais: tabelamento da indenização por danos morais, a possibilidade de o beneficiário da assistência judiciária gratuita arcar com custas processuais, honorários sucumbenciais e honorários periciais. Pode-se citar ainda, a revogação do direito das horas *in itinere*, o fim da contribuição sindical obrigatória, a possibilidade da terceirização da atividade-fim, a regulamentação do trabalho intermitente e temporário e entre outras modificações.

As mudanças que, na prática, flexibilizaram ainda mais os direitos dos trabalhadores, ocorrem em uma legislação que, pelos críticos, já era denominada como “Direito Capitalista do Trabalho” (RAMOS FILHO, 2012) por mediar o mínimo de interesses dos trabalhadores com as tensões exercidas pelo capital. Rememora-se o fato de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é fruto de um momento histórico onde o Brasil passara a se modernizar, na tentativa de deixar a economia agropastoril em seu passado. A CLT, que foi promulgada em 1943, é uma legislação que vinha mediar os conflitos de um país que havia abolido a escravidão há apenas 43 anos. Nesse contexto histórico, o negro que acabara de ser liberto, não tinha terras, tampouco trabalho, vez que o discurso higienista, de embranquecimento da população, reforçou ainda mais as desigualdades.

Ou seja, a gênese da CLT acontece em um cenário onde o povo estava completamente esquecido pelo Estado, submisso ao poder dos empregadores e completamente à mercê da própria sorte (CARDOSO, 2010, P. 37). Evidentemente, como exposto, o Direito do Trabalho precisa de modernizações, mesmo após a Reforma Trabalhista. Até porque esta última, no aspecto da modernização, muito pouco contribuiu enquanto marco regulatório. Não foram abordados na Reforma Trabalhista os trabalhadores de aplicativos por exemplo e que, hoje, tão presentes na indústria “4.0” ou aspectos da quarteirização.

Por outro lado, a CLT, apesar de ser de 1930, sofreu uma série de modificações. Até a promulgação da Reforma Trabalhista essas modificações se somavam em 470 (BRASIL, 2021), de forma que a legislação não é tão arcaica como foi exposto pelos setores interessados nas flexibilizações dos direitos sociais, como fundamento para a promulgação da Reforma Trabalhista. Com efeito, o empregado ou o trabalhador informal vira uma caricatura de cidadão, no que Genro denomina de “crise terminal do modelo tradicional do Direito do Trabalho” (GENRO, 1996), visto que os patamares mínimos de civilização alcançados foram destruídos.

Por conseguinte, a população tem sentido cada vez mais as mazelas do desemprego estrutural. Ao contrário do que politicamente se prometia o desemprego continuou em alta. A porcentagem da população brasileira em desemprego no primeiro trimestre de 2021 é de 14,7% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). O brasileiro sente – e muito – os infortúnios da reestruturação produtiva e a falta de postos formais de emprego impacta diretamente no aumento da população em situação de rua.

## **2. O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A ESSE SEGMENTO**

### **2.1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL**

O que se pretende, neste momento do trabalho, é relacionar a população em situação de rua com a "questão social". No entanto, inicialmente, é importante conceituar, de acordo com a literatura, a "questão social".

Sinteticamente, Iamamoto ensina:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intervenção do Estado. Têm sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho-, das condições necessária à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001. P.17).

Portanto, a questão social expressa as disparidades econômicas, políticas, culturais e regionais das classes. Ainda, segundo Iamamoto, "é um processo denso de conformismos e rebeldias, forjado antes das desigualdade sociais" (IAMAMOTO, 2001, P.17).

Optou-se por relacionar a população em situação de rua com a questão social por dois motivos: 1) a questão social possui historicidade e ela se modifica ao longo do tempo; 2) A questão social está intimamente ligada ao regime de acumulação de capital que permite a perpetuação das desigualdades. À análise de cada um destes dois pontos.

A historicidade é fundamental quando se analisa o objeto sob o prisma marxista. Portanto, vale realizar uma retomada histórica de quando a expressão "questão social" aparece na literatura. Segundo Iamamoto, "a expressão questão social é estranha ao universo marxiano, tendo sido cunhada por volta de 1830". (IAMAMOTO, 2001, P. 11).

Para José Paulo Netto a expressão foi criada com o seguinte objetivo:

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da

população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo. (NETTO, 2001. P. 42).

Como a questão social tem íntima relação com as desigualdades – incluindo aqui o fenômeno do pauperismo – a sua relação com o mundo do trabalho é intrínseca, vez que o acúmulo de capital se dá, principalmente, por meio da exploração de um homem pelo outro através do trabalho. Com efeito, a questão social analisa essencialmente duas características: a da mercadoria enquanto caráter predominante e determinante dos produtos e a mais-valia como direta e força motriz da produção.

A formação da população em situação de rua e a gênese da questão social são processos que se entrelaçam. Isso porque a acumulação primitiva de capital, isto é, a separação do camponês da terra, que engendrará o pauperismo, também acarretará a rualização.

Retornando o foco de análise novamente à Inglaterra por ser o berço da Revolução Industrial, visualiza-se que o processo de *enclosures* promovidos pela dinastia Tudor aceleraram o assentamento do capitalismo em território britânico, bem como a pauperização da população. Isso porque com os cercamentos a população campesina, que outrora tinha acesso à produção como meio de subsistência, foi extirpada das terras, forçando um êxodo urbano.

Sobre este processo Marx ensina:

Para que este sistema se estabeleça, é necessário, pois, que, em parte pelo menos, os meios de produção tenham sido anteriormente arrancados aos produtores diretos que os empregavam em realizar a sua própria potência de trabalho, e que estes meios sejam detidos por produtores mercantis, que se empregam em especular com o trabalho alheio. [...] Para que o trabalhador, o produtor imediato, pudesse dispor da sua própria pessoa, necessitava, primeiro tudo não estar sujeito a uma terra ou a outra pessoa. (MARX, 1998, p. 270).

Portanto, à medida que os camponeses se livraram do modo de produção feudal e da servidão, em paralelo, outro processo ocorria: “uma imensa massa de mendigos, vagabundos, assaltantes etc. Que viviam à margem da sociedade estabelecida” (SINGER, 2009, P. 24).

Urge questionar qual o tipo de liberdade que se está oferecendo. Isso porque o contingente expurgado do campo não foi absorvido em sua totalidade



pelo parque industrial ainda incipiente no ambiente urbano. Aliás, conta-se também com a própria população urbana que já estava alocada fora do mercado de trabalho pelos mais diferentes motivos. Essa ociosidade compulsória cria o exército de trabalhadores de reserva. A consequência do aumento da superpopulação relativa é o crescimento da concorrência entre os próprios trabalhadores ao estilo da lei de oferta e procura.

Assim, o trabalhador assalariado “livre” se torna um “pobre virtual” (IAMAMOTO, 2011. P. 16). Justamente porque está completamente necessitado dos meios de produção cujos padrões são os detentores e está alijado da riqueza e das formas que lhe garantiriam a sobrevivência.

Vê-se que desde que os primórdios da industrialização as desigualdades são latentes. Sobre este ponto:

Viver no meio da rua não é um problema novo. Se não tão antigo quanto à própria existência das ruas, da vida urbana, remonta, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo. A existência de miseráveis nas cidades pré-industriais – e mesmo após a Revolução Industrial – chamou a atenção de pensadores e romancistas. (BURSZTYN, 2003, p. 19)

Para aprofundar e, até mesmo para que seja possível se ter dimensão da pobreza que assolava a Inglaterra neste período, uma análise mais detalhada da obra “a situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de Engels é fundamental.

Durante o século XIX, por conta das duas primeiras revoluções industriais, os maiores polos industriais estavam localizados na Inglaterra. Londres por ser a capital tinha distinta importância. Sobre isso Engels escreve em sua obra:

Essa imensa concentração, essa aglomeração de 2,5 milhões de seres humanos num só local, centuplicou o poder desses 2,5 milhões: elevou Londres à condição de capital comercial do mundo, criou docas gigantescas, reuniu milhares de navios, que cobrem continuamente o Tâmesa. Não conheço nada mais imponente que a vista oferecida pelo Tâmesa, quando se sobe o rio, do mar até a ponte de Londres. A massa constituída pelo casario, os estaleiros em ambos os lados, sobretudo acima de Woolwich, os incontáveis navios dispostos ao longo das duas margens, apertando-se sempre mais uns contra os outros a ponto de só deixarem livre uma estreita passagem no meio do rio, na qual se cruzam velozmente centenas de barcos a vapor – tudo isso é tão extraordinário, tão formidável, que nos sentimos atordoados com a grandeza da Inglaterra antes mesmo de pisar no solo inglês. Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só

os descobrimos mais tarde. Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os “bairros de má fama” desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas. (ENGELS,2010. P.66).

Ainda continua o autor em outro trecho:

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (ENGELS, 2010, P.69).

Durante a obra, Engels narra que os operários ingleses chamam a miséria imposta pelo próprio modo de produção, que muitas vezes levam a própria morte do trabalhador, de “assassinato social” (ENGELS, 2010, P. 68). Ao longo de toda a obra, o autor visita uma série de cidades: Londres, Manchester, Birmigham, Dublin, Edimburgo, entre outras. Absolutamente todas as cidades possuem as mesmas características: grande parte da população em situação de extrema miserabilidade, enquanto uma minoria de magnatas industriais vive uma existência tranquila.

Para se dar conta da situação de extrema miserabilidade, Engels cita uma reportagem do jornal denominado *The Times* que está datado de 1843: “(...) Na realidade, isso é assustador. Os pobres estão em toda parte. Por toda parte, a indigência avança e insere-se, com toda a sua monstruosidade, no coração de uma grande e florescente cidade.” (ENGELS, 2010, P.75). A condição de miserabilidade não estava circunscrita aos desempregados. Pelo contrário, a grande maioria das populações que possuíam seus postos de trabalho viviam em condições que o autor chama de “indignas”. (ENGELS, 2010, P. 74).

Ao visitar Londres, Engels pôde constatar na prática as mazelas impostas pelo capital ao exército industrial de reserva. O capitalismo possui um grande objetivo central: a acumulação de riqueza. Para que isso ocorra, inevitavelmente, uns acumulam para que outros fiquem à mercê do seu próprio destino. Sobre isso, escreve Marx:

Ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto (MARX, 2013, p.721).

Sobre a condição de habitacional dos trabalhadores, que reflete diretamente sobre ter ou não dignidade, Engels expõe trecho de uma reportagem do diário *The Artizan*:

A classe operária representa aqui cerca de 78% da população total (cerca de 300 mil pessoas) e mora em bairros cuja miséria e horror ultrapassa os outros mais vis. (...) onde desembocam a cada passo pátios e vielas formados por velhas e altíssimas casas, degradadas, mal arejadas e sem água. Essas casas, literalmente, transbordam de moradores: abrigam três ou quatro famílias, talvez vinte pessoas, por andar (ENGELS, 2010, P. 80-81).

Ademais, estas condições habitacionais, aliada à baixa remuneração, jornadas laborais extenuantes, vestuários e alimentação inadequadas levavam os trabalhadores britânicos a uma implacável realidade: a indignidade e a morte precoce. Para comprovar seu ponto de vista, Engels sistematizou suas análises qualitativas em resultados quantitativos. Enquanto na Inglaterra a mortalidade anual era de 1 homem a cada 45, nas ruas dos bairros mais pobres a mortalidade variava entre 1 homem a cada 25 ou 35, a depender do tipo de habitação. Por outro lado, nas ruas cujas casas eram mais equipadas e as famílias não possuíam preocupações materiais a mortalidade anual era de 1 homem para cada 51 ou 45 (ENGELS, 2010, P. 146).

Mas não só. Analisando a mortalidade de locais específicos, com base no *History of the Middle and Working Class* de John Wade, Engels analisou as mortes, em 10 mil habitantes, em áreas rurais com condições salubres, áreas rurais de terreno pantanoso, a cidade de Carlisle antes e depois da industrialização, além dos municípios de Preston e Leeds (ambas cidades já industrializadas).

Impressiona como nas cidades industrializadas há muito menos idosos. Por exemplo, no distrito rural salubre 1.189 pessoas morreram na faixa de 60-69 anos. No distrito rural com área pantanosa o número foi de 963 pessoas. Preston e Leeds tiveram 553 e 593 respectivamente. Carlisle antes da industrialização apresentava o número de 940 e após a industrialização a quantidade de 677 mortes. (ENGELS, 2010. P. 148). Já quanto à mortalidade infantil (crianças menores de 5 anos) a disparidade salta aos olhos: no distrito rural salubre foram 2.865 mortes, enquanto no pantanoso a quantidade foi de 3.159. A cidade de Carlisle antes da industrialização apresentava, nessa faixa etária, a quantidade de 4.408 mortos. Após a industrialização o número saltou para 4.738. Já Preston e Leeds beiram a porcentagem de 50% da população analisada total: 4.947 e 5.286 respectivamente (ENGELS, 2010. P. 148).

Os dados analisados dão substrato para duas conclusões: 1) o processo sócio-histórico da população em situação de rua é inerente ao da produção da questão social pelo capitalismo; 2) a população em situação de rua não é um fenômeno natural das sociedades humanas. Isto é, este fenômeno é próprio do regime de acumulação de capital.

Notoriamente que ao longo dos séculos as relações produtivas se modificaram, quando comparadas com as da Inglaterra do século XIX. Eis que um questionamento surge: há que se falar, então, em uma nova questão social? Ou em uma questão social própria da contemporaneidade? Esse questionamento emerge vez que, em um primeiro momento de análise da questão social tem-se uma sociedade industrial com um capitalismo ainda recente em termos históricos.

Por outro lado, hodiernamente, tem-se uma sociedade com a economia financeirizada, global, sob a égide do neoliberalismo. Em termos produtivos há a completa reestruturação da produção com um novo sociometabolismo, conforme exposto no primeiro capítulo do trabalho. A relação entre empregado – empregador se modificou completamente. Isso engendra entendimentos em sentidos diversos.

Robert Castel em “As metamorfoses da questão social: uma crônica sobre o salário” (CASTEL, 1998) e Pierre Rosanvallon em “A nova questão social”

entendem que é possível visualizar uma “nova questão social” (ROSANVALLON, 1998). No entanto, esta pesquisa se filia ao entendimento de que a questão social contemporânea consiste, na verdade, em novos desdobramentos da questão social já conceituada anteriormente. Sobre esse tema, José Paulo Netto discorre:

A questão social nessa perspectiva teórico-analítica não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana. Tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (...). A tese aqui sustentada – e evidentemente oferecida como hipótese de trabalho – é a de que inexiste qualquer “nova questão social”. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da questão social, a emergência de novas expressões da questão social que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. (NETTO, 2001. P. 46-48).

No mesmo sentido entende Iamamoto. A autora defende que para a compreender a questão social atualmente são necessários analisar quatro pontos: a reestruturação produtiva, a financeirização do capital, o neoliberalismo e a mentalidade utilitária da sociedade de mercado (IAMAMOTO, 2001, P. 18-21). A autora rechaça a existência de uma “nova” questão social arrematando: “Nesse cenário a velha questão social metamorfoseia-se assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais que o sustentam”. (IAMAMOTO, 2001, P. 21).

Um aspecto de extrema relevância no contexto contemporâneo é a pulverização das demandas sociais, tornando-as exclusivamente individuais. Como se o fenômeno da situação de rua ocorresse única e exclusivamente por fatores subjetivos das pessoas que acabam por parar nos logradouros públicos<sup>8</sup>. É importante salientar que este trabalho se afasta de entendimentos ou interpretações de que o fenômeno da população em situação de rua existe por conta de individualidades. Ou seja, a tese aqui advogada é de que as pessoas

---

<sup>8</sup> A pesquisa Datafolha deste ano de 2022 comprova estatisticamente essa percepção. No Estado de São Paulo 23% dos entrevistados entendem que a situação de rua se dá única e exclusivamente por culpa das próprias pessoas vulneráveis. No interior, essa porcentagem é um pouco maior do que a média geral, correspondendo a 27% dos entrevistados (DATAFOLHA, 2022).

acabam por ficar em condições sub-humanas, nas ruas, por conta das desigualdades sociais produzidas pela própria dinâmica do capital.

Isso fica ainda mais evidente quando se reflete acerca da origem das desigualdades no capitalismo e no feudalismo, por exemplo. No modo de produção feudal as desigualdades ocorriam principalmente diante da falta de oferta e a enorme demanda. Esse fato pode ser visualizado, a título de exemplo, na crise alimentícia que sucedeu durante e após a peste bubônica na Europa. Em sentido oposto, no modo de produção capitalista a desigualdade ocorre mesmo com a abundância da oferta. Todavia, o acúmulo se concentra apenas em favor dos donos dos meios de produção. Sobre isso, Netto afirma que “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. (NETTO, 2001, P. 42).

Mesmo com o aumento da produção de riquezas, de produtos, mercadorias, a desigualdade entre as classes é abissal. Apesar de todo o avanço técnico-científico-informacional a questão social se expressa das formas mais perversas como o próprio fenômeno da situação de rua ou a fome. Para que o arcabouço teórico recorrido fique ainda mais escancarado recorda-se do estudo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, “*Adopting a Territorial Approach to Food Security and Nutrition Policy*” que chegou à conclusão de que o mundo produz alimento suficiente para todas as pessoas do globo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Ao passo que há essa informação, a mesma organização publicou que 1.4 milhões de crianças corriam o risco de morrer de fome na Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Iêmen em 2017 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017). As desigualdades são não só gritantes, mas, à primeira vista, paradoxais. Mas, como a lógica do capitalismo é da acumulação é possível compreender como a extrema abundância pode gerar a mais profunda miséria.

Durante o primeiro capítulo pôde-se verificar as mudanças significativas do processo de industrialização durante o século XIX até os dias atuais. Principalmente após a segunda metade do século XX chama a atenção as seguintes políticas implementadas: flexibilização de direitos trabalhistas,

trabalhos hiperprecarizados e a captura da subjetividade do trabalhador. Todas as mudanças foram realizadas para uma apropriação ainda maior da mais-valia.

Para Marx, o cálculo da mais-valia ocorre da seguinte maneira: para que se chegue à mais-valia é essencial o cálculo do valor do investimento realizado pelo detentor dos meios de produção, a quantidade de mais-valia produzida por um operário, a quantidade de operários empregados pelo capitalista e a força de trabalho média, já percebendo o seu grau de exploração (sobretabalho/ trabalho necessário) (MARX, 2013).

*A priori*, pode parecer difícil compreender se pensada a mais-valia simplesmente em uma fórmula mágica, sem números absolutos. Porém, ao cabo, a lógica é na verdade bastante simples. O capitalista emprega um determinado número de operários, com baixa remuneração, mas que, por conta da sua remuneração, ainda consegue sobreviver. Enquanto isso, o contingente que pode vender sua força de trabalho tenta um posto laboral para conseguir remuneração.

Assim, caso o operário empregado reclame por maiores remunerações, este último pode ser descartado para que outro assumo o seu lugar, nas mesmas condições precárias – ou piores- e que possibilitam a maior quantidade de mais-valia. Segundo o próprio Marx, “com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária” (MARX, 2013).

A hipótese desenvolvida neste trabalho é que o aumento da mais-valia por meio dos processos de reestruturação da produção engendra na crescente quantidade da população em situação de rua, justamente diante do aumento da população de trabalhadores compulsoriamente ociosos.

## **2.2. A CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL**

Como já apresentado, este trabalho tem escopo de se afastar da narrativa de que a situação de rua se dá por conta de escolhas individuais. Esse tipo de discurso tem como objetivo a isenção de responsabilidade estatal na formulação de políticas públicas voltadas às pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, bem como cancelar projetos sociais que tem viés de

assistência focalizada, com resultados a curto prazo e que não atacam o cerne da questão social.

Para que se demonstre que, na verdade, o fenômeno da situação de rua é coletivo e ligado às estruturas da sociedade capitalista, optou-se por, neste momento da pesquisa, expor a caracterização da população em situação de rua no Brasil. Busca-se revelar qual o perfil dessas pessoas e quais as suas condições de vida.

Primeiramente, antes de iniciar a exploração mais profunda das características qualitativas dessa população se faz mister a exibição de características gerais. Se apresentarão quatro características gerais (SILVA, 2006, P. 95-107).

A primeira característica é a heterogeneidade. Muito se pensa, no senso comum, que essa população possui indivíduos idênticos. Esse ponto de vista pode ser verificado pelo trecho abaixo da obra de Rosanvallon:

Os desempregados de longa duração e as famílias oneradas por dívidas excessivas não constituem propriamente “populações” (...). Por outro lado, esses indivíduos também não constituem um grupo (...). Eles apenas compartilham um certo perfil biográfico: suas vidas têm trajetórias que apresentam certa semelhança, com sucessão idêntica de rompimentos sociais ou familiares (ROSANVALLON, 1998. P. 154)

Em sentido diverso ao de Rosanvallon, diversos autores, tais como Marcel Bursztyn, Marisa do Espírito Santo Borin, Maria Antonieta da Cosa Vieira, Eneida Maria Ramos, Cleisa Moreno Maffei e Maria Lúcia Lopes da Silva entendem que a população em situação de rua possui perfil heterogêneo (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 2004) (BURSZTYN, 2000) (SILVA, 2001) (BORIN, 2003). Tal fato será visível por meio das estatísticas que serão exploradas *a posteriori*, mas essa assertiva também faz sentido desde já. Isso porque são os mais diversos motivos que levam as pessoas à situação de rua tais como trabalho, drogadição e rompimento de vínculos familiares. Mas não só. São diversos os níveis de escolaridade, as experiências de trabalhos anteriores, gênero, idade, etnia, entre outros marcadores de diferenciação social.

A segunda característica geral é a pobreza extrema. Vale dispor algumas linhas sobre a diferença entre pobreza e desigualdade. Em que pese a estreita



relação entre os dois conceitos, esta pesquisa vai de encontro aos autores que fazem a diferença conceitual:

O conceito de desigualdade social refere-se à (...) distribuição diferenciada, numa escala de mais ou menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes. Pobreza, por sua vez, significa a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm as condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas. (NASCIMENTO, 1994, P.2).

Num contexto de pobreza extrema está se vislumbrando a miséria. A pobreza pura e simples – e não em sua versão profunda- não se confunde com a miséria. Naquela a pessoa ainda possui condições mínimas de subsistir, já nesta está se analisando uma vida cuja dignidade está completamente ausente. É preciso fazer também outro recorte: o que está em debate é a população miserável no Brasil, isto é, um país que se encontra na periferia do capital.

A terceira característica geral é o fato de que a grande maioria da população em situação de rua possui vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. Não à toa que a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 226, *caput*, dispõe que a família é a base da sociedade. O seio familiar é compreendido, de forma geral, como um *locus* de acolhimento e proteção. Por suposto, a própria situação de rua reflete a vulnerabilidade do indivíduo, que não possui a quem recorrer, a quem pedir algum tipo de auxílio. Importante ressaltar que aqui quando se utiliza a expressão “vulnerabilidade” não é somente no aspecto econômico. Mas também se abrange aspectos culturais, sociais e políticos<sup>9</sup>.

Por fim, a última característica é a inexistência de moradia e a utilização do espaço público como um local totalizante para as atividades dessa população. São nas ruas, nas praças, travessas, vielas, avenidas, marquises, pontes, casas de acolhimento, centros pop, casas de passagem, CRAS, CREAS, entre outros

---

<sup>9</sup> É muito comum ao dialogar com pessoas em processo de rualização o processo de exclusão com relação ao pleito eleitoral, por exemplo. A consequência direta da ausência de ida às urnas é o afastamento da classe política com relação à essa população, justamente por não ser interessante eleitoralmente (MAIA; XAVIER, 2020). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/em-dia-de-eleicao-moradores-de-rua-sofrem-apagao-eleitoral-e-falta-de-comida.shtml>

locais públicos que essas pessoas dormem, auferem alguns poucos valores a título de renda e se relacionam com terceiros.

Aprofundadas as características gerais pode-se afunilar para as características ainda mais específicas dessa população: gênero, etnia, idade, orientação sexual, histórico quanto às atividades laborais, entre outros tantos marcadores de diferenciação social e características que podem levar a maior compreensão sobre o fenômeno.

É de mais importância salientar que o Brasil possui apenas uma grande pesquisa nacional sobre o tema, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizado pelo Governo Federal em 2009, por meio do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Evidentemente que outros dados de nível nacional são utilizados, mas eles não possuem o *status* de censo como a pesquisa de 2009. São estimativas.

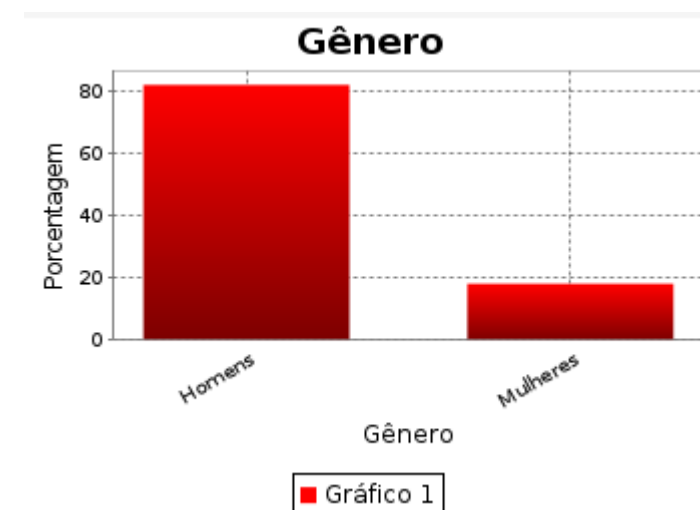
Antes de adentrar às estatísticas do I Censo produzido pelo Governo Federal é interessante perceber os destaques realizados pelos artigos que antecedem os resultados da pesquisa. No artigo intitulado “trajetória de construção do I Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População de Rua” os autores explicam sobre as dificuldades para a realização de um censo desse gênero. Os entraves são vários: o mapeamento dessa população, bem como a sua mobilidade sobretudo noturna, a extrema preocupação com duplicidades de resultados e entrevistas e elevado número de pesquisadores (NOVO; QUIROGA; VEIGA, 2009).

Outro ponto que merece destaque é que o artigo expõe que o antigo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome define população em situação de rua como “um grupo habitacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular” (NOVO; PEREIRA; QUIROGA; VEIGA, 2009, P.19). O conceito utilizado à época pelos técnicos do governo federal vai exatamente de encontro com as características gerais anteriormente elencadas aqui.

Outro artigo que antecede os resultados da pesquisa é o “enxergando o invisível: desafios metodológicos de uma (re) construção do olhar” (SILVEIRA, 2009, P.49-52) escrito pelo diretor do Instituto Meta, empresa que realizou o censo, e coordenador geral da pesquisa nacional. Tanto um quanto o outro trabalho tentam trazer ao leitor o rigor metodológico para a elaboração das estatísticas com uma preocupação humana: desde como foram pensados os questionários, até como foram escolhidos os entrevistadores e como foram feitas as abordagens (SILVEIRA, 2009, P.49-52).

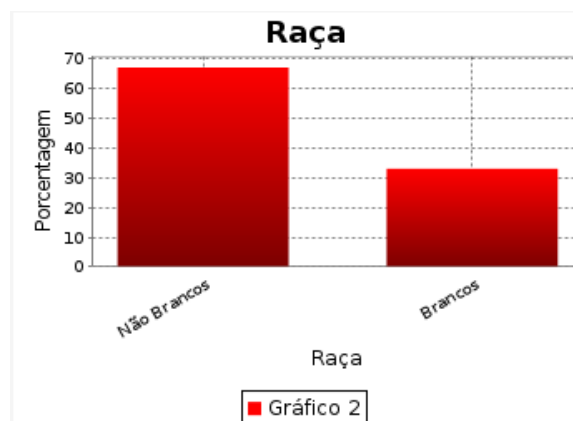
Outro ponto significativo é que ambos os trabalhos expõem que a pesquisa nacional, de certa forma, chegou a resultados semelhantes aos censos municipais realizados por cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Esta é uma conclusão importante vez que se pode inferir para as cidades que não possuem estatísticas qual o perfil dessa população, principalmente em cidades médias<sup>10</sup>, que foram objeto do I censo e pesquisa nacional conjuntamente com as capitais estaduais.

Quanto ao gênero, o Censo nacional identificou grande predominância de homens nas ruas, a cada 100 pessoas em situação de rua, 82 são homens (BRASIL, 2009, P.86).



<sup>10</sup> Aqui “cidades médias” entende-se as cidades que possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes, conceito utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para cidades de “porte médio” no Censo Demográfico de 2010. No I Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua foram analisadas 48 cidades médias.

A maior parte dessa população é substancialmente não branca: 39,1% se declaram pardos, 27,9% se declaram pretos e 29,5% se declaram brancos. Ou seja, 67% não são brancos. À época, o IBGE apontava 44,6% como não brancos na totalidade da população brasileira (BRASIL, 2009, P.87). A análise da população em situação de rua enquanto desdobramento da questão social é uma verdadeira rachadura no mito da democracia racial que tenta se construir no Brasil.



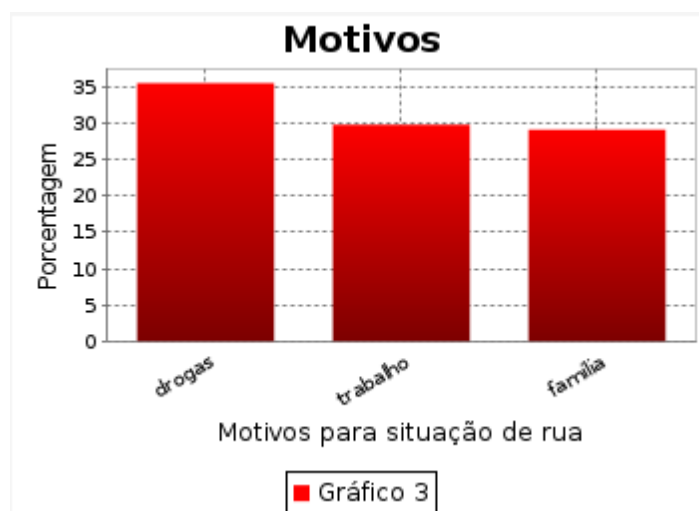
A grande maioria da população em situação de rua encontra-se na população economicamente ativa. Em geral, a maioria dessa população se concentra na faixa etária entre 26 anos a 35 anos e 36 anos a 45 anos. Entre os homens essas faixas etárias correspondem a 53,41%, já nas mulheres a 54,06% (BRASIL, 2009, P. 86) A menor porcentagem encontrada em ambos os gêneros foi entre as pessoas com mais de 55 anos. Entre os homens essa faixa etária corresponde a 13,84%, nas mulheres, 11,42%. (BRASIL, 2009, P.86).

Essa estatística é importante para dois debates: 1) muitas pessoas que estão com idades em que a inserção no mercado de trabalho é mais possível estavam vivendo nas ruas; 2) a saúde das pessoas que fazem da rua a sua moradia é extremamente vulnerável. Como exposto ainda neste capítulo, quando da narrativa de Engels em sua visita à Inglaterra no século XIX, desde aquela época as vestimentas, as condições de higiene e alimentação de baixíssima qualidade, ocasionadas pelo pauperismo, já eram discutidas. Ainda atualmente esses indivíduos não têm acesso ao mínimo e ficam à mercê das

intemperes sociais, mas também físico-biológicas, tais como infecções por vírus e bactérias e temperaturas extremas<sup>11</sup>.

Ademais, quanto à escolaridade, as características são de pouca qualificação: 48,4% não possuíam o 1º grau completo, 10,3% apenas o 1º grau completo, enquanto 15,1% nunca estudou. Não sabe ou não se lembra foram 7,7%. (BRASIL, 2009, P.87).

Um dos aspectos mais importantes do censo é saber quais as motivações que levaram as pessoas às ruas. Isso é substancial para a formulação de políticas públicas e de combate à miséria. A razão mais relatada foi o alcoolismo e/ou problemas com drogradição, 35,5%. Em seguida, o desemprego, 29,8%, posteriormente aparecem os problemas familiares, 29,1%. Insta salientar que 71,3% dos entrevistados citaram ao menos um dos três motivos, muitas vezes de forma correlacionada ou estabelecendo entre eles uma relação de causa-efeito (BRASIL, 2009, P. 87).



A pesquisa expõe que quase metade da população de rua está há mais de dois anos nessa situação, 48,4% e 30% está há mais de 5 anos. (BRASIL, 2009, P.88). Essa estatística é essencial para verificar a dificuldade de sair das ruas. Uma vez que a pessoa se encontra marginalizada nesse nível a recuperação é difícil, levando-se em conta também a ausência de instrumento públicos efetivos para sanar ou minorar a razão que levou à situação de rua. Há

<sup>11</sup> O que em tempos atuais ficou ainda mais gritante, diante do advento da pandemia ocasionada pelo Sars-Cov-2.

também todo o preconceito que recai sobre essa população. A luta para sair da invisibilidade é estafante.

Outro dado fundamental para desconstruir preconceitos é sobre a localização de origem. 45,8% declararam que sempre viveu no município em que foi entrevistado e 30,3% afirmaram que se deslocou de municípios do mesmo estado. Concluiu-se que 76,1% são originários do mesmo local em que se encontram ou de locais relativamente próximos (BRASIL, 2009, P.86). Ainda, o Censo expõe que 71,9% da população de rua é originária de áreas urbanas.

Pelo senso comum, por conta da inexistência de rede apoio afetiva e material dessas pessoas, pode-se inferir que a população em situação de rua é formada por pessoas que vieram de longe e foram “tentar a vida” no município. Ou, ainda, pode-se pensar que são pessoas que vão atrás de municípios que podem oferecer uma rede assistencial mais “vultuosa”. Quando, na verdade, a pessoa que acabara nessa situação é um munícipe comum, como outro qualquer, que, principalmente por conta das razões expostas pelo gráfico 2 acabou por não ter condições materiais e afetivas para ficar em outro lugar que não a rua.

Outro fato que vai em sentido contrário ao senso comum é a não preferência desta população por albergues. 43,8% manifestaram preferência por esse tipo de serviço para o pernoite. Por outro lado, 46,5% preferem dormir nas ruas (BRASIL, 2009, P. 91). Essa estatística é fundamental para que se possa observar o quão acolhedor é (ou deixa de ser) o serviço socioassistencial.

Para 44,3% dos entrevistados que preferem dormir nas ruas a repulsa pelos albergues se deu por conta da falta de liberdade para levar a sua rotina (BRASIL, 2009, P. 91). Isso mostra um lado da assistência social prestada pelo Estado que não leva em conta as particularidades desses indivíduos, muitas vezes tratados como seres humanos exatamente iguais. Ou pior: por vezes os tratamentos não são convidativos justamente por penderem a um viés repressivo e de julgamento dos comportamentos<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Sobre este tema em específico há diversas políticas públicas voltadas à população em situação de rua que possuem caráter repressivo. Um exemplo é Projeto Rio Acolhedor que se propunha por meio de ações chamadas “Choque de Ordem”. Essas ações consistem em recolhimentos forçados e arbitrários que eram comandados pela Secretária de Ordem Pública do Rio. LUZ, Lila

A interrupção dos vínculos familiares é uma característica latente do fenômeno que é objeto de análise. No entanto, os dados trazidos pelo Censo são surpreendentes. 51,9% afirmam que possuem algum parente no município que foram entrevistados, mas 38,9% não têm qualquer contato com estes parentes e 14,5% têm contatos espaçados. Os contatos mais frequentes (diários, semanais ou mensais) são o caso de 34,3% dos entrevistados (BRASIL, 2009, P. 92). Quanto à qualidade dos relacionamentos, 39,2% consideraram a relação com seus parentes boa, enquanto 29,3% a qualificaram como péssima ou ruim. (BRASIL, 2009, P. 92).

Com mais uma estatística que vai na contramão do imaginário coletivo, a pesquisa demonstrou que a população em situação de rua é formada por trabalhadores. 70,9% afirmaram que exercem alguma atividade remunerada e 58,6% responderam que possuem uma profissão. (BRASIL, 2009, P. 93).

As profissões que mais se destacaram foram: catadores de materiais de recicláveis, “flanelinha”, trabalhos na construção civil, limpeza e carregador/estivador. Apenas 15,7% declararam que pedir dinheiro é sua principal atividade para sobrevivência (BRASIL, 2009, P. 93). Há aqueles que possuem carteira assinada, com reconhecimento de trabalho formal, mas estes são a minoria, apenas, 1,9%, enquanto 47,7% desta população disse ter nunca trabalhado com carteira assinada (BRASIL, 2009, P. 93). Entre aqueles que disseram que já trabalharam com carteira assinada, a maioria declarou que isso foi há muito tempo – 50% há mais de 5 anos e 22,9% entre dois e cinco anos (BRASIL, 2009, P. 93).



Quanto à saúde desta população, 30% afirmaram possuir algum tipo de doença. Entre as patologias mais citadas foram hipertensão, doenças de saúde mental, diabetes e HIV. As porcentagens foram respectivamente 10,1%, 6,1%, 5,4% e 5,1%. Em comparação com as estatísticas de HIV da ONU à época da pesquisa, a porcentagem brasileira para adultos entre 15 e 49 anos era de 0,6% infectados com o vírus da AIDS (BRASIL, 2009, P. 96). Ou seja, ainda que o vírus HIV possua medidas de profilaxia de amplo conhecimento esse segmento da população é muito mais vulnerável do que a média.

Outrossim, 18,7% das pessoas declararam que faziam uso de algum medicamento, mas menos da metade, 48,6% afirmaram que conseguem acessá-los. As principais formas de acesso são via SUS (BRASIL, 2009, P. 96).

Sobre a alimentação, 79,6% disseram que faziam ao menos uma refeição ao dia, enquanto 19% afirmaram que não conseguiam comer todos os dias. Entre as pessoas que não conseguiam se alimentar todos os dias o destaque negativo vai para aqueles que sobrevivem por meio de esmolas: representaram 31,3% (BRASIL, 2009, P. 96).

Em relação à documentação e benefícios assistenciais, 24,8% da população em situação de rua não possui qualquer documentação. Menos da metade possuía CPF, 42,2%, Carteira de Trabalho e Previdência Social 39,7%, certidão de nascimento ou casamento 37,9% ou título eleitoral 37,9%. (BRASIL, 2009, P. 97). Ainda, 88,5% da população não recebe qualquer auxílio



governamental. Entre os benefícios auferidos se destacam aposentadoria, 3.2%, Bolsa Família, 2,3% e BPC, 1.3%. (BRASIL, 2009, P. 97).

Por fim, salienta-se que o Censo não traz uma estimativa da quantidade total de pessoas que viviam nas ruas brasileiras entre 2007-2008. Mas, ao final, a porcentagem média deste fenômeno nos municípios foi de 0,06% (BRASIL, 2009, P. 105). Entretanto, vale ressaltar que o objetivo da pesquisa não foi de quantificar, mas de traçar o perfil desse segmento.

De outra baila, há a estimativa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicado em junho de 2020. Essa estimativa traz números para a população em situação de rua no Brasil entre setembro de 2012-março de 2020. O estudo foi realizado por meio das plataformas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em especial através de análise dos cadastros no Programa Cadastro Único (CadÚnico) (NATALINO, 2020, P.7).

Segundo a nota técnica, em setembro de 2012 esta população era estimada em 92.515 pessoas. Já em março de 2020 – pouco antes da declaração do estado de calamidade pública em decorrência do coronavírus no Brasil – a estimativa era de 221.969 pessoas.



É interessante notabilizar a conclusão do autor da nota técnica:

Observou-se um aumento expressivo (140%) da população em situação de rua ao longo do período analisado (setembro de 2012 a março de 2020). O crescimento é observado em todas as Grandes Regiões e em municípios de todos os portes, o que sugere ser o mesmo efeito de dinâmicas nacionais. Por sua vez, o crescimento mais intenso nos grandes municípios sugere que

a crise econômica e em particular o aumento do desemprego e da pobreza sejam fatores importantes para a explicação do ocorrido (NATALINO, 2020, P.12)

O IPEA traz à luz, portanto, que o crescimento vertiginoso do fenômeno da situação de rua se dá, principalmente, nos grandes centros, mas que também ocorre em todo o território nacional. Ocasionado, em grande escala, pela crise econômica e o desemprego.

A taxa de desocupação anual média de 2012-2020 segundo apurado pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua é de: 7,4% em 2012, 7,1% em 2013, 6,8% em 2014, 8,5% em 2015, 11,5% em 2016, 12,7% em 2017, 12,3% em 2018, 11,9% em 2019 e 13,5% em 2020 (IBGE, 2020, P.10).

Essa conclusão de Natalino é substantiva uma vez que, apesar da heterogeneidade da população em situação de rua, é possível traçar alguns aspectos gerais dos próprios sujeitos. Essas características muitas vezes estão ligadas à própria desigualdade social: por exemplo, a maioria das pessoas nessa situação são negras, trabalham e têm baixa escolaridade.

A nível nacional foi possível constatar essas características gerais. A nível municipal essas características se repetem. No Censo paulistano de 2015 realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o de 2019 promovido pela QUALIEST indicam similaridades com a pesquisa nacional, ainda que com um lapso temporal considerável entre elas e aquela.

No Censo de 2015 foi aferido que 87,7% dessa população é masculina (SÃO PAULO, 2015, P. 84). Já em 2019 essa porcentagem era de 85,5% (SÃO PAULO, 2019, P. 10).

Em 2015 a população de pretos e pardos contabilizada foi de 68,7% (SÃO PAULO, 2015, P. 85), enquanto em 2019 essa porcentagem foi de 68,6% (SÃO PAULO, 2019, P. 11). Quanto ao nível de escolaridade, considerando aqueles que fizeram ginásio completo e incompleto, 64,9% estavam nessa condição em 2015 (SÃO PAULO, 2015, P. 89), enquanto em 2019 eram 69,3% (SÃO PAULO, 2019, P. 12).

No censo de 2015, 55,3% afirmaram que residiam em São Paulo antes de ir para as ruas (SÃO PAULO, 2015, P.76). Em 2019, 63,9% afirmaram que já moravam em São Paulo há mais de 5 anos (SÃO PAULO, 2019, P.11). Também na pesquisa de 2019 é possível verificar que São Paulo é o maior estado de origem das pessoas em situação de rua, representando 55% e, dentro desse universo, a cidade de São Paulo representava 34% entre os locais de origem. Em segundo lugar aparece Osasco com 1,5% (SÃO PAULO, 2019, P. 7).

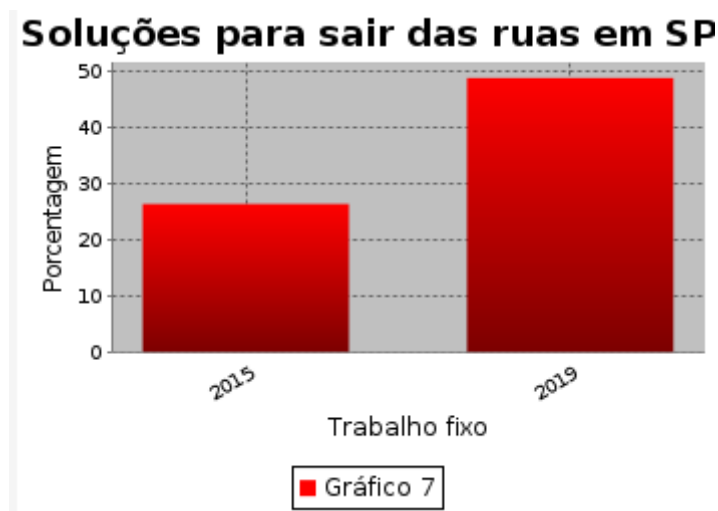
Um dos pontos de destaque é no exame do âmbito do trabalho e renda. Em 2015, 78,6% responderam que estavam trabalhando – formal ou informalmente (SÃO PAULO, 2015, P.103). Em 2019 essa porcentagem era de 54,3% (SÃO PAULO, 2019, P. 39). Para auferir renda na primeira pesquisa apenas 30,2% utilizavam da mendicância (SÃO PAULO, 2015, P.105), enquanto na pesquisa mais recente apenas 9,4% (SÃO PAULO, 2019, P.40). Realmente a grande maioria dessas pessoas presta algum tipo de serviço e trabalha, ainda que informalmente.

Ademais, outra estatística importante e que apenas o Censo paulistano de 2019 expôs foram os motivos para ida às ruas: 40,9% afirmam que isso aconteceu por conflitos familiares, 33,3% disseram que seu devido ao uso de drogas lícitas e ilícitas 25,8% por conta da perda de trabalho (SÃO PAULO, 2019, P. 22)



O trabalho se torna ainda mais central quando analisado conjuntamente com outros dados. Tanto a pesquisa de 2015 quanto a de 2019 examinaram qual seria a condição que mais ajudaria a sair das ruas. Na primeira, as quatro

principais respostas foram: ter uma moradia permanente (30,1%), ter um emprego fixo (26,4%), superar a dependência de álcool e drogas (14,1%) e voltar para a casa da família (11,8%) (SÃO PAULO, 2015, P.145). Na segunda, as quatro principais respostas foram: ter emprego fixo (48,8%), ter uma moradia permanente (18,9%), superar a dependência de álcool e drogas (8,2%) e acesso a benefícios financeiros (7,6%) (SÃO PAULO, 2019, P.81).



Esse perfil também se replica nas cidades médias. Veja-se algumas estatísticas importantes nas cidades de Piracicaba-SP (censo realizado em 2021) e Santos-SP (Relatório Parcial do censo realizado em 2020).

Em ambas as cidades predominam pessoas pretas e pardas nas ruas. Em Piracicaba 57,6% são pretos e pardos (PIRACICABA, 2021, P.8), enquanto em Santos são 61,4% (SANTOS, 2020, P. 25). Nas duas cidades a população de rua também é majoritariamente masculinizada, em Piracicaba 87,4% são homens (PIRACICABA, 2021, P. 48) enquanto em Santos são 81,9% (SANTOS, 2020, P. 26).

Quanto aos motivos para estarem nas ruas o desemprego novamente aparece como um dos principais motivos. Em Santos aparece em segundo lugar, com cerca de 38%, apenas atrás de conflitos familiares (cerca de 40%) e à frente de uso abusivo de drogas (cerca de 25%) (SANTOS, 2020, P. 29). Já em Piracicaba, o desemprego aparece na terceira razão mais respondida pelos entrevistados (7,7%). Atrás de conflitos familiares 35,3% e dependência de drogas 41,1%. (PIRACICABA, 2021, P. 35).

Quanto à naturalidade e o tempo que está na cidade, o padrão se repete, quando comparado com as pesquisas nacionais e as de São Paulo. Em Santos 38,2% responderam que nasceram em Santos e 12,5% responderam que são da Região Metropolitana da Baixada Santista (SANTOS, 2020, P. 27). Ainda, 29,4% afirmaram que está em Santos há mais de 20 anos, 11,5% entre 10 e 20 anos e 10,7% de 5 anos a 9 anos e 11 meses (SANTOS, 2020, P. 28). Em Piracicaba 45,5% afirmaram que nasceram em Piracicaba e 74,7% responderam que moram há mais de 5 anos (PIRACICABA, 2021, P. 15-16).

Interessante evidenciar que a maioria da população em situação de rua de ambos os municípios sobrevive com a renda que é fruto do seu trabalho. Em Piracicaba 41% afirmaram que vivem de aposentadoria ou programas assistenciais, 30,3% do trabalho informal, 3% do trabalho formal e apenas 10,7% da mendicância (PIRACICABA, 2021, P. 54). Em Santos, os entrevistados que responderam quais atividades realizam para auferir renda: 54,16% disseram trabalhar com reciclagem, 15,17% como guardadores de carro, 10,87 com vendas e apenas 17,27% auferem renda pedindo dinheiro (SANTOS, 2020, P. 29).

A exposição dos dados é importante para que se valide o Censo nacional porque, assim, é possível traçar perfis minimamente gerais da população em situação de rua. Esses perfis são fundamentais para a formulação de políticas públicas em cidades onde não há censos ou que estão desatualizados como é o caso de Franca.

### **2.3. POLÍTICAS PÚBLICAS E AVANÇOS LEGAIS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL**

A formulação de políticas públicas geralmente é a melhor solução encontrada para minorar desigualdades sociais e com a temática da população em situação de rua não é diferente. Porém, essa formulação possui dois entraves principais: 1) a ausência de pesquisas quantitativas e etnográficas sobre esse fenômeno e; 2) o estigma<sup>13</sup> social sofrido pela população em situação de rua.

---

<sup>13</sup> Aqui optou-se pelo conceito de “estigma” e não “discriminação” por conta da discussão realizada por Prates. Para a Autora “Na discriminação de fato, diz o autor, existe uma invisibilidade de condutas pela ausência de um critério que justifique a exclusão de direitos, mas que acaba por fazê-lo por designar a restrição e o menosprezo aos direitos de um determinado grupo”, por outro lado, na estigmatização, “um grupo pode ser distinguido por características

Sobre o primeiro motivo, os dados expostos desmitificam algumas crenças do senso comum tais como: que pessoas nessa situação não trabalham, que vivem apenas de mendicância, que são majoritariamente de fora da cidade ou de longe e que estão na rua por opção. Quanto à segunda razão vale um aprofundamento neste momento do trabalho.

Focalizar investimentos e direcionar esforços da administração pública para este segmento populacional – tanto a nível federal, estadual ou municipal – são medidas impopulares porque para o público de forma geral essas pessoas estão em condições degradantes por sua livre manifestação da vontade. Isso pode ser perceptível na retratação da situação de rua nos jornais, por exemplo.

Em um estudo sobre a retratação da população de rua nas notícias publicadas na Folha de São Paulo entre 2011 e 2013 são retratadas estatísticas tenebrosas. Quando esse público foi retratado no jornal as palavras mais utilizadas nas reportagens, quando elas contêm entrevistas com avaliações, são: “perigosas”, “indesejáveis” e “viciadas”. (MENDONÇA; RESENDE, 2019, P. 14). As autoras ainda explicitam que há até mesmo um editorial do maior jornal do país onde a situação de rua é colocada como indesejável (MENDONÇA; RESENDE, 2019, P.14). As autoras puderam também perceber que a própria população em situação de rua, quando entrevistada/abordada pela reportagem da Folha de São Paulo se avaliou como “perigosa”, reforçando o estigma que recai sobre si mesmo (MENDONÇA; RESENDE, 2019, P. 16). Precisamente devido à essa rotulação, a invisibilidade se impõe como condição a esse nicho social. Fica claro, com efeito, que a formulação de políticas públicas voltadas ao tema é um verdadeiro desafio político, administrativo, social, econômico e cultural.

Em razão disso é imprescindível que essa população se organize para reivindicar seus direitos. Todavia, a apuração nacional produzida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2009 apresentou dados que demonstram que a adesão do segmento aos movimentos sociais é baixa: 95,5%

---

como laços de identificação, a história, a linguagem, a tradição e a experiência comum que os diferencia do grupo geral e pelas quais, muitas vezes, é discriminado. PRATES, Jane Cruz. **A igualdade formal e sua aplicabilidade prática: os descaminhos da dignidade atribuída ao negro brasileiro**. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

afirmaram que não participam de qualquer movimento social ou associativo (BRASIL, 2009, P. 99). Além disso, 61,6% afirmam que não exercem sua cidadania votando em eleições (BRASIL, 2009, P.99). Os resultados explicitam uma marginalização total.

Apesar da baixa adesão quando verificado o número global de pessoas, o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) foi determinante para a formulação de políticas públicas. O MNPR surgiu em São Paulo e em Belo Horizonte e se mostrou elemento essencial para a construção de uma identidade coletiva entre essas pessoas, refutando a ideia de “fracassados solitários” (BRASIL, 2009, P. 224).

Ressalta-se que este movimento foi imprescindível como catalisador para a aprovação do Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 (BRASIL, 2009, P.225). O PNAS representa toda a normatização na qual o SUAS está assentado, hierarquizando e disponibilizando a rede assistencial em todo o território nacional. Destaca-se os princípios do PNAS (BRASIL, 2004. P. 32):

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Também é interessante expor os objetivos (BRASIL, 2004. P. 33):

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.

Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.

Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Dessa forma, o SUAS é organizado por tipo de proteção: básica ou especial, bem como por níveis de complexidade: média ou alta. À análise dessas formas de divisão da política de assistência.

A proteção social básica tem enquanto escopo “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2004, P.33). Os serviços são destinados à população “em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e, ou, fragilização de vínculos afetivos” (BRASIL, 2004, P. 33). Na atenção básica, o PNAS prevê a criação de programas, projetos e serviços com locais de acolhimento, convivência, socialização dos indivíduos e famílias, sendo incluídas as pessoas com deficiência. Entre os programas que se destacam estão o Programa de Atenção Integral à Família, o Benefício de Prestação Continuada e os Centros de Referência da Assistência Social (BRASIL, 2004, P. 33-36).

Em contrapartida, a proteção especial possui outro público. Ela é destinada a famílias e indivíduos que estão em risco maior, social ou pessoal por motivo de “abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, trabalho infantil” entre outras situações (BRASIL, 2004, P. 37). O PNAS também ordena que os usuários atendidos por esse serviço precisam de acompanhamento individual e geralmente com a incidências de alguns serviços assistenciais, além da gestão compartilhada com os órgãos judiciários e do Poder Executivo (BRASIL, 2004, P. 37).

Entre os serviços prestados pela proteção social de média complexidade dá-se destaque ao Serviço de Orientação de Apoio Sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem de Rua, Cuidado no Domicílio, Serviço de Habilitação e Reabilitação para a Pessoa com Deficiência; Medidas Socioeducativas Meio-Aberto (BRASIL, 2004, P.38).

De outra baila, os serviços de destaque para a Proteção Especial de Alta Complexidade estão: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, República,



Casa de Passagem, Albergue, Família Substituta, Família Acolhedora, Trabalho Protegido e Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade (BRASIL, 2004, P.38). Posteriormente, com a Lei 12.435/2011 foi criado o Centro de Referência Especializado de Assistência Social que realiza atendimentos média e alta complexidade (BRASIL, 2011).

Percebe-se da leitura do PNAS que a população em situação de rua está compreendida nos serviços de proteção social especial com atendimento considerado de alta complexidade. Os serviços voltados especialmente para este segmento são: República, Casa de Passagem e Albergue. Estes serviços são entendidos como abrigos institucionais. O principal objetivo da Casa de Passagem e Abrigos Institucionais é “diminuir o número de adultos e famílias em situação de rua, seja em decorrência do processo de migração ou abandono” (CARVALHO; ROCHA, 2015, P. 456-457). Segundo o Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento, o Abrigo possui o tempo máximo de 6 meses enquanto a casa de passagem 3 meses. Outro ponto de destaque é que o referido texto do SUAS enfatiza que a Casa de Passagem é direcionada àqueles que estão em trânsito e que não tem o propósito de ficar por período longo (CARVALHO; ROCHA, 2015, P. 457).

Já as Repúblicas têm o objetivo de atender jovens de 18 a 21 anos, em sua maioria oriundos de unidades de acolhimento. As Repúblicas são divididas por gênero e realizam o serviço de fortalecimento de vínculos afetivos desses jovens, bem como auxiliam no processo de independência e autonomia (CARVALHO; ROCHA, 2015, P.457).

Há outras políticas fundamentais que foram criadas depois, a saber: o Centro de Referência Especializado Para a População em Situação de Rua (Centro POP) criado a partir do Decreto 7.053/09 e o Consultório na Rua criado pela Portaria nº 2.488 de 21 de outubro de 2011 do Ministério da Saúde.

O Centro POP é tipificado como um serviço atenção especial de média complexidade e é criado junto ao Decreto que Implementa a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNISPR). O Decreto supramencionado dispõe a criação dos Centros POP a partir do seu art. 7º XII, vinculado os Centros POP ao SUAS (BRASIL, 2011).

O Centro POP deverá dispor de espaço adequado para a guarda de pertences pessoais, alimentação, bem como a realização da higiene pessoal. Também é um espaço onde deve ser possível a identificação de vínculos afetivos e seus fortalecimentos, como também deve dispor do serviço para aquisição de documentos e atividades voltadas a autonomia e independência dos usuários (CARVALHO; ROCHA, 2015, P. 456).

Os consultórios na rua são uma política de saúde-assistencial integrada ao Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de diálogo entre os consultórios itinerantes e Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A criação desse tipo de serviço se dá pelo reconhecimento da especial vulnerabilidade que os usuários possuem e que requer atenção amplificada e específica vez que esses indivíduos possuem demandas próprias que de modo geral são minoritárias na população em geral (como doenças de pele por conta da ausência de higienização adequada, HIV, doenças do trato respiratório como tuberculose e entre outras) (GUIZARDI; OLIVEIRA, 2020, P. 6).

É razoável concluir que as políticas assistenciais de certa maneira abarcavam por meio do PNAS a população em situação de rua. Mas o MNPR almejava uma legislação que fosse específica. A primeira vitória nesse sentido foi da modificação do art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que trata sobre serviços socioassistenciais (BRASIL, 1993). A LOAS foi promulgada em 1993. Mas a população em situação de rua só foi incluída textualmente no bojo da lei em 2005 por meio da Lei 11.258/05 que depois fora substituída pela Lei 12.435/11. Foram 20 anos de espera e luta.

O principal avanço para este segmento populacional foi a criação da PNISPR. Essa política destaca princípios como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, direitos humanos, o direito à cidade, isonomia, entre outros. Importante destacar que a PNISPR é fruto do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua que aconteceu em 2005. Esse encontro contou com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e gerou a criação de Grupos de Trabalho Interministeriais para elaboração de políticas públicas voltadas a situação de rua (GONELLI; CHAGAS, 2009, P. 228).

Esses Grupos foram criados por Decreto Presidencial, Decreto 25 de outubro de 2006. Logo em seu artigo primeiro o Decreto já estabelece que os Grupos foram criados com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão da população em situação de rua (BRASIL, 2006). As propostas elaboradas ensejaram um PNISPR preliminar que fora consolidada em ampla discussão no II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em 2009 (GONELLI; CHAGAS, 2009, P. 228). O PNISPR fornece contribuições nas áreas dos direitos humanos, trabalho, habitação, assistência social, educação, segurança alimentar, saúde e cultura (MACHADO; PRATES; PRATES, 2011, P. 209-210).

Em que pese haja a vigência da norma que institui a PNISPR, é preciso formular políticas públicas que mudem a vida dessas pessoas concretamente, inclusive levando-se em contas as características regionais. Para tanto a Política Nacional prevê em seu art. 6º, III, a articulação junto ao poder público distrital, estadual e municipal (BRASIL, 2009). Em análise da situação específica do Estado de São Paulo, vê-se que a Assembleia Legislativa Estadual criou a Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua no Estado de São Paulo por meio da Lei 16.544/2017 (SÃO PAULO, 2017). Todavia, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual até os dias atuais não passa de uma abstração jurídica, vez que não existe na prática.

Com efeito, a política de auxílio e efetivação de direitos dessa população não só fica descentralizada – o que por si é bom – mas também fica desorganizada e desarticulada, de forma que os municípios precisam criar por conta própria os seus próprios Comitês, o que é o caso de cidades como São Paulo, Piracicaba e Mogi das Cruzes. Esses comitês são criados sem qualquer articulação com os outros municípios da respectiva Aglomeração Urbana/Região Metropolitana, tampouco com o Estado ou a União, o que dificulta muito a formulação de políticas públicas de grande impacto.

### **3. AS CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM FRANCA-SP**

#### **3.1. INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS DE FRANCA**

O município de Franca está localizado no nordeste do Estado de São Paulo. Desde 2018, com a aprovação da Assembleia Legislativa do Estado, Franca é a cidade central do Aglomerado Urbano de Franca. A Aglomeração Urbana inclui as seguintes cidades: Aramina, Buritzal, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista. O intuito da Aglomeração Urbana é a criação de investimentos e empregos na região (SÃO PAULO, 2018). A área do município é de 605.689 quilômetros quadrados (IBGE, 2022).

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a população da cidade era de 318.640 habitantes. O mesmo instituto estima que, em 2021, a cidade deve possuir 358.539 habitantes. A densidade demográfica é calculada em 526,09 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). Ainda, o IBGE expõe que Franca é a 74ª cidade mais populosa do país, 21ª do Estado e a 1ª na região geográfica imediata (IBGE, 2022). Quanto à densidade demográfica, é a 74ª do País, 21ª do Estado e a 1ª mais densa na região imediata (IBGE, 2022). Quanto à pirâmide etária, tanto no sexo masculino quanto no feminino há a predominância da população entre 25 a 59 anos (IBGE, 2022). Os dados do IBGE e do Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo (SEADE). Observando a população da Região Administrativa de Franca – que foi promovida posteriormente a Aglomerado Urbano de Franca – entre 2000 2011 a população nessa representava 44,7% e 48,7% do total respectivamente (SEADE, 2011).

Na área de Educação, a taxa de escolarização de jovens de 6 a 14 anos é de 98,2% e as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para anos iniciais do ensino fundamental é de 7.1, o que faz a cidade ocupar a 82ª melhor educação do Estado neste critério (IBGE, 2019). Quanto aos anos

finais do ensino fundamental, a posição cai para 110º melhor educação, com nota de 5.1 (IBGE 2019).

Quanto à economia, a estatística mais relevante para este trabalho é sobre o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Franca está localizada no *ranking* estadual na posição de 266º. Na sua região geográfica imediata é apenas a 6º colocada de 10 cidades analisadas, ficando atrás de cidades muito menos como Igarapava, Rifaina, Patrocínio Paulista, Ituverava e Pedregulho (IBGE, 2019).

Com relação à área da saúde, um dos levantamentos que mais chama atenção é sobre a mortalidade infantil, mensurado pelo IBGE em 2019. O município apresenta 7,09 óbitos a cada mil nascidos, o que representa a posição 409º de 645 municípios no Estado de São Paulo e a 6º posição na região geográfica imediata (IBGE, 2019).

Quanto ao território, os dados são do Censo de 2010. O município apresenta 98,5% de cobertura quanto ao esgotamento sanitário adequado, a arborização de vias públicas está presente em 88,2% dos logradouros e a urbanização de vias públicas possui cobertura de 56,7% do território (IBGE, 2010).

Por fim, passa-se à análise das características de trabalho e renda do município estudado. Justamente para que se possa visualizar a relação entre trabalho, renda e miséria, é de grande valia expor o percentual de pessoas ocupadas no mercado de trabalho em Franca. Antes da exposição das estatísticas é forçoso ressaltar qual a definição de população ocupada utilizada pelo IBGE para que, assim, se tenha maior noção do universo populacional que se está examinando:

Uma pessoa é dita ocupada na metodologia usada pelo IBGE quando ela exerce atividade profissional (formal ou informal, remunerada ou não) durante pelo menos 1 hora completa na semana de referência da pesquisa. Ou seja, são aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias) (IBGE, 2010).

Por meio das estatísticas do IBGE é possível ter acesso aos resultados a partir de 2014. Em 2014 a população ocupada era de 32,5% e salário médio mensal de 2,2 salários-mínimos. Em 2015 o percentual caiu para 30,4% e renda

se mantém. Em 2016 a população ocupada é de 29,7% e não há informações sobre renda mensal. Em 2017 o percentual é de 29,4% e não há informações sobre a renda mensal. Por fim, em 2018 o percentual decaiu para 28,7%, sem expor rendimentos. (IBGE, 2022). Todavia, o que se observa quando do exame de estatísticas mais recentes é que a remuneração média mensal se manteve com o passar dos anos. O IBGE expõe que em 2019 a renda média mensal do francano foi de 2,2 salários-mínimos (IBGE, 2022)<sup>14</sup>.

Ainda, de acordo com a Fundação SEADE a renda média do francano nos anos de 2016 a 2018, anos-calendário que não foram abarcados pelas estatísticas do IBGE, foram respectivamente em salários-mínimos: 2.4, 2.3 e 2.2 (SEADE, 2022).

Quando analisado o pessoal ocupado em números absolutos, Franca figura no *ranking* do IBGE, nacionalmente, na posição 71º, estadualmente em 18º e na região imediata em 1º (IBGE, 2019). Porém, quando o *ranking* trata sobre salário-mínimo mensal médio, Franca cai muitas posições. Nacionalmente fica em 1176º, estadualmente em 307º e na região geográfica imediata em 3º (IBGE, 2019). Ainda, uma comparação que merece destaque é a de pessoal ocupado em Franca em relação à realidade brasileira.

O IBGE, por meio da PNAD Contínua, aferiu que entre 2014 a 2018 o percentual de ocupação média da população adulta maior do que 14 anos, em todo o território nacional, era de: 56,9%, 56,1%, 54,4%, 53,9% e 54,1% (IBGE, 2019). Isto é, as taxas de ocupação de Franca no período analisado estão bastante aquém da média nacional.

Ao cabo, uma das estatísticas que mais chama a atenção é a quantidade de pessoas que vivem em situação de miserabilidade latente. Este tema será tratado ao longo deste capítulo com mais vagar, no entanto, desde já será exposto o resultado de pessoas que auferem rendimento mensal de até 1/2 salário-mínimo para seguir o critério do IBGE que apresenta este *quantum* na aba “Trabalho e rendimento” (IBGE, 2010). De acordo com o IBGE Cidades 27,4% da população vive com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2

---

<sup>14</sup> Os resultados demonstram que se levada em consideração a inflação anual, na verdade, a população francana, em média, empobreceu.

salário-mínimo no município de Franca-SP (IBGE, 2010). Em uma análise geral, é razoável concluir que a cidade de Franca possui um grande contingente de trabalhadores desocupados, com uma média salarial baixa e que não se modificou ao longo dos anos.

### **3.2. FRANCA-SP: UM POLO DA INDÚSTRIA CALÇADISTA EM QUEDA**

O município de Franca é conhecido no país inteiro como “a cidade dos calçados masculinos” ou “a capital dos calçados masculinos”. É importante compreender, primeiramente, a origem histórica que levou Franca a ser um verdadeiro polo calçadista.

No fim do século XIX a região que compreendida Franca já possuía mão de obra especializada no manejo do couro, uma vez que a região era um importante entreposto comercial e tinha relevante cultivo de gado (COSTA, 1966, P. 578). Esses trabalhadores advinham da significativa concentração de curtumeiros na região. Pedro Geraldo Tosi entende que em meados do século XX não parecia haver um plano para que Franca se tornasse efetivamente uma “cidade dos calçados”, porém, devido à grande concentração da indústria curtumeira, a indústria calçadista teve condições favoráveis para se assentar (TOSI, 1998, P. 203).

Ainda na primeira metade do século XX, a professora Maria da Conceição Martins Ribeiro assim descrevia a indústria da cidade: “A indústria principal da cidade é, entretanto, a de couros, principalmente curtumes, vindo em seguida o de sua transformação em calçados e selas” (RIBEIRO, 1944, P.594-597). Alfredo Costa ainda descreve como no fim do século XIX a atividade relacionada ao couro na cidade parecia rentável: “Quase meio século depois (1875), a Câmara cobrava imposto, extorsivo para a época, de 50 mil réis de cada negociante de calçados, “tanto nacionais como estrangeiros”, o que faz presumir a rentabilidade do ramo (COSTA, 1966, P.580).

Alguns dos principais estabelecimentos no início da década de 1920 são: o “Curtume Progresso”, “Alves Guimarães”, “Pedro Pucci” e “Spessoto & Cia”. Em 1928 Franca já possuía a terceira maior concentração de curtumes em todo o Estado de São Paulo (TOSI, 1998, P. 203-205). Também no fim da década de

1920 Franca já possuía a maior concentração de polos de fabricação<sup>15</sup> de calçados do interior, com 12 dos 65 estabelecimentos registrados à época (TOSI, 1998, P. 204). No entanto, o número de empregados em Franca ainda era muito insipiente visto que apenas 163 estavam formalmente registrados nesse ramo (TOSI, 1998, P. 206).

Ademais, o entendimento que se tem pelo resgate bibliográfico é de que o polo calçadista francano engrenou e se consolidou a partir da década de 1940 (TOSI, 1998, P. 206). Um dos grandes destaque já na década de 1920 é a “Calçados Jaguar”, indústria que já tinha um grau considerável de mecanização e era a de maior capital integralizado, 220 contos de réis (BARBOSA, 2003, P. 4). Contudo, a existência dessa indústria foi extremamente curta, foram apenas 5 anos com as portas abertas (BARBOSA, 2003, P. 4). Outros fabricantes de relevância como “Calçados Peixe”, “Spessoto”, “Palermo”, “Mello”, Edite (Futura Samello), possuíam o processo de confecção artesanal. Isso se demonstra quando visualizado o capital integralizado das fábricas que, exceto a “Calçados Peixe” que tinha um pouco mais de 100 conto de réis, todas as outras não chegavam a 30 contos integralizados (BARBOSA, 2003, P. 4).

Não obstante esses entraves financeiros, Tosi e Costa entendem que a falência da “Calçados Jaguar” foi determinante para o arranque da indústria francana. Isso porque aquela última, com sua falência, vendeu seu maquinário a preços abaixo do mercado, o que possibilitou a transição da fabricação artesanal para a manufatura (TOSI, 1998, P. 250) (COSTA, 1966, P. 583). É importante salientar que o período pré-fabril persistiu por muito tempo. Barbosa explica que entre 1945 e 1967, período já de certa consolidação da fabricação calçadista francana, apenas 1% dos empreendimentos possuíam porte médio (BARBOSA, 2003, P. 9).

Outro fato que é significativo é que a produção manufatureira se utilizava intensamente da mão-de-obra especializada no labor da construção do calçado. Isso ocorria por alguns motivos que Barbosa ensina:

---

<sup>15</sup>Escolhemos a palavra “fabricação” ao invés de indústria justamente pelo debate que se sucederá, mas que aqui já adiantamos. A fabricação de calçados de Franca, principalmente nessa época, não se dava de forma industrial, mecanizada. Mas, sim, principalmente artesanalmente para, posteriormente, surgirem manufaturas.



É importante esclarecer que um fator em especial contribui para nos ajudar a explicar a dinâmica do caso aqui estudado. Singularidades da indústria do calçado facilitam a entrada de novos empreendedores e possibilitam a ascensão de pequenos fabricantes à condição de empresários. O baixo nível tecnológico, resultante da lentidão das inovações no setor, refletiu-se em uma indústria de mão-de-obra intensiva na qual as exigências de capital, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, tendiam a ser muito baixas – daí o predomínio de artesãos e ex-operários em seus primórdios em Franca (BARBOSA, 2003, P. 9).

Essa singularidade da indústria calçadista é essencial, visto que é um setor industrial que possui uma enorme capacidade de geração de empregos diante da grande utilização de trabalho manual. Nessa esteira, arremata Tosi:

Desde o início dos anos de 1990, porém, com a reestruturação global, novamente a indústria do calçado tornou-se objeto de curiosidade dos pesquisadores; agora não é o desempenho registrado na balança comercial do país que instiga a pesquisa, mas sim, sua capacidade de gerar emprego. (TOSI, 1998, P. 6)

Salienta-se que as características supramencionadas da indústria calçadista podem ser aplicadas de forma *erga omnes* visto que não é uma especificidade do polo industrial francano. Nesse sentido, Barbosa explica que é um fenômeno presente no Brasil e no mundo todo (BARBOSA, 2003, P. 10-11). A produção artesanal também é ressaltada por Alfredo Costa (COSTA, 1966, P. 581).

Ademais, principalmente diante do período histórico que o arranque da indústria calçadista francana está inserida, muito se questionou qual foi a mão-de-obra responsável por esse alavanque. Ao fazer análise das 5 principais indústrias da primeira metade do século XX, por meio de documentos da época como atas notariais e inventários, chegou-se à constatação de inexistência da burguesia imigrante como grupo social que deu origem aos industriais do calçado (BARBOSA, 2003, P. 17). Quando o estudo foi ampliado para as 10 principais indústrias, fora constatada a origem burguesa apenas na “Thomaz Licursi & Cia” (BARBOSA, 2003, P. 17). Inclusive, Alfredo Costa arremata: “a moderna indústria de calçados de Franca tem bases artesanais e que, nestas, a influência técnica do elemento estrangeiro foi nula” (COSTA, 1966, P. 590). Por outro lado, mais uma vez as bases artesanais podem ser certificadas por outra amostra interessante: dentre os cinco principais produtores calçadistas, até 1945, em

todos, sem exceção, seus proprietários exerciam funções manuais como operários ou artesãos até no mínimo a idade de 30 anos (BARBOSA, 2003, P. 18).

A indústria coureiro-calçadista, não à toa, pode ser designada nesta época como realizada pela classe trabalhadora da cidade:

A associação inadvertida do empresariado do calçado a homens de negócios envolvidos em complexos mecanismos de mercado, levada a efeito em outros estudos sobre a indústria local, é uma abstração sem nenhum fundamento empírico. Analisando uma amostragem dos inventários de cinquenta empresários, ficou patente que estes eram em sua grande maioria homens de pequenas posses, que raramente contavam com investimentos que ultrapassassem os limites de suas indústrias e cujo patrimônio quase sempre se restringia à própria residência e à fábrica. (BARBOSA, 2003, P. 19)

Dessa forma fundamenta Costa: “que os elementos mais representativos da atual indústria de calçados, ao contrário do que sempre acontece, provém, em sua quase totalidade, das classes obreiras, e não da burguesia” (COSTA, 1966, P. 591).

Com relação ao produto final das fábricas, a consolidação da cidade enquanto uma referência calçadista no estado se deu com a fabricação dos chamados “sapatões” ou “botinões” que eram calçados grossos com couro de curtimento, utilizado principalmente em ambientes laborais e pela população rural (TOSI, 1998, P. 224-225), de forma que as botinas francanas ficaram conhecidas pela sua durabilidade e pelo baixo preço (TOSI, 1998, P. 224-225). O baixo preço e a qualidade razoável eram importantes, principalmente diante do cenário econômico de caos após o *crash* da bolsa de Nova Iorque. Contudo, é relevante o registro que mesmo fabricando esse tipo de calçado em larga escala, no município também eram produzidos sapatos finos e caros (TOSI, 1998, P. 225). Franca, então, se aproveitou de problemas econômicos dos principais centros produtores do estado para se impulsionar (TOSI, 1998, P. 230).

Com o aumento da produção coureiro-calçadista novas profissões foram ganhando protagonismo e outras produções começaram a orbitar em torno deste setor (TOSI, 1998, P. 246). Um exemplo disso são os vendedores francanos que, a partir da década de 1920, começaram a se deslocar para comercializar os

sapatos por praticamente todo o Sudeste, atingindo Centro-Oeste e parte da região Sul do país. (TOSI, 1998, P. 246). Já no fim da década de 1940 a pujança da indústria francana pode ser verificada pela popularização dos mocassins realizados pela Samello e pelo surgimento da Amazonas Produtos para Calçados (TOSI, 1998, P. 247).

Mas o município também apresentava outra condição favorável, para além da abundância da mão de obra especializada e de matéria prima: Franca oferecia baixas despesas com remuneração:

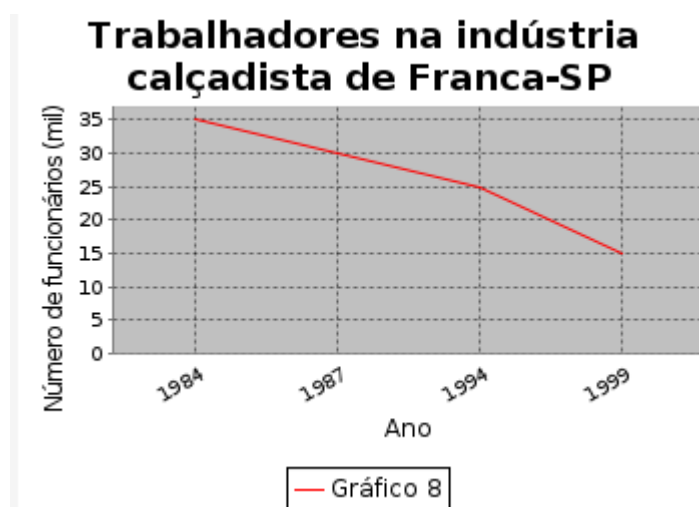
Os salários pagos pela indústria do calçado em Franca que se igualavam àqueles pagos ao setor do vestuário em Limeira, que detinha o pagamento dos mais baixos salários, ao passo que em Campinas os salários eram mais altos do que em Franca: 18%, mais no ano de 1956 e 13% mais no ano de 1960. Na Capital, os salários pagos eram 60% mais altos em 1953 e 32% mais em 1960, quando relacionados aos vigentes em Franca. Duas conclusões são possíveis: primeiro, que os custos da aglomeração provocados pelo incremento de outras atividades, as quais vinham ocorrendo na Capital, forçavam os salários do setor para cima, situação que era seguida por Campinas em uma escala um pouco menor. Limeira possuía os salários mais baixos, que eram decorrentes do fato de sua indústria de calçados fazer um artigo mais simplificado e que requeria menos qualificação - sandálias - e da indústria de chapéus, cujos dados incluíam-se no setor, possuir uma relação capital/ trabalho muito diferente da indústria do calçado. Segundo, embora os salários em Franca, durante a década de 1950, tenham se elevado mais que proporcionalmente em relação ao demais centros, eles eram, ainda no começo da década de 1960, 1/4 mais baixos do que na Capital, local onde permaneciam as maiores fábricas e onde tinha estado o maior número delas. (TOSI, 1998, P. 254).

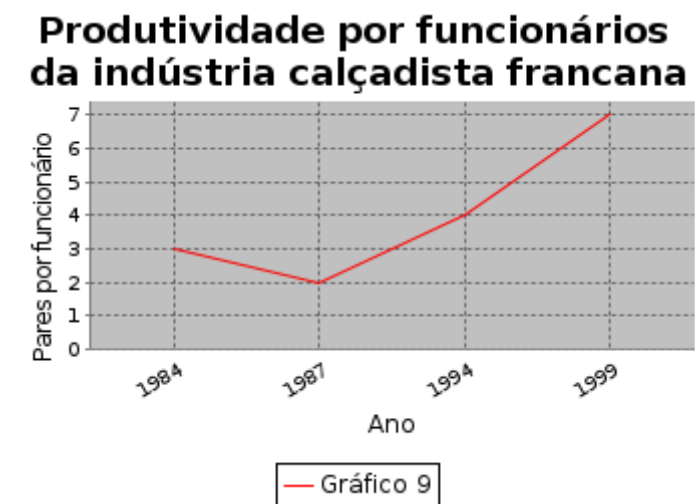
Este ponto é crucial. Porque desde a indústria curtumeira os salários adimplidos aos obreiros eram baixos. Isso explica em grande parte, no ponto de vista histórico, as razões de a remuneração paga pela indústria calçadista ser baixa.

Outrossim, após algumas décadas, já a partir de 1980, Franca é reconhecida como o principal polo de fabricação de calçados de couro masculinos (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P. 154). O *boom* e os recordes de produção se deram em meados da década de 1980, mais especificamente entre 1984-1986 com o advento do Plano Cruzado e o incentivo à criação de microempresas, porém, com a derrocada do Plano Cruzado um ano após a sua criação, veio a primeira crise (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P. 154). A década

de 1990 também é de crise. Com a implementação do Plano Real e a ficcional paridade com o dólar, a competitividade brasileira de forma geral caiu. Os danos à indústria no município foram sentidos gravemente (ALMEIDA; NETO, 2008, P.92).

O início dos anos 2000 é animador e o estímulo às exportações proporcionado pelo governo federal aumenta a fabricação a nível semelhante de 1993, antes da implementação do Plano Real, mas que não chegam a ser remessas para o mercado consumidor tão boas quanto entre os anos de 1984-1986 (ALMEIDA; NETO, 2008, P. 93) (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P. 154). Embora houvesse um cenário de melhora na produção, os números não refletiram aumento no número de trabalhos formais. Esse descompasso se dá justamente por conta da reestruturação produtiva, por meio da *lean production*, (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P. 154). Os gráficos abaixo (CORRÊA, 2005, P. 210) demonstram a evidente queda de empregados da indústria calçadista francana e, ao mesmo tempo, o aumento da produtividade dos empregados remanescentes em seus postos. A reestruturação produtiva é evidente:





A abertura econômica ocasionada nos anos 1990 impactou de forma muito negativa a indústria nacional uma vez que ela não estava preparada tecnologicamente para competir com empresas estrangeiras, o que acarretou de forma ainda mais acentuada à reestruturação produtiva em ambientes microeconômicos, como em Franca-SP (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P. 154). Durante a década de 1990 o setor focalizou a produção em sapatos de menor valor agregado na tentativa de ressignificar as opções de consumo interno. Mesmo assim a indústria não reagiu como esperado diante da concorrência feroz com produtos de baixíssimo custo comercializados pela China - cerca de 30% mais barato (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P. 155).

Por outro lado, com relação à produtividade, há autores que dão outra perspectiva sobre o que pode ter ocasionado a queda da competitividade da indústria francana. Neto e Almeida defendem que a abertura comercial é uma realidade implacável e que um dos maiores problemas constatados é que a maioria das empresas está em estágio inicial ou nem começou o seu processo de internacionalização. Os autores entendem que as empresas francanas dependem muito de intermediários ou terceiros de maneira que têm dificuldades para consolidar a marca no mercado externo (ALMEIDA; NETO, 2008, P. 107). Todavia, os autores parecem desconsiderar que a ampla maioria das indústrias calçadistas no município são de pequeno porte (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P. 155), o que é natural diante das peculiaridades deste setor (avanços tecnológicos lentos, tradição artesanal e baixo custo na produção).

Além disso, por lógica, a internacionalização está no radar principalmente de empresas cujo capital proporciona a inicialização desse processo. Ou seja, a internacionalização é uma possibilidade principalmente para grandes e médias empresas. Ocorre que pelos motivos supramencionados as grandes e médias fábricas, em sua maioria, saíram do Estado de São Paulo. Em 1990 o Estado de São Paulo contava com 21 empresas de grande porte e 101 de médio porte (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 91). Em 2015 essa quantidade decresceu para 8 e 58 respectivamente (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 91). Então, o processo de internacionalização, por si só, é uma medida que, na prática, acaba se tornando inviável enquanto uma “solução principal” para aumentar da produtividade da indústria calçadista paulista, em especial, a francana. Até porque há outros motivos para além da internacionalização. Os próprios autores, Almeida e Neto, expõem o fato de que a China entrou de forma muito eficiente no mercado consumidor estadunidense, prejudicando as exportações brasileiras (ALMEIDA; NETO, 2008, P. 107).

Ademais, quanto aos impactos da reestruturação produtiva com relação aos empregos, esse complexo reordenamento econômico em ambiente macroeconômico, qual seja, implementação do Plano Real, período de paridade entre o real e o dólar, abertura comercial e defasagem tecnológica, obrigou as empresas que, não admitindo uma queda na sua lucratividade, a buscar mão de obra ainda mais barata (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P. 155). Nesse diapasão, muitas empresas se transferiram para o nordeste do país, diante de incentivos fiscais e a constatação de mão de obra ainda mais barata e, as que ficaram na cidade, terceirizaram muitos serviços para bancas de pesponto e de cortes de calçado, incentivando o trabalho informal (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P. 155). Os principais estados que receberam empresas foram Bahia, Paraíba e Ceará (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 88)

Com relação aos trabalhadores de banca de pesponto e de corte de couro, geralmente, não são contratados pela fábrica formalmente, vez que seu trabalho se dá em local extra-fábrica e carregam consigo todo o ônus do risco negocial (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P. 155). Evidentemente que esse não é um movimento exclusivo de Franca ou do Brasil. Há diversas marcas famosas, inclusive de alcance global, que transferiram sua produção – ou parte dela- para

países cuja mão de obra é muito mais barata do que na nação onde está sediada. Um caso clássico é o da empresa Nike que transferiu boa parte da sua produção para países como China, Indonésia, Vietnã e Coréia do Sul.

De forma geral, a indústria calçadista sucumbiu às características clássicas da reestruturação produtivas já apresentadas nesta pesquisa:

Segundo Navarro (2006), mudanças ocorridas neste gênero de produção, no período, incorporam adoção de novas técnicas organizacionais e subcontratação do trabalho, além da renovação do aparato tecnológico no processo produtivo. Tudo isso implicou diretamente na intensificação das atividades, gerando incorporação técnica nas linhas de produção, reengenharia organizacional, redução dos custos com o trabalho formal, eliminação de vários postos de emprego e crescente informalidade nas contratações trabalhistas. Ademais, ampliaram-se as redes empresariais de subcontratação, com maior articulação entre firmas e crescimento da especialização produtiva de partes dos calçados por fábricas e oficinas. (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 88)

As indústrias calçadistas realizaram verdadeiro êxodo em busca de locais onde sua lucratividade seria a máxima possível. As características avaliadas foram: 1) a infraestrutura do local; 2) o preço da mão de obra; 3) a desorganização sindical e; 4) a possibilidade de expandir a fabricação ao longo do território (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 93). Durante a década de 1990 a fotografia do complexo fabril calçadista paulista era o seguinte: 23% das indústrias na capital (cerca de 645 estabelecimentos) e Franca, com a maior concentração, tinha em seu território 27% das indústrias (cerca de 769 estabelecimentos) (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 94). Contudo, em outro cenário, agora em 2015, a disposição já era completamente outra. São Paulo que possuía a segunda maior concentração, representava apenas 3% do total estadual (cerca de 89 unidades). Jaú-SP e Birigui-SP representavam, respectivamente, 10% (272 unidades) e 14% (401 unidades). Franca representava 60% dos estabelecimentos (um salto de 769 unidades para 1.679 unidades) (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 94). Como demonstrado pelos gráficos 8 e 9, apesar de ocorrer um aumento expressivo no número de estabelecimentos, o número de empregos decresceu.

Para escancarar este fenômeno é importante verificar a dinâmica empregatícia da indústria calçadista paulista em números, sendo consideradas

as microempresas os estabelecimentos com até 19 empregados, pequena empresa entre 20 e 99 empregados, média empresa aquelas que possuem entre 100 e 499 empregados e grande empresa todas que empregam mais de 500 pessoas (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 91):

**TABELA 1** – Número de estabelecimentos da indústria de calçados no estado de São Paulo por porte de empresa (1990 e 2015)

Porte da empresa* - 1990					Porte da empresa* - 2015				
Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
2.321	321	101	21	2.764	2.395	368	58	08	2.793

**TABELA 2** – Estoque de empregos formais na indústria de calçados no estado de São Paulo por porte de empresa (1990 e 2015)

Porte da empresa* - 1990					Porte da empresa* - 2015				
Micro	Pequena	Média	Grande	Total	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
8.842	13.357	18.327	21.364	61.890	9.200	15.912	11.660	5.595	42.367

Assim como os parques industriais de todo o mundo, o de Franca investiu na desintegração vertical e a disjunção funcional como forma de se adequar as novas dinâmicas de produção (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 99). O fenômeno de números de estabelecimentos crescendo de forma inversamente proporcional ao decréscimo das estatísticas de emprego pode ser explicado mediante a noção de que a indústria calçadista direcionou seus esforços em subcontratar, terceirizar e pulverizar a produção. Se durante a década de 1990 Franca tinha percentualmente, em seus estabelecimentos, uma pulverização em dois estados (principalmente São Paulo e Minas Gerais) na casa de 19% do total das fábricas, em 2015 o estatística subiu para 40% (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 100).

Um exemplo dessa dispersão é o processo produtivo da fábrica Freeway. O Centro de Distribuição da empresa é em Franca, porém, outras partes do calçado são produzidas em diversos municípios mineiros, tais como Sacramento, Ibiraci, Pratápolis, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino, todos em Minas Gerais, além de uma unidade produtiva em Jacobina-BA, que produz todo o sapato (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 100-101). Essa disjunção causou uma queda no número de empregados da Freeway. Em 1990 eram 2.000 empregados, enquanto em 2017 passaram para 600 (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 101).



As vantagens empresariais em Minas Gerais são diversas. Os Autores Pereira e Sampaio listam e expressam quais as cidades que a indústria francana possuem unidades de produção:

a) incentivos fiscais (ICMS de 2% para empresas produtoras de calçados em Minas Gerais); b) preço pago pela mão de obra, uma vez que a maior parte desses municípios tem tradição rural, com modesta produção agrícola e trabalho barato; c) fornecimento de infraestrutura (as empresas são atraídas por terrenos baratos, doação de lotes ou a própria construção de galpões); d) transporte das partes dos calçados para serem finalizados no município (feito por carros das prefeituras de municípios mineiros); e, por fim, e) a falta de cobertura sindical aos trabalhadores dos municípios mineiros em relação às empresas de Franca. (...) Fazem parte, no estado de São Paulo: Batatais, Cravinhos, Cristais Paulista, Guará, Itirapuã, Jardinópolis, Jeriquara, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Preto, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista. Em Minas Gerais, Araxá, Capetinga, Cássia, Claraval, Delfinópolis, Ibiraci, Passos, Piumhi, Pratápolis, Sacramento, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino. Eles agora são a base da produção de muitas empresas de calçados de Franca (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 101).

Um dos retratos mais cruéis da reestruturação produtiva da indústria calçadista pode ser observado na precarização do trabalho das bancas de pesponto e de corte de couro. Como já exposto, as indústrias que optaram por continuar em Franca – ou, pelo menos, com o seu principal centro produtivo no município- terceirizaram parte da sua produção para as bancas. Tradicionalmente essas bancas são unidades produtivas que prestam serviços às fábricas e seu porte é variado: há bancas pequenas com 2 ou 3 funcionários e existem bancas de porte médio que chegam a empregar cerca de 15 a 20 trabalhadores (NAVARRO, 2016). Entretanto, esses empreendimentos atualmente também produzem bolsas, carteiras, cintos se tornando verdadeiras “micro-fábricas”, de maneira que é comum que essas instalações sejam localizadas nas próprias casas dos trabalhadores, restando evidente a negligência quanto a direitos sociais e segurança no meio-ambiente do trabalho (LOURENÇO, 2014, P. 294-314). Ou seja, é completamente plausível a conclusão de que as indústrias transferiram parte do risco do empreendimento e da produção para os trabalhadores – e até mesmo para as suas residências.

Em pesquisa realizada por Lourenço e Filho, em bancas de pesponto na periferia de Franca, foram constatadas estatísticas assombrosas: 65,38% dos

entrevistados não possuíam registro na carteira de trabalho e previdência social e 84,61% dos entrevistados eram do sexo feminino (FILHO; LOURENÇO, 2015, P. 79). Um ponto que merece destaque é que o trabalho, geralmente, é realizado na própria residência do trabalhador. Diante disso, cresce a pressão do ponto de vista de que a atividade laborativa pode ser encarada como uma “ajuda”, um auxílio”, favorecendo estratégias de não-remuneração (FILHO; LOURENÇO, 2015, P. 79). Além disso, como o trabalho é realizado em ambiente doméstico, para além da falta de proteção jurídico-social, há também a incidência do trabalho infantil (FILHO; LOURENÇO, 2015, P. 79). Os autores destacam que parte dos entrevistados narraram que, em um primeiro momento, o que lhes fizeram optar pelo trabalho em casa é a sensação de liberdade e autonomia, porém que os prejuízos a longo prazo são severos porquanto as garantias estabelecidas em lei ficam à margem nesse tipo de atividade laborativa (FILHO; LOURENÇO, 2015, P. 80).

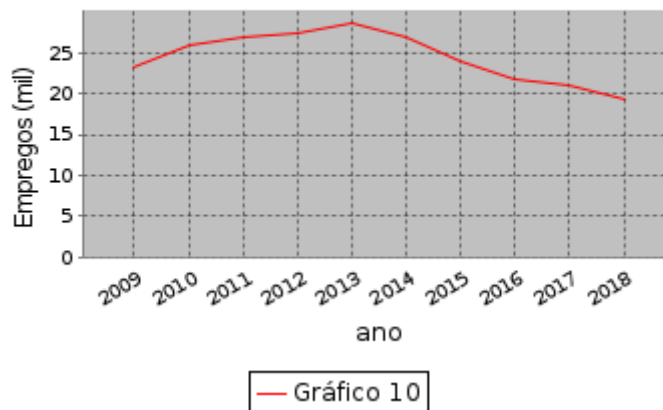
Para que se verifique de forma mais evidente os impactos da reestruturação produtiva na indústria calçadista francana e, por conseguinte, nos trabalhadores do setor, é imprescindível analisar: número de empregos formais, produtividade e salário. Abordar-se-á neste momento esses três traços durante 2009-2018.

O Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (SINDIFRANCA) disponibiliza em seu portal uma série de estatísticas do setor e que abarcam a série-histórica pesquisada. O setor calçadista, no início dos anos 2000, tentou se recuperar de um forte efeito da abertura comercial e da política cambial. A década de 1990 foi um período muito ruim em termos de produção. Por outro lado, a década de 2010 foi animadora para a indústria diante da possibilidade de um novo arranque.

Com isso, é possível verificar a criação de empregos durante os anos 2000 até 2015 quando a onda de quedas atinge fortemente a indústria. O que se verifica no gráfico abaixo é que até 2014 a indústria mostrou possibilidades de admitir um número razoável de trabalhadores, tendo seu ápice na série histórica em 2013 com 28.496 empregos (SINDIFRANCA, 2018). Contudo, a partir de 2014 o declínio é sensível e em 2018 os números são próximos aos anos 2000:

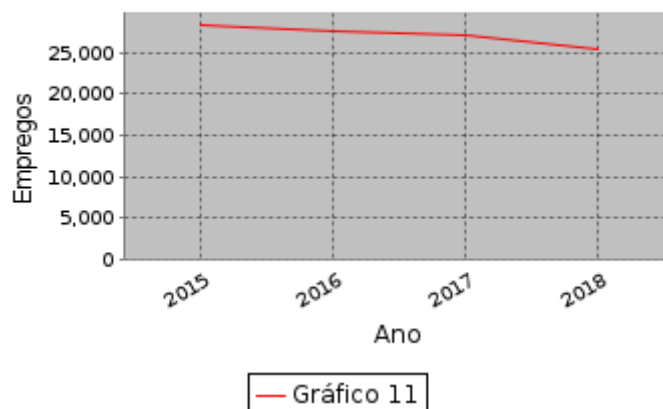
enquanto em 2018 havia 19.322 empregados em 2000 esse número era de 17.474 (SINDIFRANCA, 2008):

### Empregos na indústria calçadista francana entre 2009-2018



É interessante notar como a indústria possui um papel central na empregabilidade em Franca, principalmente o setor calçadista. Por meio das estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é possível mensurar como o setor calçadista é o responsável pela maioria dos empregos no setor industrial (BRASIL, 2021):

### Empregos na indústria francana entre 2015-2018



Os números de empregados entre 2015-2018 da indústria calçadista em Franca são: 23.839, 21.840, 20.874 e 19.322 (SINDIFRANCA, 2018). As estatísticas da indústria francana geral entre 2015-2018 são: 28.226, 27.450, 27.008 e 25.291 (BRASIL, 2021). Ou seja, a indústria calçadista representou percentualmente 84% (2015), 79,56% (2016), 77,2% (2017) e 76% (2018) dos empregos no setor fabril.

Destaca-se que a empregabilidade de modo geral da indústria calçadista possui decréscimo. Em números nacionais, de 2014-2015, 2015-2016, 2016-2017, 2017-2018 a quantidade de empregados foi respectivamente: 309.023 empregados para 284.121 (queda de 8,1%); 325.639 para 301.584 (queda de 4.5%); 286.733 para 270.596 (queda de 5.63%) e 278.840 para 265.029 (queda de 4.95%). No mesmo período a indústria francana encolheu, quanto à empregabilidade, 14.6%, 5.9%, 2.89% e 27.22% (SINDIFRANCA, 2015) (SINDIFRANCA, 2016) (SINDIFRANCA, 2017) (SINDIFRANCA, 2018). Diante das estatísticas disponíveis pelo SINDIFRANCA a indústria francana, com relação à empregabilidade, encolhe mais rápido do que a média nacional.

Demais, na tentativa de compreender se o saldo negativo dos últimos anos tem relação com a produtividade, constatou-se que Franca sofreu um decréscimo nas exportações, mas este trabalho se alinha à tese de que não foi a queda na produtividade que desencadeou as demissões massificadas.

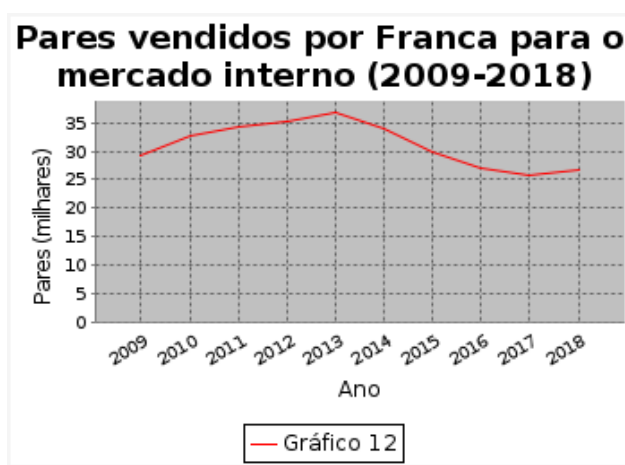
Explica-se: desde a abertura econômica realizada na década de 1990 a evolução das exportações de Franca caiu dramaticamente (BARBOSA, 2016, P.38), excetuando-se um bom período entre 1992 e 1993. Se em 1984 Franca chegou a faturar US\$ 164 milhões, em 1990 o faturamento caiu para US\$ 126,7 milhões, de maneira que a diminuição no volume de exportações entre 1990-2000 foi de 51,6 % (BARBOSA, 2016, P.38-41). A queda é ainda mais acentuada quando verificados anos mais recentes. Em 2012 o faturamento foi de US\$ 83,7 milhões (BARBOSA, 2016, P. 41).

De outra baila entre 1987-2000 foi percebido, de forma geral, um acréscimo das vendas para o mercado interno (BARBOSA, 2016, P. 39) e mesmo no período supramencionado que ocorreu a diminuição das vendas para o exterior, a produção da indústria cresceu 18,5% - ainda que o crescimento tenha sido menor do que o observada a média nacional (BARBOSA, 2016, P. 40). Além disso, Franca também possui um desempenho considerado “bom” nas exportações se considerado o volume de Birigui-SP – outro importante polo calçadista- e o nacional.

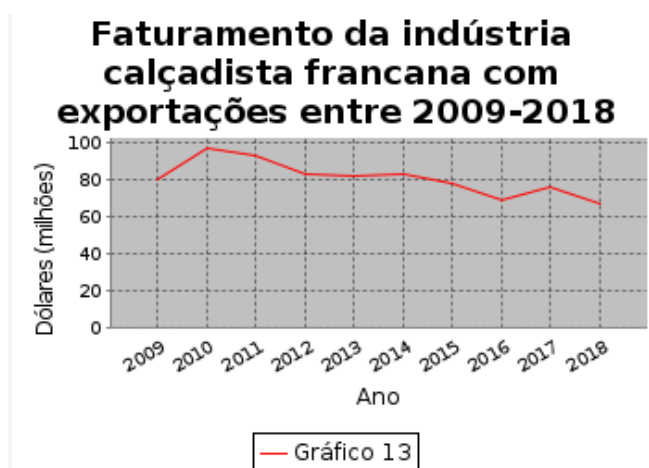
Em 2000, Franca diminuiu 37,2% das exportações, enquanto Birigui diminuiu 60% e a média nacional foi de 27.9%. Contudo, em 2012, Franca teve

um acréscimo nas exportações em 9.1%, enquanto Birigui e a média nacional tiveram quedas respectivamente de 17.5% e 32% (BARBOSA, 2016, P. 42). Outrossim, Franca também conseguiu agregar valor aos seu produto exportado entre 2000-2012. Ainda aumentou, em média, 74% o valor médio do par vendido ao estrangeiro, enquanto a média nacional foi de uma queda de 6% do preço médio (BARBOSA, 2016, P. 42).

Veja-se, portanto, o gráfico abaixo no que diz respeito ao volume direcionado de Franca para o mercado interno entre 2009-2018 (SINDIFRANCA, 2019):

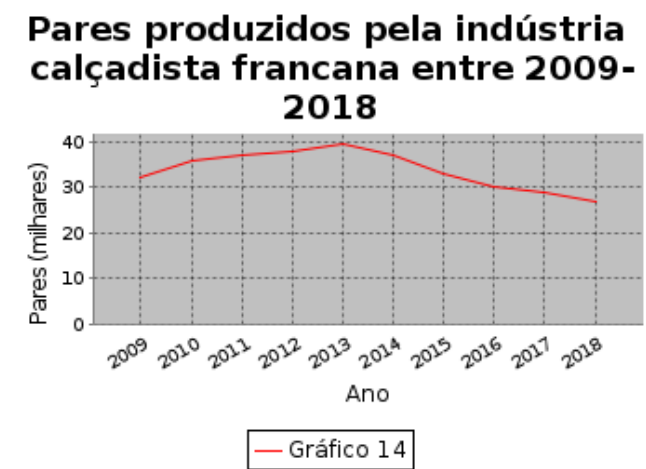


Outra estatística importante é o quanto a indústria francana faturou com exportações no período de 2009-2018 (SINDIFRANCA, 2019):



Mesmo em períodos de aumento de faturamento não há recrudescimento nas demissões. O mesmo ocorre com a quantidade de pares de calçados produzidos. Isto é, conforme se visualiza pelo gráfico abaixo, as linhas não

coincidem com a de geração de empregos, de maneira que, mesmo em períodos de alta produção há também alto índice demissional (SINDIFRANCA, 2019):



É evidente que há uma crise industrial no Brasil e ela atingiu Franca. Os gráficos demonstram que realmente há uma queda significativa na produção e no faturamento. Mas, o faturamento das fábricas francanas é profundamente expressivo, bem como a produção ainda é uma das maiores do país. Ademais, como já exposto, há períodos em que as vendas aumentam, seja no mercado interno no período entre 2017-2018, seja no mercado externo 2016-2017. Mesmo assim as demissões após 2014 continuaram em tendência de alta.

Ainda, a Fundação SEADE expôs que em 2010, na região administrativa de Franca, a indústria era responsável por 35.4% dos empregos, sendo o setor que mais empregava, seguido por serviços (30.7% do total) e comércio (22%) (SÃO PAULO, 2011, P.12). Entre as principais ocupações da Região Administrativa se destacam ofícios ligados ao setor calçadista: preparador de calçados (terceira maior ocupação), sapateiro (sexta maior ocupação), alinhador de produção (sétima maior ocupação), acabador de calçados (oitava maior ocupação) e trabalhador polivalente da confecção de calçados (décima quinta maior ocupação) (SÃO PAULO, 2011, P.14). Entre as mulheres, as profissões relacionadas ao calçado foram as três primeiras: preparadora de calçados, acabadora de calçados e sapateira (SÃO PAULO, 2011, P. 15). Entre os homens também foram as primeiras: preparador de calçados e acabador de calçados, a profissão de sapateiro aparece na quinta colocação (SÃO PAULO, 2011, P. 16).

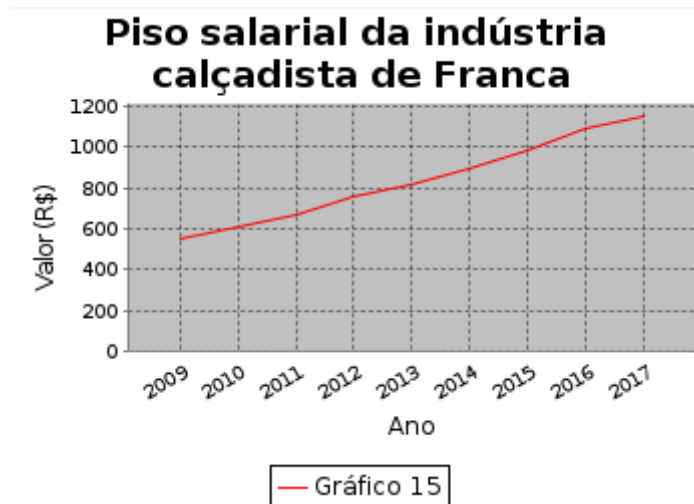
No entanto, o quadro econômico do município, por conta da diminuição de empregos na indústria calçadista, se modificou totalmente. Se em 2011 a indústria calçadista era a que mais empregada, em 2015 já não era mais. O setor de serviços já possuía 29.833 empregados enquanto a indústria tinha 28.226 (BRASIL, 2021). Em 2018 a indústria empregou praticamente a mesma quantidade que o comércio se afastando do setor de serviços que disparou: a área de serviços empregava 31.696 trabalhadores, a indústria 25.291, e os comerciários 23.738 (BRASIL, 2021)<sup>16</sup>.

Essa perda de espaço do setor fabril, em especial o setor calçadista, pode ser apercebida pelas estatísticas estaduais que se balizam pelo Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Em 2012 o setor de preparação de couros e fabricação de calçados empregava 28.57% dos trabalhadores, dentro do universo daqueles que tinham carteira assinada. Porém, em 2018, esse setor foi ultrapassado pelo comércio varejista (SÃO PAULO, 2020). O setor coureiro e calçadista empregava 19.3% enquanto o comércio 21.8%. (SÃO PAULO, 2020). A perda de espaço pode ser examinada pelos mais diversos prismas.

Quanto à remuneração, conforme já abordado, historicamente a indústria francana remunera mal seus trabalhadores. Nessa esteira, para fins de entendimento ainda maior do objeto desta pesquisa, vale afunilar o estudo da remuneração para os anos de 2009-2018. O piso salarial da indústria do calçado de Franca é baixo e no período estudado não poderia ser diferente (SINDIFRANCA, 2017):

---

<sup>16</sup> Importante ressaltar que em 2018 já ocorria o prenúncio do que aconteceria: a indústria passaria a ser o terceiro setor no quesito de geração de empregos. Segundo a RAIS, em 2020, o setor de serviços empregou 31.989 pessoas, o comércio 25.238 e a indústria 19.599 (BRASIL, 2021).



O piso salarial entre 2009 e 2017 sempre foi um pouco maior do que o salário-mínimo nacional. As estatísticas fornecidas pela SEADE aumentam ainda mais a perplexidade da discussão acerca da remuneração. Em 2012 os rendimentos médios do trabalhador francano alocado no setor de preparação de couros e fabricação de calçados era R\$ 1.930,00, enquanto em 2018 os rendimentos foram de R\$ 2.152,00 (SÃO PAULO,2020). A remuneração média é praticamente a mesma, ainda que as comparações sejam de 6 anos de diferença. Ainda, segundo a RAIS, a remuneração média do trabalhador industrial francano, excetuando o da indústria calçadista, era de R\$ 2.248,27 em 2015, enquanto em 2018 foi de R\$ 2.318,27 (BRASIL, 2021, P. 2).

Diante desse quadro econômico-laboral o que se pode diagnosticar é que, realmente, há uma queda de produtividade da indústria calçadista, ainda que esta última seja, até os dias de hoje, um setor que movimenta dezenas de milhares de dólares. Mas, é essencial perceber que a aceleração de demissões ocorre também em períodos de maior lucratividade.

Um dos pontos de maior discussão é que, como foi demonstrado, historicamente a indústria calçadista remunera pouco o trabalhador, ainda que este setor seja central para a economia municipal. Por conseguinte, o empobrecimento de grande parte da população acaba por se tornar uma consequência inafastável e é este ponto específico que será abordado a seguir.

### **3.3. A POBREZA EM FRANCA E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**



Uma das consequências mais perversas da reestruturação produtiva e da crise industrial é o desemprego e o trabalho precarizado. Conforme observado acima, a remuneração média do trabalhador da indústria de couros e fabricação de calçados não atinge R\$ 2.200,00 no período analisado. Entre os anos de 2012 a 2018, a remuneração média do franco empregado foram respectivamente: R\$ 3.604,00, R\$ 3.737,00, R\$ 3.780,00, R\$ 3.683,00, R\$ 3.676, R\$3.746,00 e R\$ 3.723,00 (SÃO PAULO, 2021). Uma remuneração substancialmente maior do que a média dos trabalhadores do setor calçadista, mas, mesmo assim, uma média de remuneração considerada baixa.

De acordo com os dados do Sistema Único de Assistência Social, Franca tinha em seu território 2.960 pessoas em situação de extrema pobreza<sup>17</sup> (BRASIL, 2022). Entre essas pessoas, a maioria possui entre 35 a 49 anos, seguidas por crianças de 5 a 9 anos. Cada faixa etária continha, à época, 469 pessoas (BRASIL, 2022).

Inclusive, desde 2012 a quantidade de benefícios de superação da extrema pobreza<sup>18</sup> que foram concedidos em Franca aumentaram exponencialmente, se utilizando como mês de referência o mês 12 de cada ano, as quantidades foram as seguintes, entre 2012-2018: 530, 871, 1.185, 1.1447, 2.055, 2.654 e 3.368 (BRASIL, 2022).

Quando analisada a quantidade de famílias que auferiram o Bolsa Família entre o período compreendido entre 2009-2018, é possível visualizar que há uma alta muito grande entre os 2008-2010, seguido de queda entre os anos de 2011-2014, com novo crescimento dos números a partir de 2015. As estatísticas de famílias atendidas, com o mês de referência sendo o último do ano, foram as seguintes respectivamente: 9.921, 9.423, 8.699, 7.918, 7.098, 5.947, 5.995, 6.133, 6.305 e 6.896 (BRASIL, 2022).

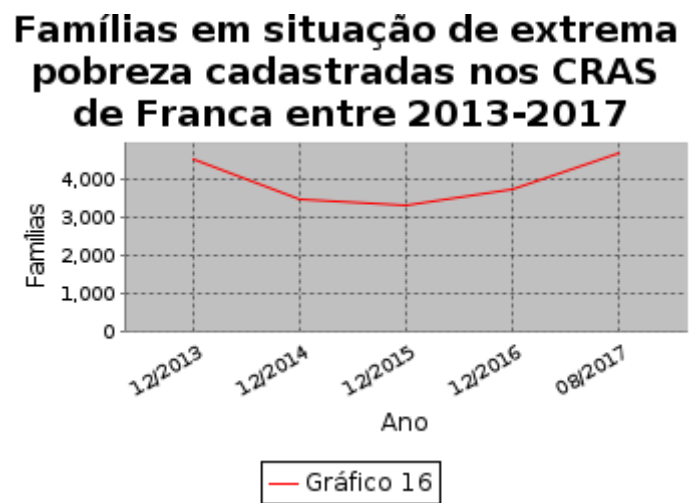
Outra forma de mapear a pobreza em determinado local é por meio das estatísticas dos CRAS e dos CREAS. Utilizando-se como referência o último mês

---

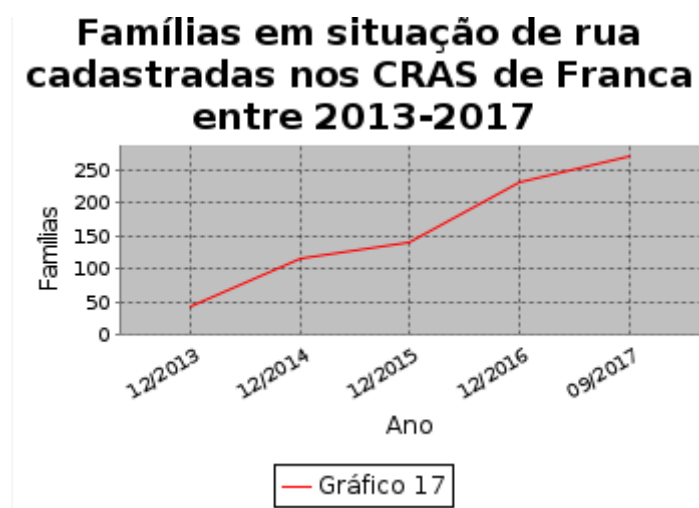
<sup>17</sup> É importante destacar que estes dados da Assistência foram retirados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE. Segundo o IBGE, a extrema pobreza se caracteriza por pessoas que auferem até R\$ 89,00 por mês (IBGE, 2020, P. 64)

<sup>18</sup> Este é um benefício concedido às famílias que continuarem com renda mensal de R\$ 89,00 *per capita* mesmo após o recebimento de outros auxílios assistenciais do governo.

disponível de cada ano na plataforma do SUAS, a quantidade de famílias cadastradas em situação de extrema pobreza nos CRAs de Franca é a seguinte:



A curva é em formato de “U” de maneira que o pico de 2017 é maior do que o pico em 2013. Em 2013 estavam cadastradas 4.526 famílias, em 2017 o número subiu para 4.707 (BRASIL, 2022). A quantidade de famílias em situação de rua nos CRAS de Franca também é crescente entre o período pesquisado. Em dezembro de 2013 eram 43, em dezembro de 2014 o número sobe para 115, em dezembro de 2015 vai para 141, tendência que se reflete em dezembro de 2016 com 230 e em setembro de 2017 com 271 cadastros:

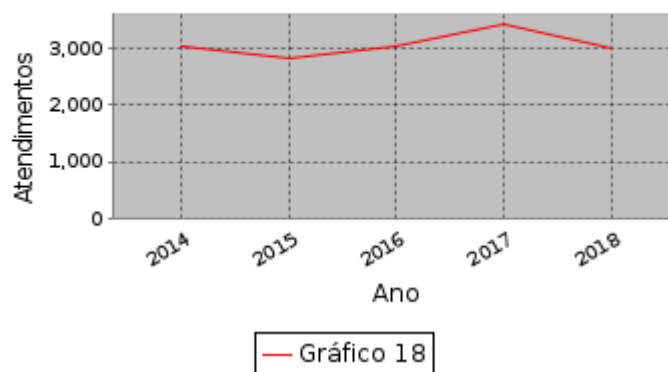


De outra banda, os números de pessoas em situação de rua que são atendidas pelo CREAS de Franca são extremamente baixos, as abordagens anuais, dentro do período pesquisado são, muitas vezes, de 1 ou 2 pessoas

(BRASIL, 2022). Uma das razões que explicam essa estatística é a existência de um Centro Pop na cidade.

As estatísticas no Centro Pop durante os anos de 2014-2018 mostram uma quantidade alta de atendimentos:

### Atendimentos realizados pelo Centro Pop de Franca entre 2014-2018



Em 2014 foram realizados 3.033 atendimentos, em 2015 foram 2.810, em 2016 3.019, 2017 foram 3.400 e 2018, por fim, 2.976 atendimentos (BRASIL, 2022). Por mais que a curva tenha um leve declive entre 2017 e 2018, o número de atendimentos próximos dos 3.000 em 2016 e 2017 praticamente se manteve em 2018. O único ano que a quantidade de atendimentos se manteve minimamente distante do número de 3.000/ano foi 2015.

Essa crescente quantidade é observada em outras fontes também. Uma das cidades que foram alvo de estudo do Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua foi Franca. À época o Censo encontrou 78 pessoas em situação de rua na cidade (BRASIL, 2009, P. 103). Esse número é muito próximo ao diagnosticado pela Prefeitura em 2005, quando o número oficiais apontavam para 73 pessoas em situação de rua (FRANCA, 2010, P.101).

Em 2012 uma pesquisa encomendada pelo município encontrou 156 pessoas em situação de rua (FRANCA, 2012). Em 2013, em declarações, a secretária de assistência social da época, estimava que a quantidade de pessoas nessa situação era de 220 pessoas, número expressivamente maior do que aquele que estampado nas estatísticas do Cadastro Único municipal (GCN, 2013). De toda forma, diante da ausência de pesquisas oficiais, os números são

esparcos e pouco confiáveis quando divulgados pela prefeitura ou imprensa, fora das estatísticas do SUAS. Um exemplo disso são os dados sobre a população de rua no ano de 2017. Em uma primeira reportagem, o jornal GCN, o principal da cidade, divulgou que a Prefeitura informou que havia na cidade 800 pessoas em situação de rua (GCN, 2017). Porém, meses depois, o mesmo jornal, divulgou outra estatística informada pela Prefeitura. Dessa vez, o executivo municipal informou 1.200 pessoas em situação de rua (GCN, 2017).

Para além dos aspectos quantitativos, com relação às características dessa população em Franca, há alguns elementos que indicam um perfil. Os dados do Cadastro Único de 2017 demonstram uma população majoritariamente masculina (87,5%) e com a faixa etária predominante entre 31 a 59 anos (78,8%) (BRASIL, 2022). Esses dados correspondem aos apresentados pelo Censo Nacional que aferiu que 82% da população de rua de Franca era masculina, com idade predominante entre 26 e 45 anos (SILVA, 2016, P.46).

No mesmo sentido, os dados do abrigo provisório de Franca apontam que, em 2016, a porcentagem dos usuários que utilizaram o serviço foi a seguinte: 26,04% de homens brancos, 55,6% de homens negros, 5,6 % de mulheres brancas e 11,7% de mulheres negras (SILVA, 2016, P.64). Além disso, Silva em sua pesquisa junto ao Abrigo Provisório de Franca constatou que 70,5% dos entrevistados tinham entre 30 e 59 anos (SILVA, 2016, P. 65). Ademais, as estatísticas de 2018 do Centro Pop também reforçam os resultados acerca deste perfil: 88% dos usuários atendidos foram do sexo masculino e 63% estavam na faixa etária entre 32 e 51 anos (OLIVEIRA, 2020, P.84).

As estatísticas expostas do Abrigo Provisório sugeriam uma maioria de não brancos. Esse aspecto mostra-se novamente na pesquisa de Oliveira onde ela expõe que 50% dos atendidos são não brancos, enquanto 34% são brancos. Ressalta-se que uma porcentagem considerável, 16%, não responderam a entrevista (OLIVEIRA, 2020, P. 85).

Ainda, em análise das estatísticas de 2017 do Cadastro Único, 55% responderam que possuíam apenas o ensino fundamental incompleto, mas em sua maioria, 87% sabiam ler e escrever (BRASIL, 2022). Essas estatísticas são semelhantes às publicadas por Oliveira. No Centro Pop de Franca, em 2018,

54% dos atendidos possuíam apenas o ensino fundamental (OLIVEIRA, 2020, P. 93).

Quanto à cidade de origem, em 2017, foram divulgadas estatísticas pela prefeitura de que 60% da população em situação de rua era migrante (GCN, 2014). Contudo, pelos dados do Centro Pop em 2018, 72% dos usuários possuem origem em Franca (OLIVEIRA, 2020, P.87). A informação divulgada pelo SUAS é mais confiável por dois motivos. O primeiro porque faz parte das estatísticas oficiais do Estado ao contrário do primeiro que foi informado mediante boletim para a imprensa. Já o segundo motivo é que as estatísticas oficiais estão de acordo com a tendência sobre essa população não só nacionalmente, mas em outros municípios.

Quanto às profissões, resta comprovada a íntima relação entre a indústria calçadista e a ausência de empregos na cidade. 38,5% da população em situação de rua de Franca correspondia a ex-sapateiros em 2012 (FRANCA, 2012). “Sapateiro” foi a profissão mais citadas pelos entrevistados, quando questionados qual a qualificação profissional. Apenas 7% responderam que não tinham profissão (FRANCA, 2012). A mesma pesquisa apontou que 94,9% das pessoas trabalhavam antes de ficar em situação de rua e que, mesmo nesta situação de extrema vulnerabilidade, para garantir o seu sustento, apenas 21,2% declararam que não trabalhavam (FRANCA, 2012). Dentre os que responderam que trabalhavam, as três profissões mais citadas foram pedreiro/ajudante de pedreiro (19,9%), catador de recicláveis (16%) e serviços gerais (13,5%) (FRANCA, 2012).

De outro lado, a pesquisa de Oliveira traz uma perspectiva diferente. Nos atendimentos realizados no Centro Pop em 2018 chegou-se à conclusão de que 78% dos usuários não tinham renda, enquanto 17% trabalhavam informalmente (OLIVEIRA, 2020, P. 92). Essa estatística destoa dos outros dados coletados. No entanto, vale salientar o que a autora explica:

Considerando este resultado, o qual 78% das pessoas em situação de rua na cidade de Franca-SP não possui renda, reforça que as relações com o trabalho estão marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado ou emprego precário. Dentre os dados coletados, destacam-se que as pessoas em situação de rua tiveram atividades ligadas aos

seguintes setores: calçadista, construção civil, alimentício, vendas e maquinários. (OLIVEIRA, P.92, 2020).

A impressão que se tem é que os usuários ao responderem que não possuem renda queriam dizer que não possuem renda fixa. Para dirimir essa controversa seria necessária a realização de mais pesquisas sobre este ponto específico no Centro Pop.

Ademais, como nas outras pesquisas analisadas por este trabalho, em Franca a centralidade do trabalho também se mostrou evidente. Quando os usuários do abrigo provisório foram questionados, em 2016, sobre suas perspectivas, 52,94% responderam que conseguir a inserção no mercado de trabalho era sua maior meta (SILVA, 2016, P. 71). Além disso, quando foram questionados o que era necessário para que pudessem sair das ruas, 64,7% responderam “conseguir um trabalho” (SILVA, 2016, P. 72). Por fim, as estatísticas do Centro Pop em 2018 demonstram que o desemprego está entre as principais causas que levaram os indivíduos às ruas. A dependência de drogas é a primeira mais citada (35,5%) e o desemprego aparece na sequência, sendo a causa para 29,1% dos usuários (OLIVEIRA, 2020, P.100).

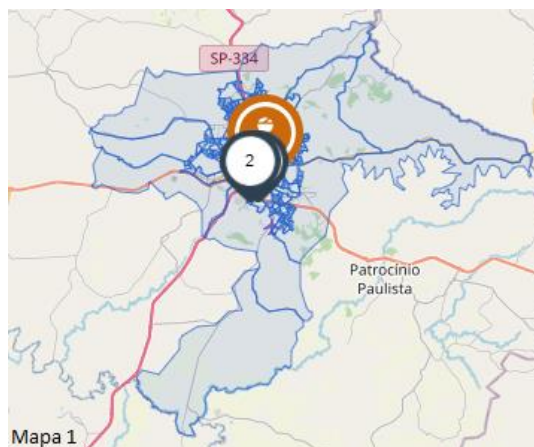
### **3.4. OS EQUIPAMENTOS SOCIAIS INSTALADOS EM FRANCA**

Franca possui 5 CRAS localizados com as seguintes abrangências: Sul, Leste, Oeste, Norte e Centro, de maneira que esses Centros atendem a 281 bairros (o que atende o maior número de bairros é o do Centro, abarcando 88 bairros) (FRANCA, 2012, P.55). Esses CRAS ofertam a proteção social básica, de forma que os principais serviços são o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos (FRANCA, 2012, P. 56). A legislação prevê que os municípios com mais de 100 mil habitantes tenham, ao menos, 5 unidades de CRAS.

Em 2005, o município também implementou o Cadastro Único e o CREAS (FRANCA, 2015, P.75), com assistente social exclusivo para tratar apenas de BPC. Atualmente, Franca possui duas unidades de CREAS.

Com relação às pessoas em situação de rua, Franca possui, desde 2012, um Centro Pop, mas também tem em sua rede socioassistencial o Abrigo

Provisório Municipal e a Casa de Passagem (FRANCA, 2012, P.58). É importante ressaltar que a cidade não possui o serviço de República (FRANCA, 2012, P. 58). Sobre o mapeamento destes equipamentos, eles estão instalados da seguinte forma (BRASIL, 2022):



Observa-se que os equipamentos estão instalados em regiões centrais, mais distantes das margens e periferias do município. Apesar das corretas críticas sobre a ausência da rede socioassistencial mais próximas às bordas do município, há de se ressaltar que a população que reside nestas áreas é bem menor, porquanto áreas predominantemente rurais e, diante do orçamento limitado, é preferível que as instituições se concentrem em regiões de maior densidade demográfica e fluxo de pessoas<sup>19</sup>.

Especificamente para a população em situação de rua, há controvérsias sobre quando o município começou o atendimento a esta população. O próprio município explana que o acolhimento iniciou a partir de 1977 através do Programa Social de Erradicação da Mendicância às Pessoas de Rua (FRANCA, 2012, P. 101). De outro lado, há documentos que demonstram esforços do município, já em meados de 1950, conjuntamente com a Fundação Espírita Judas Iscariotes para atendimento da população de rua no Albergue Noturno (PASTORAL DO MENOR DE FRANCA, 2019).

Outrossim, em que pese a existência de equipamentos para acolhimento desta população, o próprio município reconhece que a inexistência de outras

---

<sup>19</sup> Até porque às pessoas em situação de extrema vulnerabilidade tendem ir aos centros urbanos na tentativa de encontrar algum tipo de trabalho que lhe gere alguma renda (LUZ; SERAFINO, 2015).

instituições tais como a República e Residência Inclusiva sobrecarregam as instituições existentes, como o Abrigo Provisório<sup>20</sup> (FRANCA, 2012, P. 102).

---

<sup>20</sup> Inclusive, nesta época, o Plano Municipal de Assistência Social deixa documentado que o abrigo provisório estava sobrecarregado e precisando de reformas para se adequar às exigências legais (FRANCA, 2012, P. 103).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível que a reestruturação produtiva imprimiu modificações profundas na forma de se realizar o trabalho, no que se considera emprego, legal e judicialmente, e na forma de como o trabalhador é capturado pela atividade laborativa. Na indústria calçadista especificamente, a reestruturação produtiva realizou um impacto *sui generis*, por conta das condições técnicas específicas desse tipo de produção.

Como já explorado por esta pesquisa, a indústria do calçado tem enquanto características centrais a lentidão nas inovações tecnológicas e a profunda influência do estilo humano na linha de produção (NAVARRO, 2006, P. 413).. Nessa esteira, Navarro ensina que a reestruturação produtiva na indústria de sapatos teve seus principais desdobramentos concentrados na pulverização dos postos de trabalho e não propriamente na inovação tecnológica (NAVARRO, 2006, P. 413). Isto é, segundo Mendes, em grande parte, a reestruturação produtiva na indústria calçadista, notadamente em Franca, se caracterizou pela hipertrofia da precarização do trabalho (MENDES, 2012, P. 9).

Diante disso, principalmente após a década de 1990, diante das crises cambiais que solaparam os lucros industriais, as fábricas de calçados terceirizaram diversos serviços para as bancas de pesponto e de corte de couros, bem como para a produção calçadista em domicílio. Além disso, é mister ressaltar que o aspecto do *know-how* do sapateiro, tão presente nessa singularidade do setor calçadista, também contribuiu para o labor fora da fábrica, em domicílio (MENDES, 2012, P. 10). Esse processo é completamente natural uma vez que o número de desempregados aumenta e o trabalhador se torna hiper especializado, por lógica a busca pelo sustento se dará na tentativa de reproduzir o labor que se realizar bem<sup>21</sup>.

Nesse sentido:

---

<sup>21</sup> Novamente a singularidade da indústria calçadista aparece. Como esse setor não dispense de grandes aportes iniciais os trabalhadores se tornam “empresários”. Fica muito claro como esse processo se dá por necessidade e não por escolha quando Mendes explicita que 60% dos novos “empresários” tem origem operária (MENDES, 2012, P. 9-10).

Portanto, para o autor, essa reestruturação produtiva local ao mesmo tempo em que precarizou as relações de trabalho, “expulsando” contingente expressivo de operários das indústrias, por outro lado contribuiu para disseminar uma cultura empreendedora entre os trabalhadores do setor. (...) Vale a pena destacar, que a identidade do sapateiro em Franca é construída fortemente com apelo ao trabalho, alinhando as classes sociais em torno dessa configuração, ou seja, tanto para o empresário como para o “passador de cola”, ser sapateiro parece ter um significado comum. (MENDES, 2012, P.10).

De outra baila, para que se tenha uma análise honesta do setor estudado destaca-se que toda a indústria nacional passou no período de 2009-2018 (e ainda passa) por um processo de enorme sucateamento. Muitos autores vão denominar este processo como de desindustrialização (NETO; SILVA, 2018, P.15). A literatura econômica é relativamente uníssona ao apontar que a industrialização é a principal força motriz da economia (NETO; SILVA, 2018, P. 8). Neto e Silva demonstram como diversos autores, como Kaldor, Lewis, Kuznets - esses europeus- , Prebisch e Furtado – já esses latino-americanos – perceberam que a indústria é o principal “motor de crescimento”, mas que, na égide da economia globalizada, este setor perdeu espaço para o de serviços (NETO; SILVA, 2018, P. 9).

Ocorre que os países desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão e os pertencentes à União Europeia, passaram pelo seguinte processo: se industrializaram, solidificaram sua indústria e, posteriormente, deram mais espaço ao setor de serviços. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, especialmente na África e na América Latina a indústria incipiente não se consolidou, não são feitos investimentos profundos em tecnologia e o setor produtivo fica refém de setores preexistentes, geralmente, ligado às *commodities* (NETO; SILVA, 2018, P. 9-10).

Idealmente, as nações que apresentam as melhores performances econômicas no longo prazo são aquelas que aumentam a complexidade de sua estrutura produtiva em direção à produção de numerosa quantidade de produtos (diversidade), com ampliação simultânea da produtividade em cada um dos setores e atividades envolvidos. Contudo, ainda lembram Hausmann e Hidalgo (2013) sobre complexidade econômica, países que se desenvolvem mais rapidamente são aqueles que tendem a se especializar na produção de bens e/ou serviços não ubíquos – isto é, bens que somente estes produzem e que, por causa de sua raridade, mesmo que não seja duradoura, podem obter rendas de monopólio. Em geral, o

produto não ubíquo é aquele resultante da inovação tecnológica. (...) No caso brasileiro, a desindustrialização já começa a ocorrer sem que antes o país tenha elevado sua renda per capita para próximo do nível das economias desenvolvidas. É, portanto, uma desindustrialização em estágio precoce do desenvolvimento. Nesse contexto de fragilidade estrutural, a capacidade da indústria para acionar interligações produtivas no território torna-se, novamente, muito incerta. (NETO; SILVA, 2018, P. 12).

Isso pode ser depreendido pelas estatísticas que demonstram que áreas que demandam alta tecnologia ou média-alta tecnologia, e que estão em solo brasileiro, tais como instrumentos médicos e hospitalares, equipamentos de informática e escritório, material eletrônico para comunicação, dependem de importações para realizar a prestação de serviços (AVELLAR; BOTELHO; ULHÔA, 2019, P. 94).

A situação da indústria calçadista francana reflete em grande parte o processo de desindustrialização. Neto e Silva apontam que um dos fatores predominantes para a industrialização é a desconcentração da atividade econômica aliada à falta de planejamento dos governos federais e estaduais para traçar estratégias de desenvolvimento econômico e social (NETO; SILVA, 2018, P. 14).

Por exemplo, durante a década de 1970, 58,2% do valor produzido pela indústria de transformação estava localizado no Estado de São Paulo, enquanto em 2000 essa porcentagem foi reduzida a 47,2% (NETO; SILVA, 2018, P. 14). Essa redução no percentual é inversamente proporcional ao crescimento das regiões Norte e Nordeste, principalmente (NETO; SILVA, 2018, P. 14). Todavia, com essa descentralização, o setor produtivo ficou à mercê de políticas econômicas estaduais – quando existem – que muitas vezes não estão integradas às estratégias delineadas – quando existem também – da União. Infelizmente, a política industrial geralmente é focalizada em isenções fiscais na tentativa de atrair estabelecimentos produtivos. Contudo, é necessário muito mais do que isso. É preciso que o Estado seja um verdadeiro indutor do crescimento, com estratégias de desenvolvimento traçadas e aplicadas sistemicamente (AVELLAR; BOTELHO; ULHÔA, 2019, P. 85).

A desindustrialização nesse contexto é uma consequência inevitável. Tanto é que a desconcentração regional é mais intensa nas indústrias de

transformação, como por exemplo a indústria calçadista. (NETO; SILVA, 2018, P. 19-30). É essencial ressaltar que o Estado, enquanto formulador da política macroeconômica, principalmente após a década de 1990, com a implementação do neoliberalismo no Brasil, se enfraqueceu. O Estado praticamente desapareceu visto que seus arcabouços institucionais foram simplesmente destruídos, restando apenas programas ou estímulos dispersos, que não possuem uma visão desenvolvimentista sistêmica (AVELLAR; BOTELHO; ULHÔA, 2019, P. 87).

Avellar, Botelho e Ulhôa demonstram por meio de gráficos que explanam dados do IBGE que, desde a década de 1990 até 2019, a indústria de transformação perdeu espaço na formação do PIB nacional. Se entre 1989 a indústria de formação representava 28,20% do PIB, em meados 2018-2019 representava 13% (AVELLAR; BOTELHO; ULHÔA, 2019, P. 94). Os autores arrematam após concluir seus estudos sobre a análise da indústria brasileira entre 2000-2019:

Houve, no período em análise, aumento de gastos que podem ser identificados com as diretrizes das políticas industriais. O problema observado é que a execução orçamentária não esteve inequivocamente integrada com os objetivos e metas delineados nos respectivos documentos, o que demonstra a debilidade institucional da política industrial e corrobora, com outra metodologia, diversos trabalhos, os quais, com diferentes referenciais teóricos, fazem uma análise crítica da implementação das políticas industriais recentes (Stein e Herrlein Júnior, 2016; De Toni, 2015; Schapiro, 2014; Suzigan e Furtado, 2010) (AVELLAR; BOTELHO; ULHÔA, 2019, P. 110).

É de suma relevância deixar registrado que ocorreram tentativas do poder público federal, estadual e municipal na tentativa de fomentar o desenvolvimento do arranjo produtivo local (APL) de Franca<sup>22</sup>. O Governo Federal, desde 2004, por meio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior instituiu o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL) (BARBOSA, 2016, P. 68). Em 2007 o GTP-APL requereu aos Núcleos

---

<sup>22</sup> Essa extrema regionalização, o foco de desenvolvimento em bens intangíveis e de características regionais, geram APLs ou *clusters*. Esse tipo de arranjo dificulta a integração econômica e desenvolvimento por deixar as políticas públicas ainda mais complexas – uma vez que são necessários diversos focos de desenvolvimento a depender de cada região.

Estaduais que indicassem 10 APLs prioritárias. A lista enviada por São Paulo deixou a APL de Franca de fora (BARBOSA, 2016, P.70).

Paralelamente ao governo federal, o governo do Estado de São Paulo também colocou em prática sua política de apoio aos APLs. Isso pode ser verificado pelo Plano Plurianual de 2008-2011 onde há menção expressa de incentivo ao desenvolvimento dos APLs (BARBOSA, 2016, P. 71). No diagnóstico para o projeto de lei do Plano Plurianual de 2012-2015 o APL de Franca é colocado em destaque (SÃO PAULO, 2012, P. 63). As três principais ações do governo paulista, segundo Barbosa, foram: 1) Convênio para financiamento dos APLs junto ao Banco Internacional de Desenvolvimento; 2) articulação junto à Secretária de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo Federal, parcerias com o SEBRAE e a Federação das Indústrias de São Paulo; 3) A instituição do Programa Estadual de Fomento ao Desenvolvimento regional (BARBOSA, 2016, P. 71-72).

Porém, pelos números apresentados durante a pesquisa, é possível concluir que o APL de Franca ainda sofre com a queda no rendimento nas exportações e por conta da crescente quantidade de demissões.

Algumas medidas também foram tomadas pelo poder público municipal. Como consequência do seu destaque, o APL de Franca foi alvo de pesquisa do SEBRAE em 2004 que tinha enquanto intuito compreender profundamente as dinâmicas do processo produtivo – entre as questões em análise, há pontos que são caros a essa pesquisa como a utilização da subcontratação. (BARBOSA, 2016, P. 73). Em que pese a valia do estudo, ele se mostrou pouco representativo quando verificada a realidade material de Franca. A pesquisa analisou 87 fábricas (5.6% do total existentes em Franca à época) e deste universo estudado, apenas 0,5% eram microempresas (BARBOSA, 2016, P. 74). Pelo que foi exposto, não há a controvérsia atual de que em Franca a maioria dos trabalhadores da indústria calçadista estão alocados em pequenas e microempresas. Por conseguinte, como esperado, o impacto da pesquisa do SEBRAE é praticamente nulo. (BARBOSA, 2016, P. 75)

Outrossim, uma das ações do governo municipal que geraram bons resultados foi a implementação do Núcleo de Inteligência Competitiva do Couro

e do Calçado. Em 2011, o Núcleo publicou o mapeamento do setor calçadista, cujo conteúdo é de grande relevância, haja vista que aborda profundamente aspectos sobre a cadeia produtiva no município, bem como, no mesmo ano, publicou o planejamento estratégico para o setor calçadista de Franca – 2011 a 2013 (BARBOSA, 2016, P. 76).

Por meio deste Núcleo dados importantes foram trazidos à luz como: 86% dos entrevistados nunca participaram de qualquer rede associativa; 10% fizeram algum tipo de planejamento do negócio em período de 1 a 2 anos; 77% nunca fizeram qualquer curso para melhorar os conhecimentos sobre administração de empresa; 86% nunca investiram em propaganda; 46% investiam para aperfeiçoamento dos seus produtos e; 23% recorrem ao SEBRAE para tentar sobreviver (BARBOSA, 2016, P. 76-77). Outra informação essencial é a falta de representatividade do Sindicato das Indústrias. Até 2016 havia apenas 150 empresas associadas (pouco mais de 10% do total) (BARBOSA, 2016, P. 77).

Entretanto, apesar dos avanços acima mencionados sobre o diagnóstico da situação do setor calçadista, as políticas públicas implementadas no município não foram realizadas com estratégia e planejamento. Exemplos retumbantes sobre isso é a instalação em 2008 da FATEC em Franca e em 2009 do Núcleo de Tecnologia e Design do SENAI sem qualquer consulta do setor produtivo municipal. Não havia até 2016, por exemplo, qualquer parceria formal entre os cursos tecnológicos de Gestão da Produção Industrial e Análise de Desenvolvimento de Sistemas com o setor calçadista (BARBOSA, 2016, P. 78).

No âmbito da administração pública municipal há poucas experiências exitosas. Barbosa aponta que entre 2005-2012 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento praticamente inexistiu. Um fato que traduz essa constatação é que o Secretário Municipal de Desenvolvimento acumulava a função de Secretário de Saúde (BARBOSA, 2016, P. 79). Barbosa cita ainda algumas ações que foram realizadas pelo Poder Público como a criação do Fórum Permanente de Desenvolvimento em 2009 ou o projeto do empreendedorismo ao profissionalismo também em 2009 (BARBOSA, 2016, P. 80-86). Ambas as medidas foram inexitosas de maneira que do Fórum não criou nenhuma política pública a ser implementada e o projeto sobre o empreendedorismo ofertava cursos genéricos (BARBOSA, 2016, P. 80-81). Uma das realizações mais

frutíferas foi a parceria entre a Prefeitura e o SEBRAE para viabilizar a participação de pequenas e microempresas e, feiras do setor calçadista, em especial a Couromoda e a Franca (BARBOSA, 2016, P. 79), o que poderia estimular a competitividade entre os atores produtivos e a produção de novas ideias.

Por outro lado, verifica-se que as medidas tomadas não reverteram o quadro de desemprego crônico que assola a indústria calçadista. A reestruturação produtiva é um fenômeno crucial por estimular os trabalhos precários e, com efeito, disseminar a miséria. Evidentemente que após 2014, principalmente depois do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, o país mergulhou em uma das mais graves crises econômicas e políticas.

Além disso, no âmbito do trabalho e emprego, em 2017 há a implementação da reforma trabalhista que chancela ainda mais trabalhos com condições indignas – como os trabalhos temporários e intermitentes. Mas é preciso rememorar que mesmo antes da chancela estatal, por força da reestruturação produtiva, as subcontratações já eram amplamente realizadas em Franca. As terceirizações dos serviços para bancas de pesponto e corte de couro, bem como para os domicílios dos trabalhadores, já era uma realidade antes da promulgação da Reforma Trabalhista.

O Poder Público, nessa esteira, precisa ter a compreensão de que as contratações que anteriormente já ofereciam aos trabalhadores condições pouco dignas (devido ao baixíssimo salário pago), com as subcontratações os direitos sociais ficam ainda mais prejudicados. É necessário quebrar o ciclo de: dificuldade de manter a mão de obra especializada, de baixa competitividade e produtividade (que gera a demissão e o ciclo se inicia novamente) (BARBOSA, 2016, P. 86).

Pelas estatísticas do Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca fica claro que há uma instabilidade no cenário do emprego. De 2009 a 2018 há certo volume de contratações nos três primeiros meses do ano, mas, geralmente entre outubro e dezembro há demissões em massa (abarcando número maiores do que os contingentes contratados nos primeiros três meses do ano), tornando os

saldos entre admissões e demissões negativos. (BARBOSA, 2016, P. 87-90) (SINDIFRANCA, 2018, P. 3-4).

É cristalino que esse número exacerbado de demissões sobrecarrega os serviços assistenciais, diante do alargamento da miséria. Oliveira, inclusive, explicita que a própria municipalidade reconhece que os desempregados da indústria são usuários da assistência social em potencial:

O Plano Municipal de Assistência Social (2018-2021), aponta que a crise global dos últimos anos ocasionou o aumento do desemprego e da informalidade e também afetou o município de Franca. Dados do Sindicato da Indústria de Calçados de Franca registram um número de 1.015 empresas do setor calçadista, com 20.874 mil trabalhadores em 2018, porém com a demissão de 8.000 trabalhadores no ano de 2017, estes tornam-se potenciais usuários da Política de Assistência Social (OLIVEIRA, 2020, P. 25)

Há autores que questionam sobre o limite do protagonismo do poder com relação à direção estratégica do setor produtivo (BARBOSA, 2016, P. 79), mas também há aqueles que entendem que a ausência de mediação dos agentes locais ocasiona a desqualificação das regiões e suas potencialidades (PEREIRA JÚNIOR; SAMPAIO, 2018, P. 89-90).

Independente do protagonismo da administração municipal o resultado objetivo da pesquisa para Franca é: a queda de competitividade da indústria calçadista gera possíveis usuários da assistência social. Não à toa, a maioria das pessoas em situação de rua no município se identificam como ex-sapaterios (FRANCA, 2012).

Em Franca este fenômeno se acentua uma vez que a indústria, historicamente, possui papel central na geração de empregos. Mas, nacionalmente, os trabalhadores da indústria estão mais suscetíveis às mudanças no mundo do trabalho:

Foram muitas as categorias atingidas pelas mudanças no mundo do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva. Houve uma mudança expressiva na composição das ocupações. Segundo Pochmann (2011a), no período entre 1986 e 1987, as ocupações que mais tiveram postos de trabalho reduzidos, em variação absoluta, foram aquelas vinculadas a profissões associadas a uma maior qualificação profissional, em grande parte, ligadas ao setor industrial. São ocupações que necessitam de alguma qualificação prévia, como trabalhadores



em calçados, mestres em manufaturas, carpinteiros, chefes intermediários administrativos (SILVA, 2005, P. 165)

Sabendo disso, algumas medidas podem ser realizadas municipalmente. Primeiramente, é imprescindível que seja realizado não só o mapeamento das indústrias de calçados – englobando as pequenas e microempresas- mas também é fundamental localizar e quantificar as bancas de pesponto e de corte de couro. Lourenço e Bertani demonstraram como entre os anos de 2000, 2005 e 2007 o número de bancas registrados junto à prefeitura são muito aquém do que a realidade aparenta (BERTANI; LOURENÇO, 2009, P.155).

Outro aspecto que merece toda a atenção do município é o atendimento às pessoas em situação de rua. Não é incomum usuários dos serviços prestados pela assistência preferirem ficar nas ruas a utilizarem dos serviços assistenciais, por motivos de preconceitos sofridos ou falta de preparo dos servidores.

A capacitação para a escuta, para a formação de vínculo, para o acolhimento, implícita na fala do entrevistado quando refere “[...] não é um emprego qualquer [...] está lidando com gente”, foi também identificada como uma das demandas de moradores de rua albergados pelo estudo realizado por Bulla, Mendes e Prates (2004), que sugerem que os abrigos e albergues disponham de mais espaços de escuta e maior proximidade dos profissionais que ali trabalham com os usuários. (MACHADO; PRATES; PRATES, 2011, P. 206)

É fundamental que os trabalhadores da assistência possuam capacitação e que os serviços ofertados sejam integrados (MACHADO; PRATES; PRATES, 2011, P. 206-207). Algumas experiências exitosas podem ser implementadas. A bem-sucedida experiência no Distrito Federal de consultório na rua, integrando este último com Unidades Básicas de Saúde, com atendimento personalizado e específico às pessoas em situação de rua, é um exemplo de que o atendimento focalizado a esta população pode gerar bons resultados (GUIZARDI; OLIVEIRA, 2020, P. 6). Conclui-se dessa forma que a articulação entre SUS e SUAS é fundamental para o atendimento a esta população.

Para além do diálogo entre SUS e SUAS é importante que sejam implementadas todas as políticas possíveis para o atendimento à população em situação de rua, principalmente diante da crescente demanda que se apresenta ao setor de assistência social do município. Franca não possui albergues, tampouco repúblicas, o que sobrecarrega em demasiado o Centro Pop. Apesar

do aumento da população em situação de rua, apenas o Plano de Assistência Social de 2010-2013 propõe medidas específicas para esta população (FRANCA, 2012). No período pesquisado, o Plano de Assistência Social de 2014-2017 é silente sobre políticas concretas (FRANCA, 2015). Ademais, Franca não possui um Comitê de Monitoramento da População em Situação de Rua o que dificulta o monitoramento do processo de rualização. Outras cidades do interior de São Paulo como Piracicaba e Mogi das Cruzes já possuem Comitês instalados.

Ainda no sentido de obter informações oficiais, Franca precisa urgentemente de dados oficiais sobre a população em situação de rua. Não são raras informações desencontradas e até mesmo contraditórias. Para a realização de um enfrentamento sério à pobreza e ao processo de rualização é *conditio sine qua non* a realização de um censo municipal sobre a situação de rua.

Outrossim, é preciso conscientização em direitos. É necessário que a Prefeitura Municipal se mobilize para educar a população, demonstrar que pessoas que estão nas ruas são sujeitos de direitos. Durante o período que a pesquisa abarca não foi incomum encontrar notícias que questionam até mesmo a existência do Centro Pop (GCN, 2013, 2017, 2018). Os gestores não podem sequer cogitar a possibilidade de fechamento de um serviço tão importante (GCN, 2017, 2018).

Por fim, a centralidade do trabalho foi perceptível ao longo de toda a pesquisa. O desemprego sempre foi um dos motivos mais citados entre os entrevistados em situação de rua e, para sair das ruas, o trabalho também sempre foi uma das saídas mais apontadas. A capacitação para o trabalho é fundamental. Esta capacitação passa por ensinar novos ofícios, apreender as habilidades, mas também recuperar a autoestima de quem está em processo de rualização (MACHADO; PRATES; PRATES, 2011, P.203).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando Carvalho de; NETO, Alfredo José Machado. **A internacionalização da indústria calçadista francana**. Revista de Administração do Mackenzie. São Paulo, 2008.

ALVES, Giovanni. **Ensaio sobre a reestruturação produtiva**. Editora Práxis. Londrina, 2007.

\_\_\_\_\_. **A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital**. Cadernos de Psicologia do Trabalho da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal- Precarização do trabalho e redundância salarial**. Revista Katal. Florianópolis, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo. 2007.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez. 1995.

\_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. Editora Boitempo. São Paulo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural no Brasil**. Biblioteca Virtual do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/clacso-crop/20120708071300/08antu2.pdf>. Acesso em 03 de junho de 2021.

AVELLAR, Ana Paula Macedo de; BOTELHO, Marisa dos Reis; ULHÔA, Wander Marcondes Moreira. **Política industrial no Brasil nos anos 2000: uma análise sob a perspectiva da execução orçamentária da União**. Repositório de conhecimento do IPEA. Brasília, 2019.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresário e capital na indústria do calçado de Franca-SP (1920-200)**. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Atuação pública e promoção da eficiência coletiva em arranjos produtivos locais. A experiência do polo industrial de Franca.** Editora UNESP. São Paulo, 2016.

BELLUZZO., Luiz Gonzaga. **O tempo de Keynes nos Tempos do Capitalismo.** Brazilian Keynesian Review. 2015. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgcienciapolitica/files/2020/01/O-Tempo-de-Keynes-nos-Tempos-do-Capitalismo-Sociedade.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2021.

BEROLDO, Mateus; ENGLER, Helen Barbosa Raiz; MOURA, Livia Marinho de. **Os reflexos do mundo globalizado nas relações de trabalho na indústria calçadista de Franca/SP.** Revista Serviço Social e Realidade da UNESP campus de Franca. Franca, 2010.

BERTANI, Iris Fenner; LOURENÇO, Edvania Ângela de Souza. **A relação trabalho e saúde no setor calçadista de Franca, São Paulo** Revista Katálysis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Florianópolis, 2009.

BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei; VIEIRA, Antonieta da Cosa. **População de rua: quem é, como vive, como é vista.** São Paulo, Hucitec, 2004.

BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e Rupturas Sociais na Metrópole: os moradores em São Paulo.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

BRASIL. **Rua: Aprendendo a contar. I Censo Nacional e Pesquisa Sobre a População em Situação de rua.** Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional da Assistência Social.** Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.345/2011.** Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7.053/200.** Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS).** Brasília, 2021.

\_\_\_\_\_. **RI SOCIAL do sistema do Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, 2022.

\_\_\_\_\_. **Mapas do sistema do Sistema Único de Assistência Social.** Brasília, 2022.

BURSZTYN, Marcel. *No meio da rua: nômandes, excluídos e viradouros.* 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CHAGAS, Fernando; GONELLI, Valéria. **Visibilidade e reconhecimento – A atuação do ministério do desenvolvimento social e combate à fome no atendimento da população em situação de rua.** In *Rua aprendendo a contar.* Brasília, 2009.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil:** uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.P. 37.

CARMO, Judite de Azevedo do. **O comércio no arranjo produtivo local calçadista de Franca (SP).** Tese de doutoramento apresentada a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” *campus* de Rio Claro. Rio Claro, 2012.

CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de; ROCHA, Samilla Mendes. **A população em situação de rua enquanto uma expressão da questão social: avanços legais x desafios reais.** Revista Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015, Rio de Janeiro.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário.** Coleção Zero à Esquerda. Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

CONSULTOR JURÍDICO. **Nova Lei da Califórnia cria vínculo empregatício para motorista de aplicativos.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-13/california-cria-vinculo-empregaticio-motoristas-aplicativos>. Acesso em 08 de agosto de 2021 às 19:11h.

\_\_\_\_\_. **Maioria dos países não regula relação entre trabalhadores e plataformas.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-set-26/mundo-vem-regulando-relacao-entre-trabalhador-plataformas>. Acesso em 08 de agosto de 2021 às 19:13h.

CORRÊA, Lauro Henrique Guimarães. **Produtividade e jornada de trabalho na indústria calçadista de Franca: quem fica com os ganhos?** Dissertação

para o título de mestre em Economia apresentada à Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005.

COSTA, Alfredo. **Contribuição ao estudo da história da indústria do calçado de Franca: suas bases artesanais e o impacto tecnológico.** Associação dos Professores Universitários de História. Franca, 1966.

COSTA, Ana Paula Motta. **População em situação de rua: contextualização e caracterização.** Revista Virtual Textos e Contextos da PUC-RS. Florianópolis, 2005.

DATAFOLHA. **8 em cada 10 veem aumento de pessoas em situação de rua em SP e Rio.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/8-a-cada-10-veem-aumento-de-pessoas-em-situacao-de-rua-em-sp-e-rio-revela-datafolha.shtml#:~:text=Datafolha%3A%208%20a%20cada%2010,04%2F2022%20%2D%20Cotidiano%20%2D%20Folha>

EL PAÍS. **OIT alerta para precarização do emprego em nível mundial.** Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/13/economia/1550088419\\_496910.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/13/economia/1550088419_496910.html). Acesso em 08 de agosto de 2021 às 19:18h.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora da Inglaterra.** - São Paulo: Boitempo, 2010.

ESTADÃO. **Número de motoristas por aplicativo cresce 137% em 8 anos.** Disponível em: <https://summitmobilidade.estadao.com.br/compartilhando-o-caminho/numero-de-motoristas-por-aplicativo-cresce-137-em-8-anos/>. Acesso em 08 de agosto de 2021 às 13:23h.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano Plurianual.** São Paulo, 2012.

FILHO, Marcos Antônio Limonti; LOURENÇO, Edvania Ângela de Souza. **Reestruturação produtiva e a domicialização do trabalho no setor calçadista: um olhar para a realidade do processo de trabalho e saúde nas bancas de pespontos em calçados, no município de Franca-SP.** *In* Terceirização, precarização e agravos à saúde do/as trabalhadores/as. Editora UNESP. São Paulo, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Metade dos eleitores prefere ser autônomo a ter emprego CLT, diz Datafolha.** Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/metade-dos-eleitores-prefere-ser-autonomo-a-ter-emprego-clt-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 08 de agosto de 2021 às 13:56h.

\_\_\_\_\_. **ONU diz que 1,4 milhões de crianças correm risco de morrer de fome.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/02/1860635-onu-diz-que-14-milhao-de-criancas-correm-risco-de-morrer-de-fome.shtml>. Acesso em 30 de março de 2022.

FOLLIS, Fransérgio. **Política pública urbana no contexto de surgimento da cidade industrial-operária no interior paulista: um estudo sobre a cidade de Franca.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH. São Paulo, 2011.

FRANCA. **Plano Municipal de Assistência Social 2010-2013.** Franca, 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal de Assistência Social 2014-2017.** Franca, 2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa População em Situação de Rua.** Franca, 2012.

GCN. **Mendigos tem casa de 31 mil reais mensais: conheça o Centro Pop.** Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/223875/franca/2013/09/mendigos-tem-casa-de-r-31-mil-mensais-conheca-o-centro-pop>. Acesso em 31 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **62 dos moradores de rua de Franca são migrantes.** Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/346435/franca/2017/03/62-dos-moradores-de-rua->. Acesso em 31 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Franca conduz 34 moradores de rua de volta a suas cidades.** Disponível em: <https://www.gcn.net.br/noticias/363800/franca/2017/10/franca-conduz-34-moradores-de-rua-de-volta-a-suas-cidades>. Acesso em 31 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Centro Pop continua, mas muda de endereço, garante o prefeito.** Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/343927/franca/2017/02/centro-pop-continua-mas-muda-de-endereco-garante-o-prefeito>. Acesso em 31 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Comerciante reclama de movimento após inauguração do Centro Pop.** Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/230978/franca/2013/11/comerciante-reclama-de-movimento-apos-inauguracao-do-centro-pop>. Acesso em 31 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Secretário estuda o fim do Centro Pop.** Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/341984/franca/2017/01/secretario-estuda-fim-do-centro-pop>. Acesso em 31 de março de 2022.

\_\_\_\_\_. **Moradores de rua: o fim do Centro Pop volta a ser discutido.** Disponível em: <https://www.gcn.net.br/noticias/369536/franca/2018/4/m>. Acesso em 31 de março de 2022.

GENRO, Tarso. **Crise Terminal do Velho Direito do Trabalho.** Revista ANAMATRA, vol. 8, nº. 26, abril/maio, 1996.

GLOBO. **Uber limita uso de aplicativo por motoristas para 12 horas.** Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2020/03/uber-limita-uso-de-aplicativo-por-motoristas-para-12-horas.ghtml>. Acesso em 01 de agosto de 2021 às 13:07h.

\_\_\_\_\_. **De bico a emprego sério, motoristas de apps de transporte ganham até 5 mil reais mensais.** Disponível em: <https://extra.globo.com/economia/de-bico-emprego-serio-motoristas-de-apps-de-transporte-ganham-ate-5-mil-mensais-23130887.html>. Acesso em 08 de agosto de 2021 às 13:26h

\_\_\_\_\_. **Dois em cada três entregadores preferem jornada flexível a CLT.** Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/capital/post/dois-em-cada-tres-entregadores-de-aplicativo-preferem-jornada-flexivel-ao-regime-de-clt.html>. Acesso em 08 de agosto de 2021 às 13:53h.

GUIZARDI, Francini Lube; OLIVEIRA, Alisson. **A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersectorialidade nas políticas de saúde e assistência social.** Revista de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. 2020, São Paulo.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Editora Loyola, 2008.



IBGE. **Desemprego.** Disponível em:  
<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Brasília, 2020.

\_\_\_\_\_. **IBGE CIDADES - Franca.** Brasília, 2019.

\_\_\_\_\_. **IBGE CIDADES - Franca.** Brasília, 2022.

\_\_\_\_\_. **IBGE Censo Demográfico.** Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Brasília, 2020.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** Editora Nova Cultural. São Paulo: 1996. P.22.

LUZ, Lila Cristina Xavier; SERAFINO, Irene. **Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate.** Revista Katálysis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Florianópolis, 2015.

MACHADO, Simone; PRATES, Flávio Cruz; PRATES, Jane. **Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento.** Revista Temporalis da Associação Brasileira de Profissionais em Serviço Social. Brasília, 2011.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O capital.** Bauru, São Paulo: Edipro, 1998.

MENDES, Alexandre Marques. **Metamorfoses do trabalho no Universo Produtivo do calçado em Franca-SP (BRASIL).** Anais do XII Encontro Estadual de História – ANPUH. Campinas, 2012.

MENDONÇA, Daniele Gruppi de; RESENDE, Viviane de Melo. **População em situação de rua e políticas públicas: representações na Folha de São Paulo.** Revista Delta da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2019

NASCIMENTO. Elimar Pinheiro do. **Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários.** Salvador.

Caderno CRH da UFBA, 1994. P. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18772/12144>. Acesso em 09 de fevereiro de 2021.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (Setembro de 2012 a março de 2020)**. In Nota Técnica do IPEA. Brasília, 2020.

NAVARRO, Vera Lúcia. **A produção de calçados de couro em Franca/ SP: a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho**. 1998. 301 f. Tese (Doutoramento em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1998.

NETO, Aristides Monteiro; SILVA, Raphael de Oliveira. **Desconcentração territorial e reestruturação regressiva da indústria no Brasil: padrões e ritmos**. Tópicos para discussão do IPEA. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e trabalhadores do calçado**. Expressão popular, 2006

NOVO Marina; PEREIRA Cristiane; QUIROGA Júnia; VEIGA, Laura, 2009. **Elas da Rua: Vidas e trajetórias** In Rua aprendendo a contar. Brasília, 2009.

OHNO, Taichii. **O sistema Toyota de produção**. Editora Bookman. São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Katicilene Barsanulfa Tavares de. **Pessoas em situação de rua: as determinações sociais que motivam a viver e permanecer nas ruas**. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Adopting a Territorial Approach to Food Security and Nutrition Policy**. Disponível em: [https://read.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/adopting-a-territorial-approach-to-food-security-and-nutrition-policy\\_9789264257108-en#page1](https://read.oecd-ilibrary.org/urban-rural-and-regional-development/adopting-a-territorial-approach-to-food-security-and-nutrition-policy_9789264257108-en#page1). Acesso em 06 de fevereiro de 2021.

PASTORAL DO MENOR DE FRANCA. **Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias**. Franca, 2019.

PEREIRA JÚNIOR, Edinilson Alves; SAMPAIO, José Eudázio Honório. **Crise e resistência dos sistemas industriais localizados: uma análise a partir da indústria de calçados no Estado de São Paulo**. Revista Formação da UNESP *campus* de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2018.

PIRACICABA. **Censo sobre a população em situação de rua em Piracicaba**. Piracicaba, 2021.

PORTAL GCN. **Favelização aumenta e barracas tomam as ruas de Franca**. Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/428646/franca/2022/02/favelizacao-aumenta-e-barracas-tomam-as-ruas-de-franca>. Acesso em 29 de março de 2022.

PIERRO, Bruno de. **O desafio de fazer ciência em casa**. In Pesquisa FAPESP. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-desafio-de-fazer-ciencia-em-casa/>.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil**. São Paulo: LTr, 2012.

REIS, Graziela Donizetti dos. **População em situação de rua: um reflexo do agravamento do capital**. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2020.

REVISTA FORBES. **15 países com as maiores jornadas de trabalho**. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2018/02/15-paises-com-as-maiores-jornadas-de-trabalho/#foto14>. Acesso em 08 de agosto de 2021 às 19h.

RIBEIRO, Maria da Conceição Marins. **Franca (contribuição do estudo dos centros urbanos brasileiros)** Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Conselho Nacional de Geografia. Uberlândia, 1944.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social: repensando o Estado Providência**. Brasília. Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SÃO PAULO. **Censo sobre a população em situação de rua na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo sobre a população em situação de rua na cidade de São Paulo**. São Paulo, 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei 16.544/2017**. São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei cria aglomeração urbana na região de Franca**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/projeto-de-lei-cria-aglomeracao-urbana-na-regiao-de-franca/>

SAKAMOTO, Leonardo. **Entregadores de app tem jornadas de 64,5h semanais na pandemia, diz pesquisa**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/08/06/entregadores-de-app-tem-jornada-de-645h-semanais-na-pandemia-diz-pesquisa.htm>. Acesso em 08 de agosto de 2021 às 13:30h.

SEADE. **Dados sobre Franca**. São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Dados sobre Franca**. São Paulo, 2022.

\_\_\_\_\_. **Foco SEADE**. São Paulo, 2011.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Editora Record. Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Letícia Sabino de Almeida. **TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA DO CAPITALISMO**. Trabalho de Conclusão de Curso para o bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2016.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Mudanças Recentes no Mundo do Trabalho e o Fenômeno População em Situação de Rua no Brasil 1995-2005**. Dissertação de mestrado em Serviço Social apresentada à Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SILVEIRA, Flávio. **Enxergando o invisível: desafios metodológicos de uma (re)construção do olhar**. In *Rua Apreendendo a Contar*. Brasília, 2009.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS CALÇADISTAS DE FRANCA. **Relatório anual**. Franca, 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual**. Franca, 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual**. Franca, 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual.** Franca, 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual.** Franca, 2019.

SINGER, Paul. A Formação da classe operária. 14. ed. São Paulo: Atual, 2009.

TELES, José Ronaldo. **Estratégia de sobrevivência dos desempregados da indústria calçadista de Franca-SP.** Tese de doutoramento em Serviço Social apresentado à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” *campus* de Franca. Franca, 2001.

TIENGO, Verônica Martins. **O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo.** Revistas Textos e Contextos da PUC-RS. Florianópolis, 2018.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945).** Tese de doutoramento apresentada à Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

UBER. Disponível em: <https://www.uber.com/br/pt-br/>. Acesso em 01 de agosto de 2021 às 13:17h.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil.** Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relato%CC%81rio-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Applicativos-no-Brasil.pdf>. Acesso em 08 de agosto de 2021 às 13:46h.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO; SANTOS. **Relatório parcial do Censo sobre a população de rua em Santos.** Santos, 2020.